



Fernanda Pulcineli Chispim de Lima

O EGITO SE MOVIMENTA

Primavera Árabe, Novos Média e Políticas de Contestação

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

Junho/2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fernanda Pulcineli Chrispim de Lima

O Egito se Movimenta

Primavera Árabe, Novos Média e Políticas de Contestação

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais,
na especialidade de Estudos para a Paz e Segurança
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutora Sofia José Santos

Coimbra, 2017

Aos meus pais, José Roberto e Luciene.

AGRADECIMENTOS

É realmente árdua a tarefa de realizar uma dissertação. O trabalho de investigação é incrivelmente prazeroso e igualmente cansativo. Contudo, sem dúvida alguma, mais difícil ainda é suportar o convívio com alguém que está realizando um mestrado. Por isso não poderia deixar de agradecer àqueles que me ajudaram a chegar até aqui.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente aos meus pais. Por me apoiarem na minha vontade em aprender. Pela generosidade em aceitar conviver com a saudade, sabendo da importância desta experiência na minha vida. Sobretudo, agradeço o esforço, de uma vida toda, em me dar sempre a melhor educação – dentro e fora de casa. Instigaram em mim, sempre, o espírito investigativo e o hábito da leitura, assim como promoveram o meu crescimento como ser humano e cidadã.

Em segundo, gostaria de agradecer todos os meus amigos que, pacientemente, compreenderam minhas faltas, ausências, mau humor. Obrigada a cada um de vocês, que me deram o suporte emocional necessário para conseguir concluir esta etapa. Os velhos amigos, que me encorajaram a fazer as malas e atravessar o atlântico em busca de um sonho. Aos novos amigos que ganhei ao longo dos dois anos de mestrado, que dividiram, de forma tão solidária, conhecimento e amizade.

Todos os agradecimentos do mundo ao meu companheiro, meu parceiro de vida, Jorge Sousa. Você foi mais que um namorado, foi amigo (o melhor) e cúmplice. Me deu carinho e amor. Acreditou na minha capacidade. Ter você comigo foi essencial para alcançar meus objetivos. Você foi meu lar e minha família em Portugal. Por isso, e por tudo, obrigada.

Em último, mas não menos importante, gostaria de agradecer imensamente a minha professora orientadora, Doutora Sofia José Santos. Desde o primeiro encontro, foi sempre muito gentil, prestativa e solidária comigo. Foi sempre muito correta, respeitando o caminho que escolhi trilhar nesta dissertação, mas sendo o apoio fundamental para a obtenção dos melhores resultados. Sem dúvida alguma, foi a melhor orientadora que poderia ter. Você não apenas me ajudou com este trabalho, como também com o meu crescimento enquanto – futura – investigadora. Este trabalho também é seu.

Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo,
ou uma revolução.

Machado de Assis

RESUMO

Quando, em 2010, ondas de manifestações se alastraram pelo Mundo Árabe, o ocidente voltou suas atenções à região, espantado pelo aflorar de movimentos populares de cunho democrático. Contudo, a surpresa não se confirmaria fundada, uma vez que investigações mais profundas mostram que o Oriente Médio nunca esteve, de fato, adormecido. Partindo desta constatação de existência de motivos e experiências de contestação política prévios a 2010 no mundo árabe, a dissertação, por meio do estudo de caso do Egito - um dos mais emblemáticos; tanto pela imensa cobertura midiática, dada à importância do país na região e de sua relação com o ocidente, como pelo fato de ser considerado um caso de relativo sucesso -, se propôs responder à pergunta: se movimentos sociais não são novidades no Egito, por que então somente agora foi possível uma manifestação como a Primavera Árabe? Explorando a realidade histórica, social, política e econômica do país, através das lentes teóricas do Construtivismo e da Teoria Crítica, este trabalho se guiou pelos pressupostos de que (1) a inexistência ou escassez de condições econômicas e sociais são potencializadoras de políticas de contestação, (2) que o aumento e melhora da literacia e da educação formal apuram a capacidade de acesso e uso de tecnologias de informação, e que (3) as redes sociais, ao fomentar a organização e capacidade de mobilização dos movimentos sociais e políticos, garante uma maior visibilidade das suas políticas de contestação assim como da possibilidade de sucesso social e político das suas reivindicações. Com o objetivo de identificar e analisar os fatores potencializadores da Primavera Árabe, especificadamente com o fim de explorar aqueles que foram os estopins para os levantes – o que garantiu a este movimento tamanha força e repercussão –, estabeleceu-se a hipótese de que o uso de redes sociais (como meio de organização e mobilização das manifestações) e as precárias condições de vida e a repressão política (como principal pano de fundo e motivo de reivindicação) foram fatores decisivos para a velocidade e dimensões da Primavera Árabe. Os fatores conjunturais que ajudam a avançar e validar esta hipótese são o registo de um simultâneo aumento da taxa de escolarização e do acesso por parte das populações mais jovens ao ensino superior nos últimos anos; e baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Palavras-chave: Egito, Primavera Árabe, Políticas de Contestação, Novos Média, Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

When, in 2010, waves of demonstrations spread throughout the Arab world, the West turned its attentions to the region, astonished by the outbreak of popular movements of democratic nature. However, the surprise would not be substantiated, as deeper investigations show that the Middle East has never really been asleep. Based on this finding of motives and experiences of political contestation prior to 2010 in the Arab world, through the case study of Egypt – one of the most emblematic; both because of the vast media coverage, given the country's importance in the region and its relationship with the West, and because it was considered a case of relative success – the dissertation proposed to answer the question: if social movements are not new in Egypt, why then it was only now possible a manifestation like the Arab Spring? Exploring the historical, social, political and economic reality of the country through the theoretical lenses of Constructivism and Critical Theory, this work was guided by the assumptions that (1) the inexistence or scarcity of economic and social conditions are potentiating policies of contestation, (2) that the increase and improvement of literacy and formal education establishes the capacity of access and use of information technologies, and (3) that new social networks, by fostering the organization and mobilization capacity of social and political movements, guarantees greater visibility of their contestation policies as well as the possibility of social and political success of their claims. In order to identify and analyze the potentiating factors of the Arab Spring, specifically with a view to exploring those that were the fountains for the uprisings – which assured this movement of such force and repercussion – it was assumed that the use of social networks (as a means of organizing and mobilizing demonstrations) and precarious living conditions and political repression (as the main background and motive for claiming) were decisive factors for the speed and dimensions of the Arab Spring. The conjunctural factors that help to advance and validate this hypothesis are the simultaneous recording of an increase in the enrollment rate and access by the younger population to higher education in recent years; and low Human Development Indexes (HDI).

Key-words: Egypt, Arab Spring, Contestation Policies, New Media, Human Development.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS, SÍMBOLOS

BBC: British Broadcasting Corporation

CIA: Central Intelligence Agency

CNN: Cable News Network

FMI: Fundo Monetário Internacional

FUNAG: Fundação Alexandre de Gusmão

ICG: International Crisis Group

ITU: International Telecommunication Union

OEA: Organização dos Estados Americanos

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONU: Organização das Nações Unidas

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RI: Relações Internacionais

TCRI: Teoria Crítica das Relações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Enquadramento Teórico	11
1.1. A Teoria Crítica	12
<i>1.1.1. Origem: a Escola de Frankfurt.....</i>	<i>12</i>
<i>1.1.2. Pressupostos e objetivos</i>	<i>15</i>
<i>1.1.3. Os principais pensadores da Teoria Crítica</i>	<i>18</i>
1.2. A Teoria Crítica na Primavera Árabe.....	20
<i>1.2.1. Estrutura social e histórica</i>	<i>21</i>
<i>1.2.2. A luta por emancipação.....</i>	<i>23</i>
<i>1.2.3. O contexto social, as redes sociais, e o diagnóstico de época.....</i>	<i>25</i>
1.3. O Contributo Construtivista: a Compreensão Processual	27
<i>1.3.1. A realidade é socialmente construída.....</i>	<i>27</i>
<i>1.3.2. As ideias, as identidades, os interesses.....</i>	<i>28</i>
CAPÍTULO II - Contextualização Histórica e Social	31
2.1. Raízes Históricas	31
<i>2.1.1. Do Império Otomano à tutela inglesa</i>	<i>32</i>
<i>2.1.2. Ciclo político pós-colonial: Wafd, Nasser, Sadat, Mubarak</i>	<i>37</i>
<i>2.1.3. Governos corrupto e autoritários: do desemprego à lacuna democrática</i>	<i>43</i>
2.2. Estrutura Social.....	46
<i>2.2.1. Oposição informal: movimentos da sociedade civil</i>	<i>46</i>
<i>2.2.2. A Irmandade Muçulmana</i>	<i>49</i>
2.3. As Políticas de Contestação	52
<i>2.3.1. O Egito se movimenta: os movimentos e lutas sociais.....</i>	<i>52</i>
<i>2.3.2. O mito da incompatibilidade democrática.....</i>	<i>57</i>
CAPÍTULO III – Entendendo a Primavera Árabe.....	59
3.1. A Falta de Horizonte de Esperança e a contestação pela Mudança	60
<i>3.1.1. A abertura liberal da economia que levou à crise.....</i>	<i>61</i>
<i>3.1.2. A corrupção que levou ao empobrecimento e ao desemprego.....</i>	<i>66</i>
3.2. O Perfil dos Manifestantes	70

3.2.1. <i>Jovem e literato: com qualificação e sem expectativas de futuro</i>	70
3.2.2. <i>Escolarização e literacia: as pontes para a informação e as redes sociais online</i>	73
3.3. Definindo as Causas Estopins	77
3.3.1. <i>Condições de vida precárias: o contexto</i>	77
3.3.2. <i>As redes sociais: o "trigger"</i>	81
CONCLUSÃO	84
LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

A Primavera Árabe foi uma das primeiras grandes manifestações do século XXI, pela região envolvida e velocidade de propagação. Iniciada na Tunísia, com a autoimolação de Mohamed Bouazzi em protesto à corrupção policial, falta de representatividade política, maus tratos e mercado de trabalho limitado; as manifestações percorreram todo o Mundo Árabe em um efeito dominó (Pinto, 2010, 2011). Em poucos dias, as ruas da Síria, Líbia, Jordânia, Bahrain, Egito, Iêmen, Líbia, Argélia, Marrocos e Omã estavam tomadas de pessoas que reivindicavam desde a queda de governos – como no Egito – até a extensão dos direitos civis e políticos, assim como acesso mais digno ao mercado de trabalho (ibidem).

Composta sobretudo por jovens com ensino superior (Rogero, 2011: 127), as pessoas que iam às ruas enfrentavam um cenário de estagnação econômica¹ que limitavam o seu horizonte de aspirações à uma realidade de miséria, falta de oportunidades e de dignidade; além da falta de liberdade de expressão² e de escolher livremente seus governantes³ (Pinto, 2011), vendo-se presos à governos com elevadas taxas de corrupção (Fadel, 2011; Puddephatt, 2012; Adly, 2014), que perpetuavam na sua governação as condições de pobreza da maioria da população. Este perfil jovem e literato garantiu às manifestações outra característica peculiar: o uso das redes sociais online. Ferramentas como Facebook e Twitter tiveram seus acessos aumentados consideravelmente nos países árabes durante os períodos de maiores manifestações (Salem, Mourtada, 2011), sendo amplamente utilizadas para mobilização, organização e transmissão das manifestações. Para além de um meio de comunicação interno entre os revoltos, este foi o canal de transmissão do que se passava dentro dos países, tanto para os vizinhos – que se incentivaram a entrar na onda das revoluções – como para o

¹De 2006 a 2012, o índice de competitividade do Egito desceu de 4.1 para 3.87 (Trading Economics, s.d.). Em 2010, o crescimento do PIB foi de 0,5% (ibidem). No mesmo ano, a percentagem de pessoas empregadas era de 46,2%, com PIB per capita de 1,991 USD, sendo a média mundial de 9,120 USD (ONU, 2010). Segundo o Banco Mundial (s.d.), o índice de desemprego no Egito, em 2011, era de 12% (índice mundial na mesma época: 5,995%).

²Em 2010, o Egito recebeu nota 4 para violação dos direitos humanos (em uma escala de 0-5, com 0 sendo poucas violações e 5 muitas violações) e 51,4 de índice de liberdade de imprensa (pontuação mais baixa indica uma maior liberdade de imprensa) (ONU, 2010).

³Em 2010, o Egito obteve nota 1 para a liberdade política e índice democrático (em uma escala de 0-2: com 24% da população vítima de corrupção (percentagem das pessoas sujeitas a situação de suborno); e nota 0 para descentralização democrática (em escala de 0-2) e 12% de participação política (% de pessoas que manifestaram a sua opinião a responsáveis públicos) (ONU, 2010).

restante do mundo, que acompanhava de perto as lutas das populações e acabava por pressionar os governos em relação às reclamações.

Embora tivesse reivindicações específicas para o Oriente Médio, suas causas e consequências dizem respeito e atingem o sistema internacional: interesses ocidentais na região⁴; o desencadear de situações extremas, como a intervenção na Líbia⁵ e a guerra civil na Síria⁶; levante de grupos extremistas como o Estado Islâmico; crise dos refugiados que desafia o mundo. E, em um mundo tão integrado pela globalização, fazem-se necessários estudos sobre movimentos contemporâneos que influenciam toda a dinâmica internacional. Assim, esta dissertação tem como objetivo a compreensão dos fatores causais das políticas de contestação conhecidas como "Primavera Árabe", com o fim de perceber aqueles que foram os estopins para os levantes, garantindo a este movimento tamanha força e repercussão.

Este trabalho, então, propõe-se a responder, especificadamente, a pergunta de partida: se movimentos sociais não são novidades no Egito, por que então somente agora foi possível uma manifestação como a Primavera Árabe? Através dos pressupostos de que (1) a inexistência ou escassez de condições econômicas e sociais são potencializadoras de políticas de contestação e que (2) o aumento e melhora da literacia e da educação formal apuram a capacidade de acesso e uso de tecnologias de informação, tais como as redes sociais online, e que (3) as redes sociais fomentando a organização e capacidade de mobilização dos movimentos sociais e políticos garante com uma maior visibilidade das suas políticas de contestação assim como da possibilidade de sucesso social e político das suas reivindicações. Essa dissertação

⁴Durante séculos, o Oriente Médio tem sido o foco de ambições e objetivos estratégicos de potências externas. Fonte de um dos mais vitais recursos do mundo, a região se mostrou importante geograficamente, tornando-se um troféu nos conflitos por esferas de influência no século XIX, objeto de imperialismo e colonialismo, e uma arena para competições das potências no século XX (Morris, 1993: xi). Nos últimos anos, as ameaças relacionadas ao terrorismo tornaram a região ainda mais importante para o Ocidente. Os Estados Unidos, por exemplo, entendem que o terrorismo islâmico é a ameaça global mais imediata para a segurança dos seus cidadãos, e considera que a maioria dos atores que representam tal ameaça vem do Oriente Médio (The Heritage Foundation, 2016: 159).

⁵As manifestações na Líbia começaram em fevereiro de 2011 (BBC, 2013), e em março a OTAN aceitou o embargo de armas e materiais relacionados para a Líbia, com o propósito de proteger os cidadãos (NATO, 2015). Mais tarde, estabeleceu uma área de exclusão aérea sobre a Líbia e em março iniciou intervenção com controle terrestre, aéreo e marítimo (ibidem).

⁶A Síria acabou por se tornar o caso mais complicado da Primavera Árabe. A repressão do governo e o surgimento do Estado Islâmico tornou o conflito de três fronts (Governo, Estado Islâmico e rebeldes) em uma sangrenta Guerra Civil, como foi classificada em 15 de julho de 2012, pela Cruz Vermelha (Stepanova, 2012: 1). Até o momento, são 400.000 sírios mortos (UN New and Midia, 2017), outras dezenas de refugiados e intervenções militares por parte dos Estados Unidos e Rússia (CNN, 2017).

coloca a hipótese de que se o uso de redes sociais (como meio de organização e mobilização das manifestações) e as precárias condições de vida e a repressão política (como principal reivindicação das manifestações) foram fatores decisivos para a velocidade e dimensões da Primavera Árabe, então os fatores que garantiram que esta ocorresse foram o simultâneo aumento da taxa de escolarização juntamente com o aumento do acesso por parte das populações mais jovens ao ensino superior nos últimos anos, e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os conceitos principais abordados serão as políticas de contestação, educação/literacia; desenvolvimento humano e mídias sociais online (OSM, sigla em inglês), que serão exploradas através dos fatores socioeconômicos – conjunto de indicadores que definem e analisam aspectos tanto sociais como econômicos. Serão utilizadas as principais fontes – primárias e secundárias – de análise acerca do tema: autores conceituados das teorias utilizadas no trabalho, textos sobre o tema, além de dados estatísticos retirados de sites de grandes organizações internacionais, como Banco Mundial, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); assim como discursos oficiais de Estados. O método de pesquisa abordado será o dedutivo, em que são analisadas informações já existentes e, a partir destes, gerar conclusões sobre o tema. Trata-se, assim, de uma pesquisa qualitativa, com o estudo de caso do Egito.

A opção por um estudo de caso passa pelo entendimento da complexidade do mundo árabe e por se tratar de países com realidade muito heterogêneas e distintas. A Primavera Árabe em cada país possui peculiaridades diferentes, ainda que tenha uma roupagem geral parecida: mesmo que as principais reivindicações dos protestos fossem mais ou menos as mesmas, os movimentos adquiriram características diferentes em cada país. Questões como a composição política, demográfica e religiosa dos grupos que ocuparam as ruas, o papel dos militares, ou a predominância de questões étnicas e religiosas nos protestos, tiveram relevância e formato diferentes (Pinto, 2011: 1). E a escolha pelo Egito se dá pela compreensão de que este é um caso emblemático dentro da Primavera Árabe, por várias questões. *Primeira*, com abertura liberal nas décadas de 1950 e 1960 levaram à precedentes de instabilidade econômica aliada à certo desenvolvimento social, que fez do Egito um terreno fértil para

revoluções populares e crescimento de movimentos como o *Muslim Democracy*⁷ e a Irmandade Muçulmana, que adquiriram força entre a população e se tornaram uma oposição informal ao governo. (Vars, 2005; Berman, 2003). Estes movimentos, como veremos mais tarde, foram importantes forças motrizes do sentimento de insatisfação popular e de deslegitimação do governo, ingredientes estes importantes na dinâmica da Primavera Árabe. *Segunda*, o fato da principal reivindicação das manifestações no Egito – a queda do presidente Hosni Mubarak – ter sido alcançada, com posteriores eleições diretas, faz com que o Egito seja considerado por alguns autores um caso de relativo sucesso na Primavera Árabe. *Terceira*, o país tem também importância geoestratégica: sua dimensão territorial, o canal de Suez e a influência no mundo árabe, o fazem não só mais observado pelos *policymakers* ocidentais, como também obteve maior cobertura midiática durante os protestos.

Bayat (1998 *apud* Berman, 2003: 257) fala em como a ascensão do Islamismo no mundo árabe pode ser entendido como uma situação pré-revolucionária, elucidando para o fato de como estes movimentos sociais paralelos no Egito indicavam uma eminente insurreição, sobretudo pelo fato de que eles próprios declaravam que a revolução era seu objetivo principal (Berman, 2003). O Egito desempenha papel fundamental na evolução intelectual e política do Islamismo: por ser o maior país árabe e um dos mais influentes; assim como por sua relativa maior abertura política, houve um grande número de produções acadêmicas que apoiam o Islamismo (Berman, 2003). A abertura liberal do Wafd e depois de Sadat trouxe ao Egito uma maior proximidade com o mundo ocidental e seus valores, com o aumento de universidades americanas no país – por exemplo – e, ao mesmo tempo, abriu precedentes para uma instabilidade econômica com a qual, mais tarde, o governo não saberia lidar. Em países em processo de modernização, como foi o caso do Egito nas últimas décadas, o desenvolvimento se deu o suficiente para oferecer aos cidadãos uma pequena amostra do que a modernidade pode oferecer, mas sem de fato oferecê-la, esta realidade pôs o governo em significativa pressão para desempenhar uma gama crescente de funções e demandas cada vez maiores⁸ (Berman, 2003: 258).

⁷(Democracia Muçulmana) termo de Vali Nars (2005), que designa a terceira força que vem ganhando força no mundo muçulmano e assombrando as várias vertentes do poder. A expressão faz evocação à tradição política associado aos partidos Democráticos Cristão da Europa.

⁸Tradução livre da autora a partir do texto original: "development has proceeded far enough to offer citizens a glimpse of what modernity has to offer, but not far enough to deliver it; in such societies,

Com o aumento de índices de escolarização e de ingresso ao ensino superior, ao mesmo tempo em que o governo se tornava mais e mais corrupto, aumentando a pobreza e a falta de perspectiva de seus cidadãos, o Egito se pôs em uma posição de difícil solução, como reitera Huntington (1968: 265)

Like other forms of violence and instability, it is most likely to occur in societies which have experienced some social and economic development and where the processes of political modernization and political development have lagged behind the processes of social and economic change.

Com o aumento gritante de desemprego, baixos salários, pobreza e serviços públicos de péssima qualidade, surgiu um vácuo de poder que foi, aos poucos, ocupado pelos movimentos islâmicos. Fornecendo bens sociais usualmente associados ao Estados, movimentos islâmicos cresceram e ganharam mais e mais adeptos que se viam mais representados e amparados pela Irmandade Muçulmana do que pelo próprio governo (Berman, 2003). Como um próprio ativista declarou, a Irmandade Muçulmana provia serviços para as pessoas que não podia pagar ou onde não existiam serviços do governo de todo⁹. Estes mesmos movimentos que ganhavam legitimidade por meio da sociedade civil, também procurava a revolução do sistema, instigando a população à insurreição.

Para além disto, o Egito é considerado um caso de relativo sucesso na Primavera Árabe, com a queda de Hosni Mubarak, presidente da República há quase 30 anos, e posterior eleições diretas, com ampla vitória da Irmandade Muçulmana: metades dos assentos no parlamento e eleição de Mohammed Mursi à presidente. O Egito possui, ainda, importância geoestratégica (pelo canal de Suez e pelas relações próximas com grandes potências ocidentais) e regional (entre os seus vizinhos), o que pôs o país em maior foco de atenções durante as manifestações – umas das *top trend*¹⁰ no Twitter em 2011 foi a *hashtag*¹¹ "Egypt" (Salem, Mourrada, 2011).

Em termos de quadro teórico, e tendo em conta o principal enfoque desta

states are thus under significant pressure to perform a growing range of functions and satisfy ever-increasing demands." (Berman, 2003: 258).

⁹Tradução livre da autora a partir do texto original: "We provide services for people who are not able to afford it [or] where there are no government services at all" (Karan, 1997 *apud* Berman, 2003: 260)

¹⁰Expressão que faz referência àquelas que são as maiores tendências nas redes sociais. No Twitter, se refere às palavras que foram mais postadas (ou *tuitadas*) num período de tempo determinado. Principais tendências, em tradução livre.

¹¹Palavra inglesa que denomina o símbolo #. Em português, "jogo da velha". Na rede social Twitter, é utilizado como forma de associar um *hyperlink* à postagem.

dissertação – os estopins desta onda contestatária -, a Teoria Crítica e o Construtivismo são as teorias escolhidas para enquadrar, analisar e explicar este fenômeno em estudo. A Primavera Árabe poderia ser explicada pelos realistas como um acontecimento possível apenas pela estrutura anárquica do sistema internacional. Ou poderia ser analisada pela visão liberal, com a promoção da democracia. Ou então pela Escola da Economia Política Internacional, com foco nas razões econômicas das manifestações. No entanto, apenas a Teoria Crítica possui o alcance ontológico necessário para uma compreensão mais profunda e real das causas do movimento no Egito: entender as dinâmicas sociais internas do país.

Para a Teoria Crítica "fatos são produtos de estruturas sociais e históricas específicas" (Silva, 2005: 253), sendo assim de suma importância a apreciação do desenrolar histórico dos acontecimentos e a investigação atenta da construção da estrutura social egípcia e das relações de poder que as encerram, a que se propõe o presente trabalho, com o fim de perceber os precedentes que levaram até à Primavera Árabe: uma onda de contestação da ordem do poder vigente e de tentativa de criação de uma nova ordem onde as forças dominantes do regime fossem substituídas por dinâmicas emancipatórias a partir de baixo. Este é, aqui, o terreno temático em que os estudos deste trabalho se darão. Torna-se assim, natural, enquadrar esta análise dentro daquela que é a teoria que se dedica à percepção desta dinâmica.

As forças sociais são consideradas pela Teoria Crítica as maiores e mais importantes para a transformação (Horkheimer: 2003). Desta forma, a mobilização social espontânea que deu origem à Primavera Árabe, foi sempre a principal alavanca motriz para a transformação política e social do Egito e de todo o mundo árabe. A teoria fornece a proposição de que o conhecimento tem ligação com o poder (Horkheimer: 2003), assim como também tem ligação com o interesse (Cox: 1981), e partindo desta, podemos perceber como o perfil escolarizado e literato das manifestações é um fator realmente importante: ter acesso à informação e ao conhecimento deu poder à população (poder de luta e condições de uso das redes sociais) e instigou a busca pelos interesses sociais.

De acordo com Cox, o quadro para a ação muda ao longo do tempo e o

objetivo principal da teoria crítica é perceber essas mudanças¹², assim como o presente trabalho procura entender as mudanças que levaram ao florescer das manifestações no Egito em 2011. Para o autor, três categorias de força interagem dentro de uma estrutura: capacidades materiais, ideias e instituições¹³, sendo o relacionamento entre estas forças recíproca. Ainda segundo Cox, dentro de uma estrutura hegemônica histórica, existe um "ajuste" entre essas forças. Quando alguma dessas forças é contradita, este "ajuste" se rompe e então surge potencial para transformação. Esta dinâmica descrita por Cox é visível na Primavera Árabe: as capacidades materiais (econômicas e sociais) não foram supridas pelo governo, então as instituições públicas perderam legitimidade ao mesmo tempo em que as instituições civis ganhavam força. E, quanto menos eficientes são as instituições de um país, maior é a perda de controle e legitimidade do Estado e o potencial para desordem e violência¹⁴. Esta realidade foi assomada de ideias, como democracia e revolução, que levaram a população às ruas.

E, por fim, o pressuposto mais importante da Teoria Crítica: a emancipação dos povos com o fim de suprimir as desigualdades. E esta é, sem dúvida alguma, a força motriz da Primavera Árabe: um movimento espontâneo de resistência civil, que começou pura e simplesmente como um apelo da sociedade, de uma forma geral, por melhores condições de vida. A reivindicação máxima da sociedade egípcia era a renúncia do então presidente Mubarak, há 30 anos à frente de um governo corrupto e autoritário, que calava as vozes populares, que aumentava a lacuna entre os poucos ricos e os muitos pobres, que suprimia as perspectivas de futuro e condenava a população à uma vida de miséria, fome e desesperança.

A Teoria Crítica será a base teórica sólida e fundamental da estruturação do trabalho. No entanto, para a percepção processual da Primavera Árabe, e sobretudo para a componente metodológica da dissertação, será também utilizado o Construtivismo, compreendendo a sucessão de fatos e a importância do pressuposto da realidade ser socialmente construída. Para esta teoria, a “realidade social e o conhecimento dessa realidade são produto de uma construção permanente” (Sousa,

¹²Tradução livre da autora a partir do texto original: “the framework for action changes over time and a principal goal of critical theory is to understand these changes” (Cox, 1981: 139).

¹³Tradução livre da autora a partir do texto original: “three categories of forces [...] interact in a structure: material capabilities, ideas and institutions” (Cox, 1981: 139).

¹⁴Tradução livre da autora a partir do texto original: “the less efficient a country's institutions are, the greater the state's loss of control and legitimacy, and the larger the potential for disorder and violence” (Berman, 2003: 259).

2005: 179), assim como entende “que as relações entre Estados não são definidas com base em interesses nacionais fixos, mas por padrões de comportamento e de identidade que se transformam com o tempo” (Gonçalves; Silva, 2010: 31).

Esta dissertação, então, traz a mais-valia de ir além da análise histórica ou da análise limitada de que as redes sociais online são as responsáveis pela Primavera Árabe. As redes sociais foram um *trigger* dentro deste "barril de pólvora" que se tornou o Egito nos últimos anos, por seu histórico político, social, econômico e cultural. Desta forma, apenas entendendo como se deu a interação entre esses fatores causais é que poderemos precisar quais foram as causas estopins para a eclosão da Primavera Árabe naquele exato momento. Este é um caminho que não foi de todo percorrido pela literatura já existente sobre o tema, e esta dissertação tentará preencher essas lacunas.

Maria Carvalho Pinto (2011; 2012) mostra como este tipo de manifestações não é recente, e que inéditos são os fatores velocidade, dimensão e o – relativo – sucesso em alguns países; no entanto, a autora não procura entender quais foram as razões que garantiram tais fatores, se limitando a entender a evolução dos fatos, com compreensões históricas e sociais que explicam as razões de ser uma região instável e com histórico de políticas de contestação, mas não o que garantiu a eclosão em si da Primavera Árabe. Pinto (2011;2012) ainda acerta, assim como Rosa Balfour (2011), sobre o mito da incompatibilidade do Mundo Árabe com a democracia e de como isso não se prova verdade. Contudo, não aprofundam essa questão, sem mostrar a evolução de movimentos pró democráticos, como o *Muslim Democracy*, e enfatizar que a Primavera Árabe não foi o único movimento popular com diretrizes democráticas na região.

A retrospectiva da história recente do Egito de Robert L. Tignor (2010) mostra como o país teve, ao longo do último século, governos que atrasaram o seu desenvolvimento social e político. Ultrapassando apenas a mera análise dos fatos históricos, é possível estabelecer a relação entre o histórico de desenvolvimento tardio com a atual realidade de instabilidade – instituindo, assim, que a Primavera Árabe no Egito possui raízes históricas mais profundas do que a literatura atual costuma supor. Alaa Al Aswany (2011) refaz o passo a passo político do Egito pós-colonial, partindo do golpe militar de 1952 até as manifestações na Praça Tahrir, passando por Nasser e Sadat. É uma análise histórica-política bastante rica, com a compreensão daqueles que

foram os precedentes para a insurreição. No entanto, é inconsistente abordar apenas aspectos políticos para a compreensão das causas da Primavera Árabe, sendo necessário juntar os outros fatores à esta análise – como o próprio uso das redes sociais e as estruturas social do Egito.

Nuno Rogeiro (2011) contribui ainda mais a compreensão da Primavera Árabe com sua análise sobre as causas das manifestações, dividindo-as em três categorias: causas diretas (que somam os fatores de instabilidade político, econômico e social; além do papel da religião, fortalecida em movimentos de oposição e do regimes dominantes terem caducado levando ao distanciamento dos jovens das instituições dominantes), as causas indiretas (as prometidas reformas e mudanças que nunca aconteciam de fato começava a enervar a população; as marcas deixadas por atrocidades históricas; o fortalecimento de movimentos como o pan-arabismo e resistência anti-imperialista; e problemas oriundos dos tempos de colonização) e os aceleradores das revoltas (o papel da mídia, repassando ao mundo o que acontecia internamente; a liderança de uma nova elite, jovem e com formação superior; fatores externos como apoio internacional e influências de outros Estados; processos simbólicos que potencializaram as tensões, como a autoimolação do jovem tunísio; e, principalmente, o papel das redes sociais). A análise de Rogeiro é, para já, a mais completa e mais detalhada sobre a temática na questão dos elementos causais. No entanto, não houve tentativa de classificar aqueles que foram os fatores estopins e, por se tratar de um estudo mais regional, para todo o mundo árabe, não traz as especificidades da realidade de cada país, se tornando um pouco generalista.

Seguindo os passos desses e outros autores que estudam e analisam o mundo árabe e a Primavera Árabe, este trabalho caminhará num sentido semelhante, ao tentar compreender as causas destas revoluções que culminaram num dos mais importantes fatos históricos do início deste século. No entanto, tentará contribuir com alguns esclarecimentos um pouco mais profundos, por ir além dos fatores globais e se dedicar a entender particularmente os fatores estopins específicos que garantiram as condições necessárias para o surgimento de um movimento tão peculiar como a Primavera Árabe, que reuniu um conjunto de características que asseguraram a dimensão, força e – em alguns casos – sucesso da revolução. Para além da compreensão do histórico de instabilidade política, econômica e social desta região;

dos fatores externos que influenciam, desde muitas décadas, o desenrolar das dinâmicas internas desses países, e do papel fundamental das redes sociais online, o presente trabalho tentará determinar aqueles que foram os pontos-chaves para a eclosão do movimento, dando a devida importância a cada fator assim como para a interação entre eles.

A dissertação está estruturada em quatro sessões principais. A *primeira* preocupa-se em desenvolver o quadro teórico proposto, com a percepção da Teoria Crítica em si – sua origem, seus pressupostos e objetivos, e os principais pensadores críticos com seus respectivos contributos teóricos. Será contextualizada a teoria dentro da temática, procurando aplicar os pressupostos, compreensões e visões de mundo críticos dentro da abordagem à Primavera Árabe que o presente trabalho propõe: o historicismo, a estrutura social, a emancipação. Por fim, será apresentado o contributo construtivista ao trabalho, no âmbito mais processual: o papel do indivíduo e a construção das ideias, das identidades e dos interesses. A *segunda* sessão trata da contextualização histórica e social do Egito, com abordagem das raízes históricas – desde o Império Otomano até a realidade política atual. Na sequência, é feita uma análise da estrutura social egípcia, entendendo como as raízes históricas influenciaram para esta estruturação social: o surgimento de movimentos de dentro da sociedade civil que se tornou uma oposição informal, com destaque para a Irmandade Muçulmana, e preparou o terreno para revoluções.

A *terceira* sessão traz uma apreciação da própria Primavera Árabe, percebendo as motivações sociais, políticas e econômicas das manifestações: a luta por melhorias das condições de vida com o fim de um governo autoritário e corrupto. São examinados o contexto social de falta de perspectiva de futuro por parte da população – que enfrentava a pobreza vinda da corrupção, a crise econômica originada da abertura liberal dos últimos 50 anos, as altas taxas de desemprego advindas da instabilidade econômica e como todo esse contexto levou à estagnação econômica e social dos indivíduos –, o perfil jovem e literato das manifestações – que era a parcela da sociedade mais afetada por esta estagnação, perdendo as expectativas de um futuro vindouro, mesmo com suas altas qualificações; e de como o fato de serem alfabetizados, escolarizados e literatos os possibilitou maior acesso a informação e condições de uso das redes sociais online, que foram de suma importância – e a

observação do contexto e do estopim da Primavera Árabe: as condições de vida precárias (por conta de todo o histórico político, econômico e social esmiuçados na sessão anterior) como o *background* e as redes sócias como o *trigger*, com seu papel de mobilizador e potencializador da revolução. Por fim, a conclusão, que sintetiza o *puzzle* da investigação: a interligação do histórico de desenvolvimento tardio com a construção de um contexto político e social suscetível a revoluções, assomado das redes sociais, que possibilitaram uma maior velocidade e força para a Primavera Árabe.

CAPÍTULO I – Enquadramento Teórico

No presente capítulo serão abordadas as componentes teóricas que fundamentam o trabalho. Será feita a apresentação das teorias escolhidas para explicar a temática, assim como as justificações do porquê determinou-se tais linhas teóricas. Algumas problemáticas e conceitos centrais serão expostos, analisados e incorporados

à compreensão do tema: *relações de subordinação, desigualdade, emancipação, diagnóstico de época*.

Assim, o capítulo está dividido em três seções: A Teoria Crítica; A Teoria Crítica na Primavera Árabe; O Contributo Construtivista: a compreensão processual. Na primeira, conheceremos a história de surgimento da Teoria Crítica, seus pressupostos e objetivos e seus principais expoentes. Na segunda aplicaremos os pressupostos críticos no contexto da Primavera Árabe, tentando entender as causas deste fenômeno sob a ótica crítica. Na terceira, por fim, iremos apresentar o contributo de compreensão processual de algumas das premissas construtivistas na dissertação.

1.1. A Teoria Crítica

A Teoria Crítica é filha do casamento entre o marxismo e momento histórico em que é formulada. Seguindo os passos de Karl Marx, seus teóricos questionam as relações de desigualdade que o capitalismo estabelece, tendo como *emancipação* o conceito fundamental e objetivo prático. Porém, a principal inovação do pensamento crítico foi a *revolução epistemológica*: uma ruptura com métodos positivistas buscados pelas teorias até então vigentes. A teoria não assume apenas sua valoração temporal como também seu papel normativo na busca por uma sociedade emancipada (Horkheimer, 1972; Nobre, 2004; Nogueira e Messari, 2004; Frankenberg, 2011; Melo, 2011; Alves, 2014).

A Teoria Crítica é, também, fruto de seu momento histórico e, por isso, traz consigo a defesa da importância do *diagnóstico do seu tempo* (Nobre, 2004; Melo, 2011). Deste modo, é importante fazer uma retrospectiva histórica da própria Teoria Crítica, assim como seu surgimento e evolução dentro das Relações Internacionais. O contexto de surgimento desta teoria traduz os seus objetivos e pressupostos, bem como explica a visão de mundo que seus fundadores propuseram através do olhar crítico.

1.1.1. Origem: a Escola de Frankfurt

A Teoria Crítica nasce na Alemanha, na primeira metade do século XX, concebida por um grupo de pensadores que contestavam a dita imparcialidade e objetividade das teorias existentes dentro das ciências humanas, assim como a falta do papel normativo e prático que deveriam possuir. Guiados pelas ideias emancipatórias

de Marx, criaram um Instituto que seria o nascedouro da Escola de Frankfurt. O *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisa Social), fundado em 3 de fevereiro de 1923, na cidade alemã Frankfurt, por um decreto do Ministério da Educação (Assoun, 1991), foi idealizado por Félix Weil, com o apoio de Friedrich Pollock – ambos economistas –. O Instituto de Pesquisa Social (IPS) tinha como "objetivo principal [...] promover, em âmbito universitário, investigações científicas a partir da obra de Karl Marx" (Nobre, 2004: 13). A ideia do Instituto veio depois da realização da "Primeira Semana de Trabalho Marxista", organizada pelo próprio Weil.

A origem do Instituto é iniciativa de Félix J. Weil, filho de um negociante de cereais, que fizera fortuna na Argentina. Weil, doutor em ciências políticas, organizou a “Primeira Semana de Trabalho Marxista” (Erste Marxistische Arbeitswoche) durante o verão de 1922 em Ilmenau (Thuringe) na qual participaram nomeadamente Lukács, Korsh, Pollock, Wittfogel, e que devia lançar a noção de um marxismo “verdadeiro” ou “puro”. Assim nasceu a ideia de uma instituição permanente sob a forma de um Instituto de Investigação Independente que se beneficiou de um donativo de Hermann Weil [...]. (Assoun, 1991: 7)

Associado à Universidade de Frankfurt, o IPS, em 1930, começou a ser dirigido por Max Horkheimer, que deu início à uma nova fase do Instituto: a formação de um grupo interdisciplinar de pensadores, acadêmicos e teórico das mais diversas áreas, como a economia, o direito, a ciência política e a psicologia, ou seja, "pesquisadores de diferentes especialidades trabalhando em regime interdisciplinar e tendo como referência comum a tradição marxista" (Nobre, 2004: 12). Sob o comando de Horkheimer, o IPS "representou a embriogênese da reflexão crítica transdisciplinar, de linha marxista, voltada para a investigação ampla da sociedade contemporânea" (FUNAG, 2012: 376). No entanto, vale salientar que, apesar de ter Marx como farol teórico, a Teoria Crítica se propunha também criticar o próprio marxismo, negando as leituras ortodoxas da teoria e elucidando os seus prognósticos que não se efetivaram (Silva, 2005).

No início do século XX, vários acontecimentos mostraram como o marxismo ortodoxo era insuficiente para explicar e compreender a nova realidade em curso. A Primeira Guerra Mundial, por exemplo, colocou em evidência o lugar central do Estado e do nacionalismo como forças capazes de mobilizar grandes massas independente de suas divisões de classe. Como explicar um conflito de tais proporções com base em fatores econômicos, uma vez que a guerra ocorreu em um período de grande prosperidade das economias europeias? Da mesma forma, ao contrário do que sugeririam os marxistas ortodoxos, a Crise de 1929, que ameaçou a própria existência do capitalismo, não produziu revoluções socialistas, mas sim o nazismo, um regime autoritário e capitalista que levou a um enorme retrocesso nos movimentos revolucionários em toda a Europa. Também

aqui era necessário ultrapassar as explicações economicistas para encontrar as raízes políticas e ideológicas do fenômeno fascista. (Nogueira e Messari, 2005: 134)

A Teoria Crítica não estava ela mesma imune às suas próprias preposições, estando, assim, sujeita aos fatos históricos de seu tempo. Em plena ascensão nazista, o IPS corria perigo por seu cunho socialista e por seus vários membros judaicos (Nobre, 2004). Temerosos pela possível tomada de poder de Adolf Hitler, o grupo constituinte do Instituto resolve sair da Alemanha e transferir sua sede e capital para outros países. O IPS passou pela Suíça, Holanda, França, Inglaterra e, por fim, pelos Estados Unidos, com o convite da Universidade de Columbia, em Nova York (Assoun, 1991; Nobre, 2004; Nascimento, 2014; Hilário, 2014; Alves, 2014).

As primeiras publicações e produções do IPS ocorreram fora de Frankfurt, que só voltou a sediar o Instituto em 1950 (após o fim da Segunda Guerra Mundial e queda de Hitler) "merecendo de novo, mas com dezessete anos de interrupção, a sua qualificação de frankfurtiana" (Assoun, 1991: 8). Somente depois da volta para a cidade alemã que o rótulo "Escola de Frankfurt" passa a existir: com a volta de alguns de seus integrantes, como Horkheimer e Adorno, à Alemanha, há uma reestruturação do IPS e uma tentativa de solidificar essa linha teórica como uma unidade, através da criação da Escola de Frankfurt, que apesar de não possuir nem um grupo de pensadores que partilhassem de forma igual uma doutrina em comum – pelo contrário, seus integrantes apresentavam muitas divergências sobre seus pontos de vistas e conclusões – e nem um conjunto de nomes que estivessem irrefutavelmente ligados à escola (Nobre, 2004); a Teoria Crítica ainda hoje é diretamente atrelada à Escola de Frankfurt, que se tornou uma "etiqueta" com força e solidez.

A origem da Teoria Crítica data da década de 1920, mas sua entrada dentro das Teorias de Relações Internacionais ocorre somente 60 anos mais tarde, nos anos 1980. Com a perda de força e conseqüente colapso da União Soviética, o campo teórico das Relações Internacionais (RI) passava por uma reconstrução dos seus paradigmas. O primeiro debate das RI (realismo x liberalismo), e seus debates derivados, começava a mostrar suas fissuras, quando nem a visão *(neo)realista* e nem a *(neo)liberal* conseguiam explicar a complexidade das relações internacionais de forma completa, isto é, "a teoria crítica nas Relações Internacionais nasce no contexto de turbulência característico de um período de transição para uma ordem mundial cada vez mais

globalizada" (Nogueira e Messari, 2005: 133).

A Teoria Crítica – dentro das RI – nasce em 1981, com a publicação de “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, de Robert Cox, em oposição ao positivismo das teorias tradicionais das relações internacionais e a "ontologia deixa de ser analisada como característica *a priori* da realidade para ser entendida como um produto social influenciado pelo contexto histórico em andamento" (Alves, 2014: 81). Com o sentido de denunciar as relações de subordinação e desigualdade no âmbito internacional, a Teoria Crítica das Relações Internacionais (TCRI) evoca algumas das principais premissas críticas: delata o papel das teorias tradicionais de perpetuadoras dessas relações desiguais; demonstra a responsabilidade das Teorias de Relações Internacionais na busca da emancipação, sendo essencial, para isso, assumirem o papel normativo que lhes cabem; acusa a falsa parcialidade prometida pelas teorias vigentes e para a necessidade de que assumam a parcialidade inerente à elas; e enfatiza a importância da análise histórica do momento presente, admitindo que a realidade é mutável pelas influências dos vários agentes que nela interagem.

1.1.2. Pressupostos e objetivos

Após compreender a sua origem, nos resta, então, a pergunta: afinal, o que é Teoria Crítica? Segundo os primeiros escritos de Horkheimer, é todo trabalho que "desenvolve seu trabalho teórico a partir da obra de Marx" (Nobre, 2004: 18). Portanto, está fundamentada, sobretudo, nas relações de desigualdade e subordinação. Este é o seu pressuposto inaugural, do qual se desenvolvem todas as críticas e pensamentos que a constituem. Utilizando conceitos marxistas como o de materialismo dialético, a da visão de determinismo e a da perspectiva de alienação ontológica (FUNAG, 2012), a Teoria Crítica constrói suas bases para aquele que é seu maior objetivo: "compreender o desenvolvimento histórico da sociedade, suas contradições e formas de dominação, sempre com um interesse em transcendê-la na direção de uma ordem mais justa, livre e solidária" (Nogueira e Messari, 2005: 135), ou seja, alcançar a *emancipação*. Para isto, era necessário, antes de tudo, rever o papel das próprias teorias e promover uma ruptura epistemológica.

Para a Teoria Crítica, a incorporação do método positivista presente nas

ciências naturais, que busca a imparcialidade e a objetividade, não é aplicável nas ciências humanas: o observador e teórico faz parte e sofre influência de seu objeto de estudo (a sociedade e as relações humanas) em toda sua amplitude (Horkheimer, 1972). Partindo da compreensão da "incompatibilidade positivista", segue-se para outro ponto importante da Teoria Crítica: admitindo a pressão que sofre de seu meio, o pensador deve, então, equacionar a influência valorativa que exerce sobre sua análise e incorporá-la à teoria em si, admitindo que toda teoria e filosofia política reflete, em maior ou menor escala, as preocupações da época histórica em que foi concebida e formulada¹⁵.

Os teóricos críticos assumem que tanto os objetos observados como os sujeitos observadores da ciência (humana) são constituídos socialmente e, portanto, devem ser analisados e interpretados dentro de seu contexto histórico-social¹⁶. Isto significa que, para a Teoria Crítica, é de suma importância o "diagnóstico do tempo presente" (Nobre, 2004: 19), sendo sempre necessária a análise do contexto político, social e econômico do momento para, então, entender as dinâmicas de exploração e subordinação e os potenciais emancipatórios existentes. Desta maneira, a Teoria Crítica não toma por pronta e acabada nenhuma teoria: ela deve estar em constante processo de revisão e readaptação à realidade, que sofre alterações ao longo do tempo. Esta renovação constante vale, é claro, para a própria Teoria Crítica, sendo esta uma das suas principais características (Nobre, 2004).

O desafio da teoria crítica consiste em poder *renovar* seus diagnósticos de modo a tornar possível que continuemos formulando uma perspectiva a partir da qual os obstáculos à emancipação ou potenciais emancipatórios, quando presentes numa dada sociedade, sejam considerados e analisados de modo crítico. (Melo, 2011:249)

Dentro deste contexto, o pensamento crítico assume o papel que a teoria em si tem de influenciar a realidade e, assim, promover mudanças. Quando os teóricos críticos concluem que, dentro das ciências humanas, não é possível ser parcial e objetivo, eles libertam as teorias das amarras epistemológicas de não interferência na realidade. As teorias humanas deixam de ser meras espectadoras e passam a ter papel

¹⁵Tradução livre da autora a partir do texto original: "social theories and political philosophies reflect, to a greater or lesser extent, the preoccupations of the historical epoch in which they were conceived and formulated" (Jones, 1999: 9).

¹⁶Tradução livre da autora a partir do texto original: "tanto los objetos observados como los sujetos observadores de la ciencia [humana] están constituidos socialmente y, por lo tanto, deben ser analizados e interpretados dentro de su contexto histórico-social"(Frankenberg, 2011: 68).

atuante na realidade que estuda.

[A] teoria crítica também era impelida por uma intenção emancipatória e por um empenho pela abolição da injustiça social. Oferecer conhecimentos que proporcionem a emancipação não consiste apenas em uma crítica filosófica, é também sustentar uma posição política, o que a Teoria Crítica não se intimida em desempenhar. (Alves, 2014: 83)

E a Teoria Crítica se propõe justamente a isso: superar o papel de perpetuadora das relações desiguais ao admitir "estruturas sociais resultantes da ação humana como um dado da natureza que dificilmente pode ser transformado pelos próprios seres humanos" (Nogueira e Messari, 2005: 135) – como faz as teorias tradicionais –, e, portanto, assumir sua função normativa, com a busca da emancipação e extinção das desigualdades.

Afinal, a aplicação indiscriminada de metodologias das ciências naturais, com suas posições epistemológicas subjacentes, tendia à reprodução da ordem existente. Isso é problemático, porque, ao invés de avançar a emancipação, no mundo moderno, constava-se a subjugação da natureza e a dominação do homem pelo próprio homem. (Silva, 2005: 253)

Conclui-se, assim, que existem dois pressupostos fundamentais da Teoria Crítica: a orientação para a emancipação e o comportamento crítico (Nobre, 2004). O *primeiro* diz respeito à capacidade da Teoria Crítica de desnudar por completo a realidade, compreendendo a sociedade e o mundo não como algo pronto e fixo, mas por suas potencialidades de mudança em direção à emancipação – ou seja, provar que "não é possível mostrar “como as coisas são” *senão* a partir da perspectiva de “como deveriam ser”: “crítica” significa, antes de mais nada, dizer o que é em vista do que *ainda* não é mas *pode* ser" (Nobre, 2004: 7); o *segundo*, que é consequência direta do primeiro, refere-se ao papel prático e direto da teoria, não podendo se limitar à apenas expor os fatos, mas examinar a realidade pelo que de fato ela é e as suas capacidades e potenciais de melhoras, contribuindo, portanto, diretamente para essa evolução. Logo, a Teoria Crítica assume a responsabilidade de examinar o mundo "não para descrevê-lo simplesmente, mas para identificar e analisar a cada vez os obstáculos e as potencialidades de emancipação presentes em cada momento histórico" (Nobre, 2004: 27). Isto é, admite a imparcialidade inevitável, tornando-a, assim, a maior aliada em seu objetivo maior: ser agente ativo na *emancipação* que é tanto sua base teórica quanto sua força normativa motriz.

1.1.3. Os principais pensadores da Teoria Crítica

Um dos principais nomes dentro da Teoria Crítica é, sem dúvida alguma, Max Horkheimer. Não apenas um dos fundadores da Escola de Frankfurt, Horkheimer foi o autor do texto que fala, pela primeira vez, em uma "Teoria Crítica" que se distinguia das teorias tradicionais, até então vigentes, das ciências humanas. Em "Teoria Tradicional e Teoria Crítica", de 1937, Horkheimer defende a ideia de que as ciências humanas e sociais tem tentado seguir o caminho das ciências naturais¹⁷, aplicando o método cartesiano, com o intuito de garantir a objetividade demandada pelos conceitos que determinam o que é uma teoria. No entanto, o autor alemão mostra como tal objetividade é impraticável nas ciências humanas: o observador não pode se desvincular do seu objeto de estudo, a sociedade e as relações humanas, das quais faz parte.

Desta forma, Horkheimer propõe um novo modelo de teoria, em que se assume tanto as influências sociais que sofre o observador, que estarão expressas em suas análises; quanto o poder de influência da própria teoria, que pode e deve ter aplicada sobre a realidade social de seu tempo. Horkheimer argumenta que, ainda que válidas, as teorias tradicionais perpetuam as relações de poder e subordinação ao buscar esta objetividade e, conseqüentemente, se negar a interferir na realidade. Seu texto dá nome e bases para a Teoria Crítica, sendo seus argumentos os principais pressupostos críticos. Além disso, foi em sua direção que o Instituto de Pesquisa Social ganhou seu cunho interdisciplinar; e foram seus esforços que consolidaram a Escola de Frankfurt como corrente sólida e unificada. Horkheimer seria também fonte para a criação de vários trabalhos críticos: "muitos dos modelos críticos formulados posteriormente — seja por outros autores, seja pelo próprio Horkheimer — terão por referência fundamental não a obra de Marx diretamente, mas os escritos de Horkheimer da década de 1930"(Nobre, 2004: 20).

Dentro das Relações Internacionais, existe uma série de nomes de peso quando se fala em da Teoria Crítica: John Burton, Richard Falk, André Gunder Frank, Johan Galtung. Porém, aqui nos focaremos em dois que são, para muitos, os principais nomes da Teoria Crítica das Relações Internacionais: Robert Cox e Andrew Linklater.

¹⁷Tradução livre da autora a partir do texto original: "sciences of man and society have attempted to follow the lead of the natural sciences" (Horkheimer, 1972: 190)

Cox foi pioneiro em resgatar algumas premissas base da Teoria Crítica para a compreensão das relações de poder e subordinação no âmbito internacional (Passos, 2013), podendo ser considerado "pai" da Teoria Crítica em Relações Internacionais. Linklater tem contribuído profundo nas Relações Internacionais com seu posicionamento crítico e sua vasta produção teórica reafirmou pressupostos críticos dentro da esfera internacional.

Autor da emblemática frase "toda teoria é para algo e para alguém"¹⁸, Cox aplica nas Relações Internacionais premissas críticas: afirma que as teorias tradicionais dentro de RI tendem a legitimar a ordem social e estruturas políticas vigentes, ao procurarem seguir o método positivista; defende que teorias estão intimamente ligadas à seu período histórico e, por isso, não podem ser consideradas um modelo absoluto, com aplicação universal e atemporal (Cox, 1981). Fazendo uma apologia direta à Horkheimer, Cox classifica as teorias internacionais entre *problems-solving theory* (teoria de solução de problema) e *critical theory* (teoria crítica). A *primeira* refere-se àquelas teorias que buscam o método positivista, com a pretensa objetividade e parcialidade que julgam ter.

[Problem-solving theory] takes the world as it finds it, with the prevailing social and power relationships and the institutions into which they are organized, as the given framework for action. The general aim of problem-solving is to make these relationships and institutions work smoothly by dealing effectively with particular sources of trouble [...]. The strength of the problem-solving approach lies in its ability to fix limits or parameters to a limited number of variables which are amenable to relatively close and precise examination. (Cox, 1981: 208).

Já a *segunda*, ao contrário, entende a influência social, política e econômica da realidade histórica em que uma teoria é concebida, reconhecendo a necessidade de refletir sobre isso e considerar essa influência na própria teoria. Não há forma de se manter parcial quando há influência tanto do observador quanto do objeto observado; assim assume a falta de neutralidade científica, ultrapassando-a através do reconhecimento da responsabilidade em transformar a realidade, com a superação das submissões e desigualdades. Além disso, não toma nenhuma teoria por acabada, se propondo à uma contínua reconstrução, para adaptar às realidades que pretende analisar.

¹⁸Tradução livre da autora a partir do texto original: "theory is always for someone and for some purpose" (Cox, 1981: 207).

Linklater, por sua vez, é o "expoente cardeal" (Silva, 2005: 269) da Teoria Crítica Internacional, uma teoria derivada do pensamento coxiano¹⁹, que tem como objetivo "fornecer uma teoria social da política mundial, [...] o alargamento do escopo tradicional das Relações Internacionais, não mais limitado por obsessões "estaticêntricas" (Silva, 2005: 269). Em sua obra, "*Critical Theory and World Politics: Citizenship, Sovereignty and Humanity*", Linklater defende a sua ideia primordial de expandir os limites da comunidade moral na política mundial, ou seja, "a emancipação no domínio internacional deva ser apreciada na forma da expansão das barreiras morais entre comunidades políticas (Silva, 2005: 271) e que a "emancipação vai representar a perda do sentido moral e ético das fronteiras delimitadas pelos Estados e facilitar a busca por um universalismo moral. (Alves, 2014: 263).

1.2. A Teoria Crítica na Primavera Árabe

A Primavera Árabe, enquanto fenômeno social de luta pelo fim da pobreza, da corrupção e do autoritarismo, pode ser muito bem analisada através da Teoria Crítica, já que há contributos analíticos úteis por parte desta para compreender as causas e os potenciais horizontes que este movimento revolucionário integra. As ondas de manifestações que inundaram o mundo árabe em 2011 possuíam, em sua essência, uma busca por melhores condições de vida²⁰, pelo fim das lacunas sociais nas sociedades árabes²¹, pela liberdade econômica²², política²³ e civil²⁴ e pela destituição

¹⁹Termo que faz referência à produção teórica de Robert Cox.

²⁰No Relatório Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010, o Egito ocupava o 101º lugar, com índice de 0,620. Sua posição no índice de desigualdade de gênero era 108º, com índice de 0,714 (taxa de 130 de mortalidade materna – a cada 100.000 partos bem-sucedidos –, 3,7% de mulheres no parlamento, 43,4% analfabetas e 24,4% participando na força laboral); com índice de pobreza multidimensional de 0,026 (16,7% da população no limiar de pobreza nacional) e intensidade de da privação de alimento de 13% (porcentagem média de carência relativamente às necessidades energéticas mínimas de nutrição); com índice de 5,8 de satisfação com a vida em geral (em uma escala de 0-10: 0, menos satisfeito; 10, mais satisfeito) e índice de 15 para experiências negativas (em escala de 0-100: 0, mais experiências; 100, menos experiências)

²¹De acordo com o CIA Factbook, em 2008 22% da população vivia abaixo do nível de pobreza.

²²De acordo com o Relatório de IDH de 2010, a percentagem de pessoas empregadas era de 46,2%, com PIB per capita de 1,991 USD (índice mundial: 9,120 USD). Segundo o Banco Mundial, o índice de desemprego no Egito, em 2011, era de 12% (índice mundial na mesma época: 5,995%).

²³Ainda de acordo com o Relatório de IDH de 2010, o Egito recebeu nota 1 para a liberdade política e índice democrático (em uma escala de 0-2: com 24% da população vítima de corrupção (porcentagem das pessoas sujeitas a situação de suborno); e nota 0 para descentralização democrática (em escala de 0-2) e 12% de participação política (% de pessoas que manifestaram a sua opinião a responsáveis públicos).

²⁴Segundo o Relatório de IDH de 2010, o Egito recebeu nota 4 para violação dos direitos humanos (em uma escala de 0-5, com 0 sendo poucas violações e 5 muitas violações); 51,4 de índice de liberdade de

de governos repressores (Alpert, O'Neill, Soohen, 2011; Aswany, 2011; Pinto, 2011, 2012). As pessoas foram às ruas lutar por emancipação, por uma sociedade alternativa mais justa e igualitária. O enredo da Primavera Árabe tem como base as próprias premissas da Teoria Crítica: o questionamento de relações de subordinação e desigualdade, ao demandar a criação de uma nova ordem onde as forças dominantes do regime fossem substituídas por dinâmicas emancipatórias a partir de baixo.

Para além da ideia da emancipação, a Teoria Crítica acerca pontos que são suas bases oncológicas e que servirão de farol na compreensão mais profunda das causas estopins da Primavera Árabe. A compreensão da força social como principal força de transformação (Horkheimer, 1972); a importância de não só observar o passado, mas toda o contínuo processo de evolução histórica (Cox, 1981), levando-se em consideração a análise de seu tempo, isto é, as condições históricas para o potencial e obstáculos emancipatórios.

1.2.1. Estrutura social e histórica

A Teoria Crítica, como já foi dito, tem suas bases no pensamento marxista: as relações de subordinação e desigualdade que existem no mundo capitalista devem ser rompidas pela emancipação, criando um mundo mais igualitário e justo. Isto, no entanto, não significa reproduzir integralmente o pensamento de Marx. Pelo contrário: devido aos fatos históricos de sua época de formulação, a Teoria Crítica faz críticas ao próprio marxismo. Os teóricos críticos pretenderam rever certos pontos afim de preencher lacunas que Marx, em seu tempo, não previu (Nobre, 2004; Nogueira e Messari, 2004, Alves 2014).

Uma das revisões passou pela centralidade das questões econômicas (Nogueira e Messari, 2004). O pensamento crítico percebeu como as relações de poder e de subordinação eram muito mais complexas que uma simples luta de duas classes – proletariados x capitalistas – (Nogueira e Messari, 2004; Alves, 2014). Fez-se "necessário ultrapassar as explicações economicistas para encontrar as raízes políticas e ideológicas" (Nogueira e Messari, 2004: 134). As raízes das desigualdades não eram apenas econômicas e a sociedade estava dividida em mais classes. Existem dinâmicas

imprensa (pontuação mais baixa indica uma maior liberdade de imprensa) com 3 jornalistas aprisionados a partir de 1º de dezembro de 2009.

de interesse político, social e ideológico que também influenciam as relações, e elas precisam ser analisadas.

a luta de classes parecia poder assumir formas distintas e mais complexas do que a contraposição pura e simples entre burguesia e proletariado. Além disso, a dimensão econômica dos conflitos muitas vezes era superada por interesses políticos orientados para a conquista do poder do Estado [...]. Ou seja, era preciso recusar as versões deterministas do marxismo que viam a história como governada pela lógica inexorável da luta de classes, definida, por sua vez, pelas relações sociais de produção. Tal concepção esvaziava os conflitos sociais de sua dimensão política, uma vez que passavam a ser interpretados como expressão direta de contradições econômicas inscritas em estruturas sociais que determinavam o que os atores faziam. (Nogueira e Messari, 2005: 134)

A Primavera Árabe, neste sentido, não pode ser compreendida apenas como uma luta de classe dos ricos contra os pobres, do proletariado contra o capitalista. Nas ruas estavam pessoas de mais variadas classes sociais, com capacidades financeiras diversas (Alpert, Jon; O'Neill, Matthew; Soohen, Jacqueline, 2011). Ainda que tivesse o objetivo de emancipação por motivações também econômicas, existia nas manifestações um caráter político e ideológico muito forte que não pode ser negligenciado.

O desemprego e a estagnação econômica foram razões importantes da insatisfação popular. A população urbana mais pobre já lamentava há anos a falta de condições para uma vida digna, com baixos salários e o abismo crescente entre as camadas pobres e ricas (ICG, 2011). E os índices de desemprego colocava a população em condições de vida cada vez mais precárias, sendo a parcela mais jovem a mais prejudicada: enquanto o índice nacional, em 2013, era de 12,6%, o índice entre jovens, no mesmo período, era de quase 40%. De acordo com a OIT “pelo menos 90% dos desempregados tem menos de 30 anos, e muitos mais são afetados pelo subemprego”²⁵ (OIT, 2010: 4).

No entanto, tão importante quanto a própria escassez de acesso ao mercado de trabalho eram suas consequências. No Egito, a falta de oportunidades de trabalho teve reflexos diretos na vida social e religiosa dos indivíduos: impedia o acesso ao

²⁵Tradução livre da autora a partir do texto original: “At least 90 per cent of the unemployed are aged less than 30 years, and many more are affected by underemployment” (OIT, 2010: 4).

matrimônio, pois é exigido do noivo prova de posse de uma propriedade em que possa viver com a futura família (Pinto, 2001: 4). E, no Islã, o casamento tem importância fundamental, considerado um dever e uma tradição religiosa; ele trás prestígio, reconhecimento e aprovação social (Osman, Rashad, Roudi-Fahimi; 2005).

Os impactos sociais que as questões econômicas geram são muito profundos e tem influência direta nas causas da Primavera Árabe: a falta de perspectiva de futuro, em toda a sua amplitude, gerou na população, sobretudo jovem, uma revolta e um sentimento de insatisfação em relação ao governo. Este descontentamento foi, também, estimulado por movimentos de cunho religioso no país, que vinha crescendo no Egito nas últimas décadas. Movimentos estes que são peças fundamentais na formação da Primavera Árabe. Fornecendo à população bens sociais geralmente vinculados ao governo, a Irmandade Muçulmana, por exemplo, criou força por meio da sociedade civil e virou uma oposição informal ao governo (Berman, 2003). Essa dinâmica política e social presente no Egito também tem papel fundamental na compreensão das raízes causais da Primavera Árabe: não apenas um movimento que questionava a legitimidade do governo, mas também provia à população educação, que é ponto chave na compreensão da Primavera Árabe.

1.2.2. A luta por emancipação

O principal conceito da Teoria Crítica é também a principal luta da Primavera Árabe: a *emancipação*. O pensamento crítico se distingue "das demais posturas teóricas no campo das ciências humanas [...] em seu interesse pelas condições emancipatórias socialmente existentes" (Melo, 2011: 249), isto é, diferente das teorias tradicionais, a Teoria Crítica pretende ultrapassar o mero papel de produzir conhecimento e alcançar a *práxis*, ao emancipar o homem de uma situação escravizadora (Horkheimer, 1983), sendo o "objetivo explícito da teoria crítica [...] promover a emancipação humana" (Silva, 2005: 253).

Entendendo que nenhum teórico pode ser de fato mero observador em suas análises, a Teoria Crítica assume a sua parcialidade e, conseqüentemente, seu papel prático em promover mudanças em direção a um mundo mais justo e igualitário. Assim, a emancipação não é apenas seu eixo teórico central, como também seu objetivo normativo. Na mesma medida, a Primavera Árabe foi, nada mais nada menos,

que um grito por liberdade, uma luta por igualdade, um ato pela emancipação.

Sem direito de liberdade de expressão, de direito a voto, sem serviços sociais básicos de qualidade (Pinto, 2011, 2012), a população ficou exposta a uma realidade de precariedade. E assim, a onda de manifestações se alastrou, levando milhares de pessoas às ruas, que reivindicavam melhor transparência governamental, uma mais vibrante e aberta economia que provesse opções mais confortáveis, maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida; assim como melhor saúde e educação públicas²⁶. Homens e mulheres, xiitas e sunitas. Em um primeiro momento, não havia classificações, caráter político na luta. Ela começou pura e simplesmente como movimentos nacionais por melhores condições de vida. Foi um despertar, um desabrochar de uma revolução silenciosa que já acontecia há muitos anos no mundo árabe. Tudo começou como um movimento *grass-roots*²⁷.

E, ainda que os movimentos religiosos tenham papel importante na construção deste sentimento de descontentamento (seja de forma direta, ao se declarar oficialmente contrário ao governo e ter a revolução como uma das suas metas; seja de forma indireta, mostrando à população as falhas do governos ao fornecer à mesma serviços sociais que, em teoria, deveriam ser oferecidos pelo Estado), e que mais tarde tenham se aproveitado das manifestações para alcançar objetivos políticos (Carrasco, 2017); as manifestações na Praça Tahrir em si foram espontâneas. Não foram organizadas diretamente por movimentos políticos ou religiosos. Os movimentos religiosos estão presentes no *antes* (com o estímulo, durante anos, do sentimento de revolta e insatisfação da população em relação ao governo) e no *depois* (quando, depois de criar força suficiente para depor Mubarak, assumem a revolução com o fim de conquistar objetivos políticos) da revolução, e não *durante*. A iniciativa de ir para a rua e ocupar a Praça Tahrir foi espontâneo e popular.

²⁶Tradução livre da autora a partir do texto original: "they seek greater government transparency, more vibrant open economies that provide more commodity choices, more job opportunities and better standard of living, and better healthcare and education" (Gunter, Elareshi, Al-Jaber, 2016: 20)

²⁷(Base, fundamento) Expressão que designa todo e qualquer movimento político que tenha nascido de forma espontânea. Não se sabe ao certo como a expressão surgiu, mas acredita-se que foi em 1912, pelo senador do estado norte-americano Indiana, quando disse: "This party has come from the grass roots. It has grown from the soil of people's Jeremiah Beveridge, hard necessities", quando se referia ao Partido Progressista.

Não há ponto em que Primavera Árabe e Teoria Crítica mais coincidam do que esta: a luta pela emancipação. Esta é a base de todo o pensamento crítico e foi a principal reivindicação da Primavera Árabe: a libertação do homem de uma situação escravizadora, alcançando assim uma realidade mais igualitária, justa; é findar as relações de subordinação e opressão e dar início à inclusão, à paridade social e econômica; à justiça e à liberdade.

1.2.3. O contexto social, as redes sociais, e o diagnóstico de época

Segundo a Teoria Crítica, nenhuma teoria está isenta das influências que sofre do momento histórico em que foi concebida (Horkheimer, 1972), compreendendo que "fatos são produtos de estruturas sociais e históricas específicas" (Silva, 2005: 252). O observador, ao fazer parte da mesma sociedade em que vive, não pode ser imparcial e objetivo. Assim, é importante ter em consideração o momento histórico em que teorias e estudos são formulados para compreender de que forma e até onde ele determina as conclusões ditadas (Nobre, 2004; Nogueira e Messari, 2004; Alves, 2014). O *diagnóstico de época* é, então, considerar a força que a realidade histórica daquele momento tem sobre determinado fenômeno e, em sua análise, não desconsiderar tal força.

Em um contexto de histórico de desenvolvimento muito recente, governos autoritários de maioria monárquica hereditária e bens e serviços sociais escassos, que a Primavera Árabe fez-se surgir: o desabrochar do sentimento de revolta em escala regional, que só foi possível devido a um alto nível de insatisfação das populações com os seus governos. De suma importância é compreensão do perfil geral da população que estava nas ruas manifestando: jovens literatos. Isto é resultado direto do aumento dos índices de escolarização e acesso ao ensino superior.

Quanto maior o nível de educação de uma sociedade, mais condições terão seus indivíduos de terem acesso a informação, assim como também de distribuí-las. E, segundo a própria Teoria Crítica, "a fase última desse processo emancipatório seria a habilidade dos indivíduos em suplantar os processos de opressão através da aquisição do conhecimento", sendo a "educação, ou a aquisição de uma nova lógica, [...] o caminho maior para a transformação das desigualdades entre os indivíduos" (Gonçalves e Silva, 2010: 275). Sem contar, que no caso específico da Primavera

Árabe, a internet e as redes sociais tiveram um papel enorme no desenvolvimento das manifestações. Através de *Facebook* e *Twitter*, grupos de manifestantes incitavam os cidadãos, organizavam os protestos e repassavam para o resto do mundo a sua realidade. Estudos da *Dubai School of Government* mostraram que o número de usuários das duas redes sociais na região aumentou incrivelmente: de novembro de 2010 a janeiro de 2011 foram mais de 200 mil novos cadastros do *Facebook* na Tunísia – período de maiores protestos no país. Ainda de acordo com a instituição, nove em cada dez tunídeos e egípcios afirmaram ter usado o *Facebook* para organizar os protestos e aumentar a participação da população nas manifestações (Salem, Mourtada, 2011).

Mais do que forma de estabelecer comunicação entre os rebeldes, o *Facebook* e o *Twitter* foram a forma mais fácil e viável de noticiar o que acontecia no Mundo Árabe. A dificuldade que a imprensa internacional tinha em chegar aos locais e obter informações da forma tradicional incitou o uso das redes sociais para a divulgação dos protestos, para que não ficassem restritos ao conhecimento da população local. As famosas “*hashtags*”, utilizadas no *Twitter*, foram uma boa forma de medir o papel dessas ferramentas na Primavera Árabe: em 2011 a *hashtag* mais popular foi #Egypt²⁸ tendo sido utilizada, nos primeiros três meses de protestos no Egito, 1,4 milhões de vezes (Salem, Mourtada, 2011). Outras *hashtags* bastante usadas foram: #Bahrain²⁹; #protest³⁰; #Yemen³¹; #arabspring³²; #ghaddafi³³ e #Libya³⁴.

Este era o momento atual do Egito: uma população escolarizada, literata, cheia de ideias e sem um futuro promissor. O maior acesso à educação também deu condições para o uso das redes sociais que, por sua vez, estavam no ápice de seu uso e alcance. As novas redes sociais online foram uma importante e poderosa "arma" nas mãos dessa população, que a utilizaram como meio de mobilização e organização do movimento, assim como para sua exportação para o mundo. Uma população mais escolarizada aliada à existência de ferramentas propulsoras é o resultado do *diagnostico da época* da Primavera Árabe, assim como o potencial emancipatório do

²⁸Egito, em português.

²⁹Barém, em português.

³⁰Protesto, em português.

³¹Iêmen, em português.

³²Primavera Árabe, em português.

³³Muammar al-Gaddafi, chefe de Estado da Líbia na época das manifestações.

³⁴Líbia, em português.

Egito daquele momento específico.

1.3. O Contributo Construtivista: a Compreensão Processual

A Primavera Árabe é crítica em essência, mas construtivista em seu processo de desenvolvimento. De acordo com o objetivo a que se propõe este trabalho, o Construtivismo possui pressupostos que explicam o desenrolar das manifestações. E é sobre isso que se trata esta sessão: conhecer aquelas que são os as premissas construtivistas que nos ajudam a entender o processo a que levou a Primavera Árabe.

O Construtivismo, com origem em variadas abordagens sociológicas e filosóficas (Gonçalves e Silva, 2010: 30), é uma linha teórica recente dentro das Relações Internacionais e “apresenta uma nova concepção da Sociologia e do seu objecto, consistindo em considerar que a realidade social e o conhecimento dessa realidade são produto de uma construção permanente” (Sousa, 2005: 179). Esta compreensão de uma estrutura mutável tem origem na percepção construtivista da significação social das ideias que, por sua vez, determina interesses, normas e condutas (Adler, 1999). E estas duas noções – a *realidade ser socialmente construída* e a *ideia determinar os interesses* – serão as abordadas a seguir.

1.3.1. A realidade é socialmente construída

A premissa básica do Construtivismo é de que "vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas" (Nogueira e Messari, 2005: 160). Isto significa que, para o pensamento construtivista, não há *antecedência ontológica* para relação agente/estrutura: a estrutura e o agente são alteráveis e se constroem mutualmente (Wendt, 1992; Gonçalves e Silva, 2010; FUNAG, 2012; Alves, 2014). E isto deve-se ao fato de que as relações sociais mudam e as identidades culturais se moldam durante a história. Assim, o que hoje é tido como norma *sine qua non*, ontem não era e, assim, amanhã pode não ser mais. Ou seja, para o pensamento construtivista a realidade "não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar [...]; podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites" (Nogueira e Messari, 2005: 160).

Partindo desta compreensão, define-se a importância da contextualização

social para a compreensão da Primavera Árabe: a realidade do Egito no momento da eclosão das manifestações era de uma população jovem e literata sem expectativas de futuro por enfrentar altos índices de desemprego, baixos salários e um governo com altos índices de percepção de corrupção. Diante disto, esta mesma população resolveu ir às ruas em nome de mudança: se tornaram protagonistas da sua própria realidade e, por conta da estrutura social em que viviam, buscaram alterar e impactar a realidade. Assim, como defende o construtivismo, a estrutura (a realidade do Egito) não é algo fixo e pré-definido; mas sim algo em completa mutação, sempre sob influência do agente (sociedade egípcia); agente este, que também é constantemente forjado pela estrutura em que vive.

A sociedade egípcia sofria as influências de sua estrutura: enfrentava a fome, a pobreza, a falta de expectativas sobre suas próprias vidas, um governo autoritário que colaborava para a precariedade da qualidade de vida desta sociedade. Essa realidade formou pessoas descontentes que, mais tarde, promoveriam a mudança desta realidade, por meio de ondas de manifestações, com reivindicações de quedas de governos, com greves e revoltas. Assim, conclui-se que o mundo "constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais" (Becker, 1994: 88). Quando as pessoas foram às ruas, indignadas com as influências que a realidade social tinha em suas vidas, em busca de transformações desta mesma realidade; fez-se então real a premissa de que estrutura e agente se co-constroem e, por isso, a realidade é socialmente construída.

1.3.2. As ideias, as identidades, os interesses

Instituído o importante papel social na construção da realidade, é possível entender outro pressuposto construtivista muito importante na nossa análise: o papel das ideias. Dentro do construtivismo, os valores (morais, culturais, nacionais, religiosos) tem mais importância que os valores materiais, pois são através deles que as identidades são construídas e os interesses definidos.

[O] pensamento, as ideias e os valores possuem força maior que as estruturas materiais disponíveis; as crenças intersubjetivas representam os meios (canais) por onde passam os fluxos de relacionamento internacional; e, por fim, a formação das ideias e dos ideais fazem parte da construção dos interesses, das identidades e da consciência partilhada dos agentes [...]. (FUNAG, 2012: 386)

Desta forma, as ideias que os atores têm acabam por determinar o que é ou não aceitável, assim como a “composição do Estado e de seus interesses nacionais reflete identidades sociais dos atores dominantes no âmbito doméstico, quais sejam as elites políticas e econômicas” (Gonçalves e Silva, 2010: 31). O que "interessa dentro da teoria construtivista, é saber como as ideias influenciam a maneira pela qual as identidades são constituídas e como os atores definem seus interesses em função de suas identidades” (Bueno, 2006).

Dentro do contexto egípcio, isto se deu através de duas vias paralelas, mas, no fim, complementares: *primeira*, a ascensão de movimentos religiosos no seio da sociedade civil que acabaram por se tornar oposições informais ao governo; *segunda*, o aumento do acesso à educação e ao ensino superior nos últimos anos. Estes dois fatores influenciaram nas ideias e valores da sociedade egípcia, o que definiu suas identidades e interesses.

A *primeira* via fala sobre movimentos islâmicos, como a Irmandade Muçulmana, que ganharam força política ao fornecer à população educação, saúde, segurança, transporte e trabalho. Ao fornecer bens sociais comumente associados ao governo, estes movimentos ganharam respeito dentro da comunidade e fortaleceram o Islã – e, conseqüentemente, seus valores (Berman, 2003). O papel da sociedade civil no Egito, ao longo dos últimos anos, tem sido de profunda relevância. Ela esteve presente na luta pela independência, que foi conduzida em nome do “anticolonialismo” (inserido no progresso social da democracia); esteve inserida na fase em que os governos se tornaram extremamente autoritários, limitando os direitos políticos e civis das populações; e, sobretudo, esteve presente na eclosão e desenvolvimento das manifestações que conhecemos como Primavera Árabe (Pace, 2014).

De um lado, estes movimentos estimulavam o sentimento de insatisfação da população ao expor falhas do governo, que foi perdendo legitimidade de forma crescente. Enquanto declaravam que seu objetivo final era a revolução (Berman, 2003), a Irmandade Muçulmana ia ganhando credibilidade em meio a população, que se via amparada mais por ela que pelo próprio governo. Assim, se formou uma oposição informal que estimulava o sentimento de revolta. Do outro lado, a Irmandade Muçulmana fazia crescer valores do Islã, pois ao mesmo tempo que criava laços de afinidades da população com o movimento que a protegia, também condicionava e

impunha esses valores através da educação que fornecia. Estas ideias acabavam por criar novas identidade que, logo, demandava novos interesses.

A *segunda* via acaba por ser, de certa maneira, consequência da primeira, ainda que, há primeira vista, se desenvolva de forma completamente paralela. Os índices de alfabetização, escolarização e acesso ao ensino superior cresceu de forma significativa no Egito nos últimos anos (UNESCO, 2009), e isso deve-se, também, a estes movimentos islâmicos. Com o nível de alfabetização (e educação) mais elevado, é natural esperar que haja uma população, sobretudo a camada jovem, mais informatizada. E este nível de informação, aliado a meios de comunicação mais avançados e um processo de globalização cada vez mais acelerado, não só levou à um crescimento de movimentos pró-democráticos, como a “Muslim Democracy”³⁵, que cresce através daqueles que defendem um Estado secular, como deu também condições para o início de lutas mais veementes contra os governos vigentes e, principalmente, contra as condições de vida oferecidas por esses. A escolarização e ingresso ao ensino superior deu oportunidade de acesso à um leque muito maior de informações e possibilitou convívio com outras ideias e valores – como o da democracia, por exemplo.

New media have given citizens of those countries opportunities to speak out on issues of this choosing and to reach large number of other people at home and abroad with their opinions and personal observations of events. These same new media channels also provide the citizens of non-democratic nations with opportunities to obtain news from uncensored sources and, hence, to absorb different news agendas from the ones promulgated by their own government-controlled media. (Gunter, Elareshi e Al-Jaber, 2016: 14)

Assim, percebemos como a influência de movimentos de cunho religioso juntamente ao acesso maior à informação por meio de aumento da escolarização e ensino superior estabeleceu novas ideias e valores à população egípcia, que passou a definir outra identidade para si mesma. Essa nova identidade gerou um novo conjunto de interesses que, por sua vez, influenciava as ideias e os valores. Esse ciclo ideias – identidades – interesses é uma premissa construtivista que pode ser observada no

³⁵(Democracia Muçulmana) Para Vali Nars (2005), esta é uma terceira força que vem ganhando força no mundo muçulmano e assombrando as várias vertentes do poder. Expressão essa que faz evocação à tradição política associada aos partidos Democráticos Cristãos da Europa.

processo de desenvolvimento da Primavera Árabe.

CAPÍTULO II - Contextualização Histórica e Social

O segundo capítulo desta dissertação trata da contextualização temática, com atenção às questões históricas e sociais. Será discutido o desenvolvimento histórico, político, econômico e social do Egito, explicando o processo que levou ao seu desenvolvimento tardio. Esta contextualização tem como objetivo a exploração do cenário em que a Primavera Árabe se deu, a partir de uma retrospectiva dos fatos históricos que construíram as condições para a revolução. O presente capítulo se faz pertinente ao confirmar a afirmação da qual parte esta dissertação: movimentos sociais não são novidade no Egito. Algumas problemáticas e conceitos centrais serão expostos e analisados: *políticas de contestação, mobilizações sociais, sociedade civil, evolução histórica, desenvolvimento tardio*.

O capítulo está dividido em três sessões: Raízes Históricas; Estrutura Social; e As Políticas de Contestação. A primeira consiste em uma análise da evolução da história moderna do Egito, desde o pertencimento ao Império Otomano, passando pela tutela inglesa e, por fim, pelo ciclo político pós-colonial. A segunda sessão diz respeito à estrutura social egípcia, abordando a formação de oposições informais nascidas de movimentos da sociedade civil – como a Irmandade Muçulmana e o "Muslim Democracy" e como isto foi o terreno para a revolução em 2011. Por fim, a terceira sessão trabalha com as políticas de contestação existentes no Egito, discutindo os movimentos e lutas sociais do país e o mito da incompatibilidade democrática.

2.1. Raízes Históricas

Entre 1517 e 1798, o Egito esteve sob domínio otomano. Um período sombrio de sua história: passou de um Estado soberano para uma província colonial (Tignor, 2010). Este foi um período de desenvolvimento interno condicionado, de descentralização e de subordinação à Constantinopla, atual Istambul - capital do império na época e núcleo do mundo muçulmano (Yusuf, 1995). Em 1881 o país foi ocupado pelo Reino Unido. A Primeira Guerra Mundial trouxe grandes prejuízos ao Egito, colocando a população contra a coroa britânica com a revolução de 1919, que proporcionou importantes mudanças políticas (Tignor, 2010). Entretanto, foi apenas

na Revolução de 1952 que o Egito se viu definitivamente livre da Inglaterra.

Após a independência, o Egito foi governado por membros da família real, como Fuad, até líderes autoritários com elevados índices de corrupção que permaneceram décadas no poder, como Mubarak; além de nomes emblemáticos como Nasser e Sadat – governantes esses que se caracterizavam pelo autoritarismo e precariedade econômica, contribuindo para as lacunas sociais, democráticas e econômicas do Egito. Em 1981 o presidente Sadat foi assassinado, dando lugar ao vice, Hosni Mubarak - que ficaria no poder até 2011. Mubarak se tornaria uma grande figura política do Egito, conhecido internacionalmente por seu alinhamento aos Estados Unidos e internamente pela corrupção, repressão política e má gerência do Estado (Puddephatt, 2012; Adly, 2014; Efrat, 2015).

2.1.1. Do Império Otomano à tutela inglesa

Antes de ser integrado ao Império Otomano, o Egito era governado, desde 1250, pelos Mamelucos: indivíduos com origem não muçulmana, nascidos fora dos territórios islâmicos e geralmente com procedência cristã (McGregor, 2006; Graça, 2013). Ainda crianças, eram trazidos para os mercados de Cairo e transformados em escravos para fins militares (Metz, 1990). Os Mamelucos eram convertidos, ainda novos, ao Islã e treinados dentro das artes marciais mamelucas. Eram ensinados a se manterem fieis e leais às suas *household*³⁶. Na juventude, depois de devidamente treinados e formados, eram libertados de suas condições de escravo, porém mantinham-se nas tropas de sua *household* (McGregor, 2006). Acabaram por se tornar uma casta militar forte e poderosa, vindo a conquistar o Egito (Yussof, 1995).

A relação entre o Império Otomano e as dinastias Mamelucas precedeu a invasão. As primeiras interações foram de certa cordialidade. No entanto, as hostilidades começaram e, em 1482, o sultão Bayazid II declarou guerra aos Mamelucos. A guerra durou quase 10 anos e acabou com a derrota otomana (McGregor, 2006). Em 1501, Qansuh al-Ghuri assumiu o poder e tomou medidas no sentido de reaproximação com o Império Otomano. Sofrendo com ameaças de invasão de Portugal, do Shal Ima'il – rei da Pérsia – e do próprio sultão Bayazid II; Qansuh al-Ghuri resolveu estabelecer melhores relações com o Império Otomano, o que foi

³⁶Termo em inglês que significa uma casa e seus ocupantes, considerados como uma unidade.

recíproco (Yussof, 1995). Porém, em 1512, Selim I subiu ao trono no lugar de Bayazid II e iniciou uma política externa mais hostil, com investidas agressivas contra todos os vizinhos (Metz, 1990; Yussof, 1995; McGregor, 2006). Então, em 1517, após várias derrotas mamelucas, o Egito passou a ser, oficialmente, parte do Império Otomano (Metz, 1990).

Os próximos 400 anos da história do Egito seriam de subjugação ao Império Otomano, com alternância de ciclos de maior submissão e ciclos de certa autonomia. A primeira fase de dominação otomana foi caracterizada pela manutenção de certos padrões administrativos mamelucos (Metz, 1990; Yussof, 1995; McGregor, 2006). O Egito foi dividido em províncias (cada uma controlada por um governante) e coletores de impostos foram sendo incorporados (Metz, 1990; Yussof, 1995). Ainda que Selim I tenha saído vitorioso e tenha deixado no Egito vários grupos de infantaria e nomes de sua confiança nos cargos mais elevados do governo, os Mamelucos continuaram a exercer alta influência e representando uma ameaça ao controle otomano do Egito.

No final do século XVI, iniciaram-se uma série de revoltas que fizeram renascer as estruturas militares mamelucas (Metz, 1990; Yussof, 1995). Na metade do século XVII, surgiu uma supremacia política local: os *bey*, o mais alto escalão dentro do sistema mameluco. A partir deste momento, a história do Egito é caracterizada pelas constantes disputas entre Mamelucos e Otomanos, e também por conflitos internos entre casas rivais mamelucas que lutavam pelo controle do *beylinado*³⁷ (Metz, 1990). Na segunda metade do século XVIII os *bey* concentraram muito poder militar e político, eliminando o controle otomano e reposicionando o Egito no centro de uma nova emergente rede de relações internacionais que ligava terras do leste do Mediterrâneo, a costa do Mar Vermelho e a Europa³⁸. As constantes lutas entre Mamelucos e Otomanos e ondas de casos de pragas e fome fragilizou o Egito. Em 1798, então, interessada no potencial agrícola e comercial do país e na importância estratégica na disputa com a Inglaterra, a França invadiu o país árabe (Metz, 1990; Tignor, 2010). E ainda que as tropas francesas, lideradas por Napoleão, não tenham saído vitoriosas, a invasão teve algumas consequências importantes: a nível interno,

³⁷Termo que se refere à administração *bey*.

³⁸Tradução livre da autora a partir do texto original: "eliminated Ottoman control and repositioned Egypt at the center of a newly emerging network of international relationships that embraced the lands of the eastern Mediterranean, the Red Sea coasts, and Europe" (Metz, 1990: 26).

decretou o célere declínio mameluco; a nível externo, mostrou a importância estratégica do Oriente Médio e do Egito (Metz, 1990).

Após a saída da França, o Império Otomano queria garantir que os mamelucos não voltassem a ganhar força (Metz, 1990; Osman, 2011) e, desta forma, assistiu ao erguimento de um nome no Egito: Muhammad Ali, um soldado das tropas albanesas que, graças a sua grande habilidade política e de liderança, rapidamente se tornou o governante egípcio (Metz, 1990; Tignor, 2010). Seu governo pode ser dividido em duas fases. A primeira, que muito agradou os Otomanos, consistiu na dedicação de Ali em garantir sua consolidação no poder, eliminando qualquer oposição – foi um período de verdadeiro genocídio de mamelucos. A segunda, no entanto, incomodou não só o Império Otomano, como os ingleses também. Muhammad Ali preocupou-se em promover desenvolvimento, sendo o primeiro, em séculos, a dar início à construção de uma verdadeira estrutura estatal, sendo considerado por muitos historiadores como o "fundador do Egito Moderno" e o arquiteto do seu primeiro projeto de desenvolvimento³⁹. O objetivo de Muhammad Ali era alcançar soberania (política e econômica), através da extensão militar e do desenvolvimento econômico, com investimento na infraestrutura pública, monopólio agrícola (desde a plantação até a venda dos cultivos eram determinadas e realizadas pelo governo), investimento industrial (fábrica têxtil e de outros segmentos foram montadas com supervisão estrangeira e maquinário moderno) e embargo aos produtos ingleses (Metz, 1990; McGregor, 2006).

Os interesses ingleses estavam, cada vez mais, sendo ameaçados pelas políticas de Muhammad Ali. O Egito era um grande fornecedor de algodão cru e um grande importador de bens manufaturados ingleses. Para além disso, o acesso à rota terrestre pelo Egito até as Índias era de importância estratégica para as expansões imperiais britânicas. Assim, em 1807, a Inglaterra invadiu o território egípcio com o objetivo de derrubar Muhammad Ali e colocar, em seu lugar, um governante submisso aos interesses ingleses (McGregor, 2006). Derrotadas, as tropas inglesas recuaram e instauraram o *British Policy*⁴⁰, política que previa garantir a integridade do Império

³⁹Tradução livre da autora a partir do texto original: "as the 'founder of modern Egypt' and the architect of its first developmental Project" (Osman, 2011: 8).

⁴⁰Metz, 1990: 30.

Otomano. Se não podiam derrotar Muhammad Ali, que então fortalecessem o Império Otomano, garantindo, assim, a influência na região (Metz, 1990).

Durante o século XIX, as bases políticas e socioeconômicas do Egito criaram solidez (Metz, 1990). Os investimentos de Muhammad Ali no setor agrícola prosperaram e o algodão egípcio passou a ser cada vez mais atrativo, sofrendo um *boom* com a Guerra Civil dos Estados Unidos: houve um aumento de 300% na exportação (Metz, 1990; Osman, 2011). Esta transição na área agrícola (de subsistência para comercial) causou mudanças profundas na composição socioeconômica do Egito: vários camponeses foram desapropriados e terras foram divididas entre poucos – a família real possuía um quinto de toda a terra cultivada (Metz, 1990; Osman, 2011). Durante este período, nasceu uma elite latifundiária, uma classe média de funcionários públicos, juristas e professores e uma classe de trabalhadores. Quando a guerra nos Estados Unidos acabou, o preço do algodão sofreu uma queda repentina. O resultado foi milhares de camponeses endividados, tendo suas terras hipotecadas (Metz, 1990). A lacuna social no Egito se tornava cada vez mais densa. Os camponeses que perderam suas terras – com a desapropriação e com dívidas – emigraram para os centros urbanos, aumentando a fila de desemprego. Alguns conseguiam trabalho em pequenos comércios e indústrias de açúcar e tabaco, mas eram raros os que tinham emprego fixo (Osman, 2011).

Outra mudança social importante foi a criação de uma classe incrivelmente forte de estrangeiros dentro do Egito. Eram, em sua grande maioria, europeus que ocupavam os mais altos extratos da composição econômica do país: produtores de algodão, banqueiros, homens de finanças e agentes de comércio exterior. Privilégios foram garantidos por tratados que estabeleciam a isenção de pagamento de taxas e impostos para estrangeiros (Metz, 1990). Este grupo, obviamente, estava inteiramente comprometido com interesses próprios e não com o desenvolvimento do país e de sua população.

Após a ascensão de Muhammad Ali, o Império Otomano teve a sua, já frágil, presença no Egito reduzida drasticamente, dando espaço para que, em 1882, a Inglaterra incorporasse o país árabe ao Império Britânico, sem, no entanto, torna-lo colônia. Com a chegada inglesa, o governo local passou a atuar como fachada de autonomia, já que o poder real estava mesmo nas mãos dos agentes britânicos no Egito

(Metz, 1990). Entre 1883 e 1914, houve investimentos na agricultura, no sistema de irrigação, em ferrovias, assim como quitação de dívidas e balanceamento de despesas; mas também negligência à educação e outros aspectos sociais do Egito (McGregor, 2006).

A população local estava extremamente insatisfeita com a família real e com a presença externa (Osman, 2011). Os agentes ingleses não só priorizavam interesses britânicos, como também impediam a ascensão dos funcionários públicos locais à cargos mais altos, já que burocratas ingleses eram trazidos para tratar de toda a área administrativa do Egito (Metz, 1990). Em outubro de 1914, o Império Otomano entrou na Primeira Guerra Mundial ao lado das Potências Centrais⁴¹, levando a Inglaterra a declarar o Egito como seu protetorado e tirando-o definitivamente do controle otomano. No entanto, não foi uma dominação tranquila. A insatisfação popular aumentou com medidas tomadas durante a guerra: o algodão, que representava 90% das exportações egípcia, passou a ser comprado a preços extremamente baixos pela Inglaterra, levando a população à pobreza e fome (Metz, 1990). Além disto, a coroa britânica usava o país como base para tropas – não só inglesas, como também australianas e outras. Este cenário foi propício para o nascimento de movimentos nacionalistas.

Em 1919 a guerra acabava, mas, no Egito, estourava uma revolução pela independência. A população estava insatisfeita com o *status* de colônia, dos prejuízos com a Primeira Guerra Mundial e da estratificação social e econômica do país (Metz, 1990; Tignor, 2011, Lima, 2012). Com isso, greves e protestos, de todas as alas sociais, começaram a eclodir por todo o país. A Inglaterra tentou conter o movimento, mas fragilizada pela participação na Primeira Guerra Mundial, não conseguiu controlar os levantes e, em 1922, declarou a independência.

A história do Egito até sua independência é marcada por dominação, por centralização de poder, por lutas internas constantes, por invasões e influências externas à sua política interna. Sob o Império Otomano, o Egito foi dividido entre províncias e ficou sob controle político de Constantinopla. Vivia sob a instabilidade

⁴¹As Potências Centrais eram o grupo formado por Alemanha, Bulgária, Áustria-Hungria e pelo Império Otomano. As Potências Centrais lutaram, na Primeira Guerra Mundial, contra as Potências Aliadas, formadas por Sérvia, Rússia, França, Reino Unido, Itália, Bélgica e Estados Unidos.

política das várias rebeliões contra o domínio otomano, além de período de conflito interno entre casas mamelucas rivais. Seu crescimento econômico estava sempre condicionado à interesses exógenos e cingido pela limitação de seu desenvolvimento social e político. Depois, as invasões francesa e inglesa não só colocaram o Egito no centro da política geoestratégica das grandes potências ocidentais, como também impediu o livre desenvolvimento interno: o progresso egípcio esbarrava em interesses ocidentais.

A posterior tutela inglesa foi o aspecto final de inabilitação do Egito em criar suas ferramentas de governo afim de se estruturar como Estado sólido. Este histórico de desenvolvimento tardio propiciou que a família real retomasse o poder, instaurando uma monarquia frágil e dependente do apoio inglês. E, mesmo com alguns anos de ascensão e maior estabilidade, quando decretada o fim da monarquia e o início da república, o Egito viu surgir governos caracterizados por seu aspecto não democrático. Houve pouca ou nenhuma motivação em investir no aprimoramento de seus instrumentos de Estados e em políticas sociais.

2.1.2. Ciclo político pós-colonial: Wafd, Nasser, Sadat, Mubarak

Para todos os efeitos, o Egito já era um país soberano em 1922. No entanto, a Inglaterra continuou influenciando em questões internas. Após a declaração de independência, a monarquia egípcia começou a aceitar a força dos movimentos nacionalistas e o Rei Fuad I⁴² sancionou a nova Constituição do Egito que previa lei eleitoral (Metz, 1990) e estabelecia um sistema de monarquia constitucional, no qual quase todos os poderes executivos eram desempenhados pelo governo, responsável por um parlamento nacional eleito⁴³. Durante este período, o poder no Egito esteve dividido entre três atores políticos essenciais: os ingleses, o Rei e o Wafd.

The basis of British power was its army of occupation as well as British officials in the administration, police, and army. The king's power rested on the rights he could exercise in accordance with the 1923 constitution and partly on the permanence of his position. The king's rights included selecting and appointing the prime minister, dismissing the cabinet, and dissolving Parliament. The Wafd's power was based on its popular support

⁴²Antigo Sultão Ahmad Fuad, descendente da família real de Muhammad Ali e no governo desde 1917, adotou o título de rei após a independência.

⁴³Tradução livre da autora a partir do texto original: "constitutional monarchy system whereby almost all executive powers were held by the government, which was answerable to a nationally elected parliament" (Osman, 2011: 56)

and its command of a vast majority in Parliament. (Metz, 1990: 49)

Entre 1922 e 1952 houve uma grande abertura liberal, tanto econômica quanto política (Danielson, 2007; Poljarevic, 2009). O Wafd ganhou força com seu discurso por autonomia interna, governo constitucional, direito civis e controle do Sudão e do Canal de Suez⁴⁴, ganhando 90% dos assentos nas eleições de 1924 (Encyclopædia Britannica b). O projeto liberal – que também se engajou em inserir o Egito nos moldes capitalistas mundiais, com respeito à propriedade privada, livre mercado e abertura econômica – funcionou durante algum tempo. E, ainda que não fosse perfeito, trouxe pluralismo político, maior participação popular, democracia e liberdades civis (Osman, 2011). Contudo, o Egito começou a sentir efeitos da Grande Depressão⁴⁵ e a eclosão da Segunda Guerra Mundial (Osman, 2011). O Wafd perdeu apoio quando – sob pressão – oficializou relações com a Inglaterra (Poljarevic, 2009) e, mais tarde, se aliou ao rei.

As tensões entre os ingleses e egípcios se toraram cada vez mais intensas e, em 1952, outra revolução eclodiu: uma sangrenta derrubada do governo egípcio e do Rei Farouk, que marcou o fim da influência direta britânica nos assuntos de Estado e o começo de uma nova era da história egípcia⁴⁶. Liderado pelo General Gamal Abdel Nasser, um grupo de militares júnior conduziu um *coup d'état*⁴⁷ (Metz, 1990; Gordon, 1992; Beattie, 1994; Brownlee, 2008; Poljarevic, 2009; Nagarajan, 2013). Com a tomada do poder, destituiu-se a família real e formou-se uma junta militar (Gordon, 1994) que governava o país: o Conselho de Comando Revolucionário (CCR). Reformularam as leis trabalhistas; elevaram os gastos com educação (Metz, 1990); aprovaram uma lei de reforma agrária, afim de combater o feudalismo herdado dos tempos da monarquia (Nagarajan, 2013).

O fracasso do modelo liberal fez com que os oficiais no governo decretassem o fim dos partidos políticos e extinguissem eleições, evocando lei marcial durante três

⁴⁴Tradução livre da autora a partir do texto original: "it [Wafd] called for internal autonomy, constitutional government, civil rights, and Egyptian control of both the Sudan and the Suez Canal" (Encyclopædia Britannica b).

⁴⁵A Grande Depressão foi uma grande crise econômica mundial, quando, em "outubro de 1929, [...] um *crash* na Bolsa de Valores de Wall Street encerrou uma bolha no mercado de ações" (Prado, 2011: 9).

⁴⁶Tradução livre da autora a partir do texto original: "This bloodless overthrow of the Egyptian government and King Farouk marked the end of direct British influence in state affairs and the beginning of a new era in Egyptian history" (Poljarevic, 2009: 1076).

⁴⁷Termo em francês. Em português, Golpe de Estado.

anos (Gordon, 1994; Tignor, 2011). Assim, o Major General Muhammad Nagib⁴⁸, indicado por Nasser, assumiu o governo. Contudo, após pouco menos de dois anos da Revolução, diferenças entre eles levou o CCR a destituir Nagib sob a acusação de tirania (Gordon, 1994; Poljarevic, 2009; Jankowski, 2011; Tignor, 2011). Nasser assumiu e se tornou um líder emblemático (Arafat, 2009). Logo após a sua ascensão, assinou um tratado com a Inglaterra em que era estabelecida a retirada das tropas britânicas do Canal de Suez e, em 1956, nacionalizou todas as empresas estrangeiras, incluindo a Companhia do Canal de Suez (Poljaveric, 2009). A reconquista de Suez fez de Nasser um dos maiores nomes da política recente do Egito: o canal não era apenas importante economicamente, mas um símbolo de soberania do país, significando a restauração da dignidade egípcia (Metz, 1990; Osman, 2011)

Até o fim da década de 1950, Nasser comandou o país no sentido da construção de um aparelho de Estado forte, promovendo crescimento econômico através de um capitalismo limitado e guiado (Beattie, 1994). Seus primeiros esforços foram para a criação de um nacionalismo exacerbado (Jankowski, 2011). No entanto, nos anos 1960, os rumos da política do Egito mudaram radicalmente. Nasser se afastou do ocidente com a aproximação de líderes de Estados orientais, com a nacionalização de empresas estrangeiras, com o controle do Canal de Suez, com o reconhecimento da China Comunista e com a negação de exigências de instituições financeiras ocidentais (Metz, 1990). Ao mesmo tempo, o Egito recebia propostas de ajuda e suporte soviético

By the 1960s, Nasser abruptly switched tracks and opted for "scientific socialism." This move was initiated by the nationalization of all major banks and industries, then complemented by the creation of the Arab Socialist Union and an increased reliance upon the Soviet Union for economic and military assistance. (Beattie, 1994: 1)

A partir de então, Nasser se alinhou ao modelo da URSS. Internamente, nacionalizou praticamente todas as empresas e indústrias no Egito; obrigou empresas a venderem suas ações para agências públicas; outra reforma agrária ainda mais severa foi introduzida; o salário mínimo aumentou e as horas semanais de trabalho diminuíram; foram estabelecidas cotas para camponeses e trabalhadores nos setores públicos e nos assentos do Parlamento (Metz, 1990). Externamente, Nasser promoveu

⁴⁸Um antigo oficial e um herói da guerra da Palestina (Poljarevic, 2009), ele tinha 51 anos e era o mais velho dentro do *Free Officers* (Metz, 1990).

incansavelmente o nacionalismo em proporções regionais, ao compartilhar o sentimento de pertencimento à cultura árabe.

Durante a década de 60, o presidente Nasser tornou-se o expoente do pan-arabismo, tendo congregado em si as esperanças de redenção do mundo árabe. Como líder pan-árabe e adepto da unidade do Terceiro mundo e dos não-alinhados, Nasser gozou de um prestígio inigualável na história contemporânea do mundo árabe. (Pinto, 2015/2016: 84)

O plano econômico socialista de Nasser não vingou: a estagnação dos mais variados setores da economia egípcia levou-a a falência. Comprometido com mudanças econômicas internas e cortando a maioria dos laços econômicos com o mundo ocidental, o governo egípcio adquiriu enormes déficits orçamentários e se viu incapaz de prover bens essenciais de vida para a maior parte da população⁴⁹. Já no plano político, a população começava a se incomodar com o sistema antidemocrático, sem oposição política e participação popular. O ambiente começou a ser instável, com o surgimento de protesto e greves. Sofrendo de problemas de saúde há alguns anos, Nasser sofreu um ataque cardíaco e morreu em 1970 (Metz, 1990; Tignor, 2011).

O sucessor foi o vice, Anwar al-Sadat, que estava no governo desde a Revolução de 1952, da qual participou ativamente. Sadat buscou políticas que o afastavam do modelo perseguido por Nasser (Metz, 1990; Osman, 2011; Nagarajan, 2013). Sua percepção era de que a URSS havia falido o Egito, ao incentivar um constante clima de conflito com Israel. A derrota para Israel em 1967 tinha sido uma grande humilhação, o que fazia, para Sadat, acordos de paz impraticáveis: qualquer líder árabe que tentasse negociar partiria de uma posição rebaixada (Metz, 1990). Em 1973, o Egito, junto com a Síria, atacou Israel na região do Canal de Suez e, apesar de sair derrotado, a atuação das tropas árabes foi exemplar, reascendendo o orgulho egípcio (Metz, 1990; Osman, 2011; Tignor, 2011; Lima, 2015). Este foi um marco no governo de Sadat: deu capital político para romper de vez com o modelo de Nasser – se afastar da influência da URSS (Osman, 2011) e lidar com Israel (Tignor, 2011).

Economicamente, o governo de Sadat foi caracterizado por grande abertura econômica, projeto conhecido como *al-Infitah*⁵⁰, que previa economia de livre

⁴⁹Tradução livre da autora a partir do texto original: "Committed to internal economic change and cutting off most of its economic ties with the Western world, [...] government ran huge budgetary deficits and found itself unable to provide the essentials of life for most of the inhabitants" (Tignor, 2011: 271).

⁵⁰Termo em árabe. Em português, a abertura.

comércio, investimento estrangeiro e livre mercado (Metz, 1990, Osman, 2011, Tignor, 2011; Cook, 2012). O plano econômico seduziu investidores dos países árabes ricos (Lima, 2015) e acelerou a economia. No entanto, essa aceleração beneficiou apenas as camadas mais altas da sociedade (Nagarajan, 2013). As classes baixas estavam em desamparo e miséria, já que "com a Infitah em prática, o governo passou a desfazer lentamente a sua rede de proteção social. [...] novos serviços privados de educação, saúde e habitação eram direcionados a quem podia pagar" (Lima, 2015: 13).

O projeto econômico de Sadat sofreu uma série de dificuldades. Apesar do crescimento do setor privado, a esfera pública continuou forte (Osman, 2011) e protestos e greves impediam o corte de gastos. Ademais, o acordo de paz conduzido pessoalmente por Sadat com Israel também se tornou um grande empecilho (Tignor, 2011): países vizinhos enxergaram a medida unilateral como uma traição. O Egito foi expulso da Liga Árabe, teve relações diplomáticas rompidas e sofreu boicote econômico (Metz; 1990, Osman, 2011; Tignor, 2011; Lima, 2012). Nos anos seguintes, o crescimento econômico foi baixo e a popularidade de Sadat diminuía. Para combater a impopularidade, iniciou uma perseguição, com censura e prisão de centenas de pessoas (Metz, 1990). Uma das principais – e mais simbólicas – medidas deste período foi a instauração da Lei da Vergonha, uma mordaza à população.

Among the shameful crimes punishable under this law [Law of Shame] were [...] "broadcasting or publishing gross or scurrilous words or pictures that could offend public sensibilities or undermine the dignity of the state." Offenders could be barred from public life or from engaging in economic activity or managing their own property; they could be condemned to internal exile or prohibited from leaving the country. (Metz, 1990: 85)

Em 1981, Sadat sofreu um atentado do grupo islamista *Al Jihad* e foi assassinado a tiros (Metz, 1990, Osman, 2011, Tignor, 2011; Cook, 2012; Lima, 2012). O seu vice, Hosni Mubarak, assumiu a presidência, sendo bem recebido pelos líderes árabes e pela população egípcia (Osman, 2011). De início, o presidente permitiu uma maior atividade política: a volta de partidos, a reabertura de meios de comunicação e mídia, a soltura de oponentes políticos (Metz, 1990). Mubarak continuou a linha de liberalização do antecessor (Metz, 1990; Brownlee, 2002; Osman, 2011; Nagarajan, 2013), se restringindo, porém, ao plano econômico. Diferente de Sadat, que almejava alcançar mudanças políticas com *al-Infitah*, Mubarak não tinha pretensões em mudar o sistema político (Osman, 2011).

Procurando sanar os erros passados, Mubarak tentou construir um governo de meio termo entre Nasser e Sadat. Cuidou em reconduzir as relações com os países vizinho, reestabelecendo as relações diplomáticas (Metz, 1990). Com o Ocidente, sua permanência na liberalização econômica agradou as grandes potências, permanecendo como principal aliado dos Estados Unidos na região (Tignor, 2011). Mubarak instituiu o *Open Door Policy*⁵¹ (ODP), voltado para as recomendações de livre mercado de economistas de direita e da classe empresarial (Nagarajan, 2013). Contudo, os planos de Mubarak correram mal: o setor público continuava a crescer e, durante a década de 1980, o preço do petróleo sofreu dura queda, diminuindo a receita do governo e desacelerando as atividades no Canal de Suez. Nas despesas, o governo enfrentava o mesmo dilema de Sadat: cortar gastos sociais poderia gerar greves e revoltas, uma instabilidade política que Mubarak não tinha condições de enfrentar (Nagarajan, 2013).

Apesar do malabarismo de Mubarak entre suportar a pressão ocidental para o corte de gastos, redução do setor público e completa liberalização; e em evitar cortes internos extremos que deixassem a população descontente com o governo e iniciasse outro ciclo de revoltas; Mubarak acabou por aceitar as exigências ocidentais em troca de apoio financeiro, já que a situação econômica do Egito se aproximava da falência (Osman, 2011). E para lidar com o descontentamento popular, deu início a um autoritarismo extremado. Mubarak decretou estado de emergência, baniu grupos e aumentou o controle sobre a imprensa (Tignor, 2011).

After a tenuous period of political opening in the 1980s and very early 1990s, the regime has progressively limited opportunities for the dispersal of power beyond the president, let alone for an actual alternation in power. [...] Over the past two decades, Mubarak has acquired substantial liberty to have his opponents convicted in military trials, for example, or to shut down newspapers and professional syndicates, or to jail human rights activists. Overall, pluralism has declined markedly since the outset of his rule. And unless domestic and—perhaps more importantly—international actors compel the Egyptian president to cede power to other branches of government and to allow civil society organizations to operate independently, the outlook for organized political contestation in Egypt will only continue to dim. (Brownlee, 2002: 6)

Desemprego, corrupção e queda dos padrões de vida iam se agravando e, depois da crise econômica de 2008, a situação piorou (Delacoura, 2011): vários países do Oriente Médio, incluindo o Egito, tinham a economia embasada no turismo e na

⁵¹Termo em inglês. No português, Política da Porta Aberta.

exportação de commodities (Carrasco, 2017). A corrupção também foi marca do governo: o filho do Mubarak, tomou a administração do Comitê de Diretrizes composto por capitalistas corruptos, nutridos pelo Estado, que detinham controle monopólico sobre setores lucrativos da economia e por intelectuais neoliberais, particularmente economistas, que tinham vínculos com instituições financeiras internacionais⁵². A conjuntura foi se agravando e protestos eclodiam constantemente. Quando, em 2010, revoltas estouraram na Tunísia, os egípcios se sentiram inspirados. Milhares de pessoas se reuniram na Praça Tahrir, demandando a saída de Mubarak (Alpert, O'Neill, Soohen, 2011) que acabou renunciando.

2.1.3. Governos corrupto e autoritários: do desemprego à lacuna democrática

O Egito pós-independência encontrou sérias dificuldades em estabelecer um aparelho de Estado forte, solidificado nas bases da democracia. Passando por fases de diferentes condicionamentos ideológicos – o nacionalismo socialista de Nasser, a completa liberalização econômica de Sadat e o meio termo autoritário de Mubarak –, o país sempre teve uma característica imutável: governos de teor autoritário, que se concentravam muito mais na construção de uma figura política personificada do que na formação de Estado forte. Na realidade, a soberania do Egito não foi alcançada nem em 1922 e nem em 1952. A independência foi apenas uma formalidade histórica, uma libertação de agentes exógenos. Internamente, o país continuava preso a figuras políticas que estavam mais preocupadas em fortalecer suas imagens próprias do que construir um Egito forte e poderoso. Ao invés de contribuírem para a construção de bases democráticas sólidas, os líderes do Egito pós independência, cada um moldado por sua realidade histórica e temporal, depositaram mais esforços em se manterem no poder do que em construir ferramentas de Estado e, assim, mantinha a população subjugada, depende e presa à uma realidade de alienação, pobreza e falta de perspectiva.

Nasser, ainda que extremamente preocupado com a realidade do Egito e na construção de um país independente, acabou por se ater à um populismo nacionalista exacerbado. Pouco – ou nada – fez para construir bases democráticas. Muito pelo

⁵²Tradução livre da autora a partir do texto original: "consisted of corrupt, state-nurtured capitalists with monopoly control over profitable sectors of the economy ando [...] of neo-liberal intellectuals, typically economists with links to international financial institutions" (Kandil, 2011: 18)

contrário: na liderança do CCR, banuiu partidos políticos e extinguiu eleições (Metz, 1990; Gordon, 1994, Poljarevic; 2009; Tignor, 2011). Na segunda – e última – década de seu governo, promoveu um socialismo que, ainda que justificado pelo momento histórico de Guerra Fria e apoio soviético – apenas estagnou a economia, ao impedir a iniciativa privada, o mercado nacional e a indústria e comércio egípcios.

A construção de um Estado enorme, que geria todas as instâncias econômicas e sociais, contribuiu para a formação de um aparelho público deficitário, estancado e pouco capaz de se desenvolver. Deixou de herança "o peso da burocracia sobre a eficiência do Estado e a deterioração do agronegócio" (Lima, 2015: 10). Empresários, latifundiários e grande parte de investidores da elite egípcia que, bem ou mal, contribuiu para o desenvolvimento econômico do Egito, se sentia desmotivada e sem meios de investir e acelerar a economia (Osman, 2011). Enquanto que, em termos de política externa, Nasser apenas isolou o Egito e reduziu seu acesso a financiamentos e tecnologia moderna (Lima, 2015).

Sadat, por sua vez, na contramão de Nasser, também não contribuiu nem para a construção de uma sociedade igualitária e nem para a solidificação democrática. A sua liberalização econômica tinha, também, objetivos políticos e intenção de plantar sementes da democracia (Metz, 1990; Osman, 2011; Tignor, 2011). Porém o fracasso do seu projeto – que incentivou o consumo sem estimular a indústria nacional (Metz, 1990; Nagarajan, 2013; Lima, 2015) – resultou em uma crise econômica, na ocorrência de vários casos escandalosos de corrupção dentro do *Infitah* (Osman, 2011), em lacunas sociais gritantes e em uma série de revoltas que conduziram o governo Sadat ao autoritarismo. Perseguição política, com prisões de ativistas e de opositores, banimento de partidos políticos, fechamento da imprensa. Repreensão à população e a centralização de poder impediram o Egito de iniciar sua escalada democrática, de defesa de direitos civis e de justiça econômica e social.

Nominally, it [new constitution] created a parliamentary system, but not of the Westminster variety. It had the standard three branches: the executive, legislature and judiciary. However, the framework of these institutions did not include American style checks and balances. The office of the president was bestowed with extraordinary powers, including the power to legislate through decree and emergency powers (Cooper, 1982, p. 161). In effect, the President was supreme. (Nagarajan, 2013: 27)

O isolamento do mundo árabe também prejudicou o desenvolvimento do Egito. Não só pela perda de apoio econômico, que afetou diretamente a vida dos cidadãos, como também pelo distanciamento do sentimento de pertença à cultura árabe, tão valorizada não só pela herança de Nasser, como, também, por grupos políticos religiosos islâmicos.

Diferente dos antecessores, Mubarak nunca defendeu uma ideologia política, estando nada preocupado em conduzir reformas no sistema político do Egito (Osman, 2011). Sua intenção era conquistar popularidade através de resultados econômicos positivos, tentando estabelecer um contrato social análogo ao estabelecido no governo de Nasser, em que a população concedia seus direitos civis em troca de bem-estar social – governo fornecia educação, emprego no expansivo setor público, habitações baratas e outras proteções sociais em troca de obediência (Kandil, 2011). No entanto, com o insucesso do *Open Door Policy*, Mubarak enfrentou a falência do Estado, pressões externas por redução de gastos públicos e adaptação ao modelo neoliberal, e insatisfações internas pelo abandono social.

O resultado deste cenário foi o estabelecimento de um governo autoritário e extremamente corrupto (Osman, 2011; Tignor, 2011; Brownlee, 2002) que, diante da dificuldade de promover melhorias econômica e alcançar popularidade, resolveu estabelecer um *status quo* violento e impositivo, que se sustentava através de capitalistas monopolísticos e de investimentos externos de grandes potências. A situação de abandono da população era enorme: em 1990, o primeiro Índice de Desenvolvimento Humano realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classificou o Egito como um país de nível médio de desenvolvimento, com índice 0.501 – em uma escala de 0 a 1 – (PNUD, 1990: 236). Quase 70% da população vivia em habitações informais (PNUD, 1990: 192) e, entre 1970 e 1985, o índice de analfabetismo em adultos era de 65% no Egito (PNUD, 1990: 212). A nível externo, o governo de Mubarak se bancou por meio da aliança com os Estados Unidos, com a convivência pacífica com Israel e com as boas relações com os países árabes.

No fim, o Egito esteve preso à governos antidemocráticos que, formados cada um por seu contexto temporal, não fomentaram a construção de um Estado forte e sólido. A população sofria, constantemente, com incertezas políticas, com erros

militares e políticos de seus governantes, com medidas que estagnavam a economia e condenavam as classes mais pobres à miséria, ao desemprego e à falta de perspectiva (Hassan, 2011). O cenário político, por sua vez, era de tensão e falta de liberdade, com pouca participação popular e representatividade, perseguição e censura. Este abandono social por parte dos governos deu espaço para o fortalecimento de movimentos sociais, nascidos dentro da sociedade civil, de caráter religioso que, mais tarde, teriam participação fundamental na explosão da Primavera Árabe.

2.2. Estrutura Social

O histórico político e econômico do Egito não só estruturou um cenário de descaso que faria a população, por várias vezes, se revoltar, como também deixou um vácuo de poder que seria ocupado, depois da independência, por grupos de caráter religioso, nascido no meio da sociedade civil. Apesar do que pensa o senso comum, a sociedade civil no Egito – e no Mundo Árabe como um todo – é densa e teve importância na vida social do país no último século (Pace, 2014).

A Irmandade Muçulmana é um grande exemplo. Surgido no contexto de independência, o movimento ganhou forças nas brechas do Estado, transmitindo os princípios do Islã e fornecendo para a sociedade um aparato social que o governo não dava. O sucesso de sua estratégia foi ganhando cada vez mais seguidores ao longo dos anos. E, a medida que crescia, inevitavelmente a Irmandade Muçulmana ganhou aspectos políticos e, mesmo que perseguida por Nasser, Sadat e Mubarak, cresceu como oposição informal e se tornou um grande ator político, importante, inclusive, na Primavera Árabe.

2.2.1. *Oposição informal: movimentos da sociedade civil*

A evolução dos movimentos da sociedade civil⁵³ no Egito não é recente: sua

⁵³Sociedade civil é o conjunto de instituições não estatais que permeiam a realidade de uma sociedade. Igrejas, ONGs, clubes, associações são exemplos dessas instituições. Para Bobbio, na "linguagem política de hoje, a expressão 'sociedade civil' é geralmente empregada como um dos termos de grande dicotomia sociedade civil/Estado. [...] por 'sociedade civil' entende-se a esfera de relações sociais não reguladas pelo Estado" (Bobbio, 2007: 33). Para a Organização dos Estados Americanos (OEA), sociedade civil é "constituída por diversos componentes, como as instituições cívicas, sociais e organizações que formam os alicerces de uma sociedade em funcionamento". Para a Organização das Nações Unidas (ONU), sociedade civil engloba "as associações de cidadãos (excluindo as suas famílias, amigos, e locais de trabalho) constituídos numa base voluntária para promover os seus interesses, as

expansão, que ocorreu nos últimos 200 anos, remonta de tempos anteriores à invasão inglesa. Ela esteve presente, também, na luta pela independência, que foi conduzida em nome do “anticolonialismo”; esteve inserida na fase em que os governos árabes se tornaram extremamente autoritários, limitando os direitos políticos e civis das populações; e, sobretudo, esteve presente na eclosão e desenvolvimento das manifestações que conhecemos como Primavera Árabe (Pace, 2014). A primeira vez que movimentos da sociedade civil começaram a surgir no Egito foi ainda no século XIX, resultado da política de desenvolvimento de Muhammad Ali (Hassan, 2011). A criação de uma burguesia, assim como uma classe média e de trabalhadores (Metz, 1990) fez surgir a necessidade da criação de associações e organizações que falassem por essas classes (Hassan, 2011).

Depois da invasão e posterior colonização inglesa, cresceram os sentimentos de anticolonialismo e nacionalismo (Gordon, 1994; McGregor, 2006; Osman, 2011; Tignor, 2011) e a vontade de independência fez, outra vez, a sociedade se organizar e associar, tendo uma proliferação de modernas e voluntárias organizações, incluindo o surgimento dos primeiros sindicatos (1898), de corporações (1908), partidos políticos (1907), câmaras de comércio (1910), associações de profissionais (1912) e movimento feminista (1919)⁵⁴. Em 1922, com a independência e instauração da nova constituição (Metz, 1990, Gordon, 1994, McGregor, 2006, Osman, 2011), uma das mais liberais que o Egito já teve (Hassan, 2011), o país viu florescer uma sociedade civil extremamente ativa, protegida pelos direitos civis estabelecidos na Constituição de 1923.

This phase witnessed a flourishing of civil society, with the publication of more than 80 daily newspapers, as well as weekly and monthly magazines in both Arabic and European languages. The main discourse of civil society during this phase sought transparency and accountability of government, free elections, and rights for working class unions. (Hassan, 2011: 6)

Durante o governo de Nasser, as atividades da sociedade civil começaram a enfrentar sérias dificuldades. A centralidade do poder no executivo impedia o livre

suas ideias e as suas ideologias. Não engloba as actividades lucrativas (sector privado) ou o governo (sector público)".

⁵⁴ Tradução livre da autora a partir do texto original: "proliferation of modern, voluntary organizations including appeared the first trade unions (1898), the cooperatives (1908), political parties (1907), chambers of commerce (1910), professional associations (1912) and the feminist movement (1919)" (Hassan, 2011: 6)

direito de associação e o autoritarismo bloqueava a livre expressão. Várias organizações foram restringidas, partidos políticos banidos e ativistas perseguidos e presos (Gordon, 1994; McGregor, 1006; Osman, 2011). Em 1964, foi sancionada uma lei que garantia ao Estado o poder de dominar todas as atividades da sociedade civil, podendo recusar a criação de organizações, assim como extinguir as já existentes (Hassan, 2011). Já nos governos de Sadat e Mubarak houve, com a liberalização, um crescente número de associações da sociedade civil (Hassan, 2011). Ainda que limitadas e perseguidas, a liberalização abria brechas para o surgimento destes movimentos. E a situação econômica e política destes dois governos também deu espaço para que alguns grupos crescessem no vácuo do abandono social.

Todo o histórico de instabilidade do Egito gerou um desenvolvimento tardio e, sem instrumentos de Estado desenvolvidos e com a tradição de monarquias hereditárias e governos autoritários, as políticas públicas de bem-estar social se tornaram ineficazes e escassas. Bens sociais geralmente associados ao Estado não eram fornecidos à população, que acabava por se encontrar em uma realidade de abandono, pobreza e falta de oportunidades (Kandil, 2011; Pinto, 2011, 2012). E isto não só fragilizou a legitimidade dos governos, como também deu espaço para que outras instituições não estatais ganhassem poder e se tornassem poderosas máquinas políticas. No Egito, o movimento Islâmico ganhou poder político ao se apoderar dos vácuos deixados pelo governo (9 Bedford Row, 2015). A dificuldade do Estado em garantir à sua sociedade políticas públicas – sistema de saúde, educação pública, acesso digno ao mercado de trabalho – causou uma falta de confiança e uma carência que foi suprida por instituições dirigidas pelos islamistas.

By combining their message with concrete social action and offering a real alternative to the existing regime, the Islamists have bolstered their standing and appeal among many different sectors of Egyptian society that feel estranged from and betrayed by ruling order. (Berman, 2003: 261)

Sem a possibilidade de chegar ao poder – nem por meios democráticos, nem por golpes de Estado – e exilados da vida política, essas instituições não governamentais começaram a compreender que ganhavam poder não derrubando o Estado, mas reformando a realidade social e cultural do país. E isso foi possível através da infiltração na sociedade civil (Berman, 2003). Ainda que o Egito seja novo como Estado soberano, a sociedade civil cresceu de forma bastante significativa desde a época da independência. Primeiro como força pela própria luta pela libertação, com

movimentos nacionalistas; depois como forma de reivindicação de bens de serviço sociais que não eram fornecidos pelo Estado. Um espaço vazio foi sendo ocupado por essas instituições não governamentais que se fortaleceram nas últimas décadas. Os movimentos islâmicos ganharam força política no Egito ao fornecer à população educação, saúde, trabalho e outros bens sociais normalmente atrelados ao Estado. E assim, ganharam respeito dentro da comunidade e fortaleceram o Islã.

2.2.2. *A Irmandade Muçulmana*

A Irmandade Muçulmana nasceu no contexto de independência do Egito. Seu fundador, Hasan Al-Banna, era filho de um professor e líder religioso, que lhe permitiu um contato desde cedo com sociedades religiosas (Lima, 2015). Em 1923 ele se mudou para Cairo para estudar e, a partir de então, começou os primeiros passos na direção da construção da Irmandade Muçulmana. Afastada da religião, a sociedade egípcia se encontrava influenciada pelos valores ocidentais vindos pela colonização e para Al-Banna todos os problemas do Egito nasciam desta secularização trazida pelos europeus. Assim, começou uma campanha pela volta dos valores muçulmanos à vida dos egípcios.

No Cairo, Al-Banna encontrou uma cidade que passava por um momento de grande turbulência, marcado pela “desunião” dos principais grupos políticos da época; pelas orientações de “apostasia e niilismo” do período posterior à Primeira Guerra Mundial, pelo secularismo presente nas universidades, livros, jornais e revistas e estimulado pela revolução de Mustafa Kemal Atatürk (o fundador da Turquia), que acabaria por minar a influência da religião. [...] começou a ter claro que a sociedade egípcia não era suficientemente religiosa e que apenas a mesquita não bastaria para levar a fé às pessoas. (Lima, 2015:3)

A estratégia que Al-Banna instituiu para a propagação do Islã acabou por se tornar a base da Irmandade Muçulmana: primeiro, o uso de diversas vias para incorporar o Islã à sociedade e, segundo, a resistência aos valores seculares ocidentais (Lima, 2015). A primeira estratégia era alcançada através do fornecimento de bens sociais à sociedade: desde educação até saúde e trabalho (Berman, 2003; Lima, 2015). Os primeiros movimentos neste sentido foram do próprio Al-Banna, quando construiu escolas para as crianças das populações menos favorecidas na Ismália. A segunda estratégia fala sobre a própria essência do movimento: em 1928 a Irmandade Muçulmana foi oficialmente criada sob o discurso de "Allah é o nosso objetivo, Qur'an [Alcorão] é nossa constituição, o Profeta é nosso líder, jihad é o nosso caminho e a

morte em nome de Allah é a nossa meta"⁵⁵. Ou seja, valores ocidentais seculares foram, desde o início, combatidos pela Irmandade Muçulmana.

De início, a Irmandade não possuía caráter político bem definido, estando preocupada em promover reforma moral e espiritual (Milman, 2004), sendo que "*al Ikhwan al Muslimin*"⁵⁶ nasce com o fim de resgatar o Califado, asfixiado pela influência ocidental, a partir do retorno do muçulmano a essência de sua fé" (Assar, 2010: 20). Contudo, em torno de 1939, o movimento ganhou cunho político, com mais de 300 organizações inspiradas em suas ideias, ao se dedicar "a construir suas próprias empresas, fábricas, escolas e hospitais, além de se inserir em sindicatos e nas forças armadas, ao ponto de se encontrarem, nos fins dos anos 40, na situação de um estado dentro de estado" (Assar, 2013: 7). E, de encontro com os anseios anticolonialistas dos movimentos deste período, a Irmandade Muçulmana, apoiou e participou ativamente da Revolução de 1952. Com o objetivo de extinguir princípios ocidentais da sociedade egípcia, a Irmandade era uma das mais interessadas em tirar, de vez, a influência inglesa do país. Assim, apoiou o golpe e esteve próximo, inclusive, do *Free Officers*, trabalhando diretamente com Nasser e Sadat. Quando Nasser subiu ao poder, todos os partidos políticos foram banidos, menos a Irmandade Muçulmana (Metz, 1990; Assar, 2010, 2013).

[Irmãos muçulmanos] estavam tão ramificados e presentes na sociedade que desempenharam um papel nada marginal em fazer triunfar a revolução dos Oficiais Livres de Julho de 1952. Muitos desses oficiais eram Irmãos, entre os quais Sadat; o próprio Nasser teve assíduos contactos com os vértices da organização. Sem o apoio da Irmandade talvez a revolução tivesse falhado. (Campanini, 2007 *apud* Rodrigues, 2014: 49)

No entanto, os primeiros desentendimentos começaram a surgir quando Nasser mostrou nenhum interesse em adotar a *Sharia*⁵⁷, deixando o movimento de fora da esfera do governo sem participação política. Logo a Irmandade também foi banida, com membros sendo presos, torturados e executados em 1954 (Assar, 2010, 2013). Esta condição de marginalizada permaneceu no restante da história moderna do Egito. A perseguição aos irmãos muçulmanos continuaria nos governos de Sadat e Mubarak,

⁵⁵Tradução livre da autora a partir do texto original: "Allah is our objective, the Qur'an is our constitution, the Prophet is our leader, jihad is our path and death in the name of Allah is our goal" (9 Bedford Row, 2015 :12)

⁵⁶Termo em árabe: Ikhwan al Muslimin (الإخوان المسلمين). Em português, Irmandade Muçulmana.

⁵⁷Sharia é a lei promovida pelos movimentos políticos do Islã, que defende a islamização da política, sociedade e economia; com Alcorão sendo a Constituição.

que, em contrapartida, recebiam críticas do movimento, condenando-os pela liberalização econômica, pela aliança com potências europeias e os Estados Unidos e pela abertura aos valores ocidentais (Lima, 2015). Enquanto permanecia segregada das atividades políticas, a Irmandade crescia entre a sociedade civil. Sob os dois governos, a população menos favorecida sofria com abandono e repressão de governos que prestigiavam apenas a elite nacional e estrangeira (Gordon, 1994, McGregor, 2006; Osman, 2011, Cook, 2012).

E nesta brecha a Irmandade encontrou espaço para crescer e se fortalecer. Os irmãos muçulmanos seguiram, durante todas as décadas que vieram, a estratégia de seu fundador Al-Banna, e islamizaram a sociedade ao proverem à população tudo aquilo que o governo não lhes dava: saúde, transporte, segurança, educação, moradia (Berman, 2003). O crescimento lento e estável e a vontade de trabalhar dentro dos moldes estruturais existentes são características da estratégia da Irmandade Muçulmana⁵⁸, com a criação de organizações educacionais e de caridade, clubes esportivos e outras instituições da sociedade civil, com o propósito de propagar a mensagem islâmica (Clarion Project, 2016). Isto cativou os cidadãos, que se sentiam mais próximos da Irmandade Muçulmana do que de seus governos.

Islamist groups relied on a preexisting network of local mosques, communal ties, and legitimacy; had access to funding from local supporters [...]; and were somewhat insulated from repression (because the state did not want to be seen as attacking religious institutions or organizations)—so they were able to move into the political, social, and economic void that the retreating Egyptian state left behind. Islamist organizations became the main focus of cultural and community life in many parts of Egypt, especially in poorer areas. Indeed, Islamist associations grew to handle everything from health care and housing to education and employment help. As a result, the movement came to “play a role in social life that governments had once claimed but then abdicated”. (Berman, 2003: 260)

Desta forma, a Irmandade Muçulmana se fortaleceu entre a população, que acabava por seguir o Islã – de forma voluntária, ao se sentir próximo do movimento que o acolhia; e de forma impositiva, quando a educação que os irmãos muçulmanos forneciam era religiosa e quando exigiam uma vida dentro das leis islâmicas para receber o auxílio (Berman, 2003). Também se tornou um importante e forte ator político dentro do Egito. Uma oposição informal: garantida não por leis, mas pela

⁵⁸Tradução livre da autora a partir do texto original: "Slow and steady growth and a willingness to work within existing structural frameworks are hallmarks of Muslim Brotherhood strategy" (Clarion Project, 2016: 6)

legitimidade da população e que estaria, sempre, por trás de várias associações e organizações da sociedade civil.

Desde o início, a Irmandade deixou claro seu propósito revolucionário (Berman, 2003; Assar, 2010, 2013). Com os objetivos de informar o mundo sobre o Islã e propagar seus ensinamentos; unificar o mundo sob uma bandeira islâmica; alcançar um padrão de vida e justiça social; combater doenças, pobreza, ignorância e a fome; libertar a *Ummah* (Nação Islâmica) do controle estrangeiro, estabelecer um Estado Islâmico (califado) universal e construir uma nova civilização mundial baseada na *sharia* e no Islã⁵⁹; a Irmandade tornou sua atuação complexa e sofisticada, através de várias escalas institucionais, desde conexões pessoais até mais altas alas de poder. Contando com disseminação de propaganda, lobby político, apoio sistemático a candidatos políticos, além de produção cultural (criação de filmes e participação em eventos) e social (trabalhos sociais e caridade) (Clarion Project, 2016), a Irmandade não só infiltrou na sociedade civil como também o tornou um grande e importante agente político. Seu caráter insurgente preparou terreno para diversas revoluções, incluindo aqui a própria Primavera Árabe.

2.3. As Políticas de Contestação

Embora haja, sobretudo no ocidente, a ideia de que o Oriente Médio seja incompatível com modelos democráticos, a história mostra que, na realidade, esta região do mundo nunca esteve assim tão apática. O Egito, inclusive, tem sido palco de várias revoluções, fruto de organizações sociais que surgiram, especialmente, no último século e criaram força e solidez. Desde os movimentos pela independência até a formação de grupos de cunho religioso, como a Irmandade Muçulmana, tem sido recorrente a movimentação social e o surgimento de associações populares que estiveram, cada um a seu tempo, sempre em luta por direitos e por mudanças em suas realidades. As políticas de contestação tem sido uma constante na história moderna do Egito, provando equivocada a noção de antagonismo democrático no Mundo Árabe.

⁵⁹Tradução livre da autora a partir do texto original: "Inform the world about Islam and spread its teachings, unify the world under the banner of Islam, Raise the a standard of living and achieve social justice, fight disease, poverty, ignorance and hunger, liberate the Ummah (Islamic nation) from foreign rule, establish a worldwide Islamic state (caliphate) Islamic state; build a new world civilization based on sharia and Islam" (Clarion Project, 2016: 6)

2.3.1. O Egito se movimenta: os movimentos e lutas sociais

Ao longo de toda a sua história recente, o Egito viveu uma série de insurreições populares. Cada uma com sua própria narrativa, contextualizada com a época em que aconteceu. No entanto, três delas são emblemáticas por sua força e impacto, levando a mudanças políticas profundas: A Revolução de 1919, a Revolução de 1952 e a Revolução do Pão, em 1977.

Revolução de 1919

A Revolução de 1919 foi um dos maiores levantes camponeses da história do Egito e do século XX⁶⁰. Nacionalistas influenciados pelas ideias de autodeterminação defendidas por Woodrow Wilson⁶¹, começaram a formar movimentos e associações que almejavam a independência (Metz, 1990) e a completa representação e igualdade dos cidadãos (Osman, 2011). Neste momento surgiu o Wafd, ou Al-wafd Al-miṣrī – Delegação Egípcia, em árabe –, um partido político criado por Sa'd Zaghlūl, carismático líder nacionalista (Bearce, 1949; Poljarevic, 2009), como uma delegação permanente do povo egípcio. O Wafd demandava voz em Londres e nas conferências de paz que se seguiram após o fim da Primeira Guerra Mundial (Encyclopædia Britannica b), almejando serem os representantes do Egito na Conferência de Paz de Paris. Fortes insurreições surgiram, com greves e protestos dos mais variados setores da sociedade (estudantes, juristas, trabalhadores) e o corte das linhas de comunicação pelos camponeses.

A Inglaterra tentou conter o movimento, exilando os líderes do Wafd e mandando delegados para realizar missões no Egito (Metz, 1990), afim de estabelecer instituições com certa autonomia sem que, no entanto, perdesse a influência e controle sobre o país (Danielson, 2007). As missões, no entanto, foram boicotadas: comerciantes fecharam suas lojas, houve greve geral de vários setores econômicos e organizações pediram à população que não cooperassem com os agentes ingleses (Metz, 1990; Gordon, 1994; McGregor, 2006; Osman, 2011). A estratificação

⁶⁰Tradução livre da autora a partir do texto original: "Egypt suffered one of the great peasant revolts of her history and of 20th century" (Goldberg, 1992: 261)

⁶¹Foi o 28º presidente dos Estados Unidos, eleito pelo partido dos Democratas. Foi líder do Movimento Progressista e, para além da política, construiu uma carreira acadêmica dentro das Ciências Políticas (White House site).

econômica e estagnação política do contexto de dominação britânica resultaram no aumento do suporte no Wafd. A revolução começou com uma série de greves, em março, entre trabalhadores egípcios e culminou no rompimento de protestos populares em resposta ao exílio dos líderes do Wafd⁶².

Recém-saída da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra não estava em posição de bancar gastos com conflitos no Egito. Assim, em 1922, declarou de forma unilateral, a independência do país. Sem negociações, a Coroa Britânica estabeleceu em sua declaração algumas condições, entre elas o controle do Sudão e a "proteção" dos interesses egípcios de influências externas (Metz, 1990; Danielson, 2007; Amaral, 2008; Brownlee, 2008). Essas condições concediam à Inglaterra o poder de continuar a manter gerência sobre o Egito, mesmo não sendo mais sua colônia. A conquista da independência foi motivo de grande celebração popular. Era não só a tão sonhada emancipação, mas também a conquista de revoltas essencialmente populares. A Revolta de 1919 é de extrema importância para o Egito: não apenas um marco histórico, em que o país passa a ser soberano e entra para o sistema internacional; mas também por mostrar a força da população e o caráter de suas reivindicações.

Revolução de 1952

Cansados da influência que a Inglaterra, mesmo depois de concedida a independência, ainda exercia sobre o Egito, o Rei Farouk e de toda a família real, que se mostrava passiva diante dos ingleses e apenas apoiavam medidas que aumentavam as lacunas sociais e econômicas; os egípcios começaram a nutrir sentimentos de descontentamento que eram fortalecidos por ideias nacionalistas. Dentro deste cenário político, nasceu o *Free Officers*⁶³: grupo militar formado inicialmente por 11 membros que, cansados da realidade do Egito e frustrados com a atuação vergonhosa do Egito na guerra da Palestina, resolveram se associar para proteger os direitos do exército, que havia responsabilizado a incompetência do governo e do Rei pela derrota na guerra contra Israel (Poljarevic, 2009; Tignor, 2011). O grupo visava diagnosticar as

⁶²Tradução livre da autora a partir do texto original: "The revolution started as a series of strikes in March among Egyptian workers, and culminated in an outburst of popular protests in the wake of the news of the exile of the Wafd leadership" (Poljarevic, 2009: 1076).

⁶³Termo em inglês. Em português, Oficiais Livres.

fraquezas do Egito e buscar soluções para seus múltiplos problemas⁶⁴.

O grupo militar tomou para si caráter político e deu início a uma campanha dentro das forças do exército (Metz, 1990; Gordon, 1994; Sorby, 2005; Osmar, 2011). Descontentes com a alienação militar do Rei Farouk (Encyclopædia Britannica a) e com as constantes intromissões inglesas (Poljarevic, 2009), os oficiais do exército, ainda que tradicionalmente leais à Família Real, foram seduzidos pelos ideais de nacionalismo e libertação do *Free Officers*. E a força do grupo também crescia entre a população à medida que problemas econômicos e sociais iam se agravando. Uma medida unilateral do Wafd fez com que quase cem mil trabalhadores perdessem seus empregos na Companhia do Canal de Suez (Poljarevic, 2009) e a desigual distribuição de terras estratificou a economia (Brownlee, 2008). O descontentamento popular – que era não só em relação à família real e à presença britânica, mas também com o Wafd – crescia. Diante deste panorama, em julho de 1952, os líderes do *Free Officers* prenderam oficiais de alto escalão no Cairo, assumiram o controle dos centros nacionais de comunicação e fecharam as estradas e pontes da capital⁶⁵.

Em 1952 os oficiais do exército tomaram o poder, após uma onda crescente de descontentamento de várias vertentes da população com o regime do Rei Faruq, que por muitos era visto como uma liderança árabe de influência britânica em solo egípcio. Logo em seguida, Gamal Adb al-Nasser emergiu como líder incontestado, tendo de início um programa de ação limitado e nenhuma ideologia marcante para além do apelo nacional, acima dos partidarismos e solidariedade as massas camponesas. (Teles, 2014: 22)

O *Free Officers* não possuía uma ideologia definida (Metz, 1990; Poljarevic, 2009; Nagarajan, 2013) e estava embasado apenas na promessa de que governaria para o povo e não para os interesses de uns poucos privilegiados⁶⁶. Já nos primeiros dias no poder, depuseram o Rei Farouk, dando fim à monarquia (Metz, 1990; Gordon, 1994) e instauraram uma série de leis que iam de encontro do anseio popular: reforma agrária e leis trabalhistas (Metz, 1990; Nagarajan, 2013). A Revolução de 1952, ainda que tenha sido conduzida por um grupo de militares, foi essencialmente popular. Os oficiais do exército em questão regeram a revolução não em nome da instituição

⁶⁴Tradução livre da autora a partir do texto original: "view to diagnosing Egypt's weaknesses and seeking solutions to its manifold problems"(Tignor, 2011: 257)

⁶⁵Tradução livre da autora a partir do texto original: "[*Free Officers*] arrested upper-ranking royalist officers in Cairo, seized control of the national media communications centers, and closed the capital's roads and bridges" (Brownlee, 2008: 3).

⁶⁶Tradução livre da autora a partir do texto original: "they would rule for the people, not in the interests of the privileged few" (Tignor, 2011: 256)

militar, mas em representação de uma associação civil, o *Free Officers*. Para além disto, tinha um discurso que ia de encontro com a insatisfação popular: quando declarado o fim da monarquia e instauração de um governo para o povo, houve comoção geral. As pessoas saíram às ruas para festejar a vitória que era, sobretudo, do povo.

Revolução do Pão

Sadat, assim que assumiu o governo no lugar de Nasser, mudou os rumos da política e da economia egípcia. Se distanciando do antecessor, Sadat instaurou a *Infitah*, um plano de liberalização da economia: previa o livre comércio e a economia de mercado (Metz, 1990, Gordon, 1994; McGregor, 2006; Osmar, 2011; Tignor, 2011; Cook, 2012). Sofrendo com déficits orçamentários, o governo precisou tomar uma decisão: ou cortava gastos com o exército, ou taxava as grandes fortunas ou pedia financiamento externo. As duas primeiras opções eram inviáveis: a primeira, devido às tensões com Israel e à ameaça de conflito – que continuavam mesmo depois do acordo de paz –; a segunda, porque Sadat, com a liberalização econômica, tinha seu principal capital político com a burguesia e não poderia se indispor com ela (Sachs, 2012).

Sobrando apenas a última opção, Sadat então começou a procurar empréstimos com instituições ocidentais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As ajudas vieram, mas com condições: reformas econômicas teriam que ser feitas. E uma das primeiras exigências do FMI foi a diminuição dos subsídios alimentares, que eram uma política econômica herdada da era Nasser. Então, em 1977 o governo anunciou o corte de subsídios em 50% no pão, 67% na farinha, 4% no açúcar, 20% no arroz, 46% no gás de cozinha, de 26% a 31% na gasolina, e o cancelamento de subsídios no chá (Alderman, Braun, 1986). Imediatamente a população reagiu e saiu às ruas de todo o Egito protestando.

Following the announcement of the subsidy cuts on January 17, thousands took to the streets in major Egyptian cities, representing a major affront in Egypt's repressive political system. In Cairo, 2,000 – 4,000 protestors rioted. In Alexandria, 20,000 people marched. Authorities placed a nighttime curfew over major cities and set up barricades. Local newspapers highlighted the damage done to private property and institutions through fires, bombs and crowd violence. The government suspended studies at universities and schools for two days. In sum, were reported killed and 566 injured during the rioting, with around 1,250 arrested. (Sachs, 2012: 31).

Apesar do corte dos subsídios serem o estopim, a Revolta do Pão tinha também contestações sobre o próprio governo como um todo. A liberalização econômica incomodava nasseristas⁶⁷ e impôs à população menos favorecida uma realidade dura de falta de serviços sociais, desemprego e baixa qualidade de vida. E o autoritarismo político de Sadat já incomodava os egípcios, que se vinham frustrados diante de mais um governo repressor, que perseguia opositores, fechava imprensa e baniu partidos políticos e associações da sociedade civil. A força das revoltas fez Sadat recuar em sua decisão e manter os subsídios, e incorporar as exigências do FMI de forma mais amena e cautelosa (Sachs, 2012). E, mais uma vez, a população do Egito mostrou-se forte e ativa, com anseios assentados em valores democráticos.

2.3.2. O mito da incompatibilidade democrática

A Primavera Árabe teve muitas consequências. Uma delas foi a produção torrencial de produções acadêmicas, de relatórios governamentais e coberturas midiáticas a cerca do Oriente Médio. Fruto desta tonelada de pesquisa veio uma das maiores constatações que a Primavera Árabe poderia representar: o mundo árabe se movimentou. Revoluções populares nunca foram novidade (Pinto, 2010, 2011) e demandas essencialmente democráticas sempre permearam esses levantes. Seja pela visão ocidentalizada da democracia – buscando encontrar molde democráticos que caibam apenas nos padrões europeus e estadunidenses (Provencher, 2011; Carrasco, 2017) –, seja pela sucessão de governos autoritários e repressores que davam a entender que mantinham a população apaticamente obediente; o mundo ocidental perpetuou, equivocadamente, a ideia de que os países árabes eram imunes a qualquer processo democrático (Pinto, 2010, 2011; Balfour, 2011).

Contudo, a verdade é que o Egito, e o Oriente Médio, nunca esteve realmente imerso neste marasmo social e político. De forma organizada em associações do movimento civil ou de forma espontânea, como a revolta na Praça Tahrir, as populações egípcias lutaram, no último século, em vários momentos importantes. Embebidas de ideologias e princípios próprios de seu tempo, as várias gerações do Egito saíram às ruas não só reivindicando aspectos econômicos como, sobretudo, políticos também. Em épocas diferentes, os egípcios demandavam maior participação

⁶⁷Nasseristas eram seguidores do Nasserismo; termo que designa não só o período de Nasser no governo, mas também a herança ideológica e política que seus anos no poder deixaram.

popular em processos políticos, diretos civis assegurados e maior representatividade.

As lutas anti-imperialistas e emancipatórias pela independência em 1919, que demandavam o fim de uma exploração colonial que segregava e marginalizava a população egípcia. As demandas nacionalistas de 1952, pelo fim de influências externas – que em nada se preocupavam com a realidade nacional do Egito – e pela extinção de uma família real apática que perpetuava relações de poder injustas. As manifestações espontâneas de 1977, com a insatisfação em relação à um modelo neoliberal que cobrava do povo a conta do rombo econômico egípcio. As manifestações pacíficas de 2011, com a exigência da renúncia de um presidente e a chamada por eleições claras e representativas. Sejam inspiradas por pensamento da autodeterminação americana ou por socialismo soviético, todas essas lutas foram constituídas por um povo que não aceitava as mazelas a que era imposto. Todas elas possuíam reivindicações fundamentadas em valores da democracia.

Se não por democracia *per se*⁶⁸, os egípcios buscavam por direitos essencialmente democráticos. E, ainda que boa parte da população - principalmente a parcela mais desfavorecida - não tenha a noção do que seja a democracia em si, fruto da falta de experiência com um governo genuinamente democrático (Carrasco, 2017), almejava melhores condições de vida, processos políticos mais claros, governos mais transparentes, direitos civis e políticos. E, sobretudo, almejavam liberdade: seja ela individual ou ideológica. Seja aos moldes da democracia neoliberal ou não. O povo egípcio, desde o início do século XX, luta por essa libertação, que mesmo com a independência não foi conquistada. A soberania do Egito enquanto país foi alcançada, mas não enquanto Estado forte e concreto. Pois, mesmo sem interferências exógenas diretas, a população continuou refém de uma realidade social estagnada, de planos econômicos que favoreciam a elite egípcia e políticas que obedeciam às potências as quais o Egito esteve aliado.

⁶⁸Termo em latim que significa por si, de modo individual ou isolado.

CAPÍTULO III – Entendendo a Primavera Árabe

O terceiro capítulo desta dissertação reflete a cerca da Primavera Árabe no Egito em si, compreendendo aspectos diversos da insurreição: como um governo visto como corrupto (Puddephatt, 2012; Adly, 2014; Efrat, 2015) e um histórico de gestões pouco hábeis (Metz, 1990; Danielson, 2007; Poljarevic, 2009; Tignor, 2010) podem levar à uma realidade de abandono social – ou seja, uma situação de precariedade social resultada da negligência do governo perante ao povo; como a população majoritariamente jovem do país sofria há anos com uma gestão contestada e como foi capaz de se organizar e promover as manifestações; e como estes aspectos são essenciais para compreender a Primavera Árabe. Esta contextualização tem como objetivo a compreensão do contexto da Primavera Árabe: como se deu, em que contexto se desenvolveu e por quem foi conduzida. O presente capítulo se faz pertinente ao definir tais aspectos, podendo estabelecer aquelas que foram as causas estopins e respondendo, desta forma, a pergunta inicial da dissertação: por que só agora a Primavera Árabe aconteceu? Algumas problemáticas e conceitos centrais serão

expostos e analisados: *corrupção, estagnação social e econômica, literacia, redes sociais online, políticas de contestação.*

O capítulo está dividido em três sessões: A Falta de Horizonte de Esperança e Mudança; O Perfil dos Manifestantes; e Definindo as Causas Estopins. A primeira consiste em uma análise dos fatores políticos, sociais e econômicos do Egito no último governo e o impacto deste na vidas das pessoas, focando-se em como a corrupção e a administração ineficiente levaram ao empobrecimento, ao desemprego e à falta de perspectivas pela população geral. A segunda sessão diz respeito ao perfil dos manifestantes da Primavera Árabe: entender a origem desses jovens escolarizados, literatos e desempregados e como eles conduziram a revolução. Por fim, a terceira sessão trabalha com as razões *sine qua non* da Primavera Árabe, em que se explora e compreende os motivos mais arraigados das manifestações, emergindo, assim, como as causas estopins da revolução.

3.1. A Falta de Horizonte de Esperança e a contestação pela Mudança

A população que saiu às ruas no dia 25 de janeiro de 2011, no Egito, estava motivada por um anseio antigo de melhores condições de vida (Pinto, 2010, 2011). A economia fraca⁶⁹, a política autoritária e de repressão (Metz, 1990; Tignor, 2010; Jankowski, 2010; Osman, 2011), os serviços sociais escassos e ineficientes tornaram o horizonte do cidadão egípcio nebuloso, sem esperança e sem perspectiva de mudança (Pinto, 2010, 2011; Carrasco, 2017). Entender a Primavera Árabe no Egito passa pela consideração das reivindicações populares, dos anseios dos cidadãos. E para entender essas reivindicações é necessário compreender as origens desta insatisfação generalizada. A abertura liberal mal conduzida, aliada a governantes autoritários e com elevados níveis de percepção de corrupção, levou à crises, à pobreza e ao desemprego (Cooper, 1982; Amin, 2000; Nagarajan, 2013; Lima, 2015). E estas são as causas da inquietação popular.

⁶⁹De acordo com o CIA Factbook (s.d.), em 2008 22% da população vivia abaixo do nível de pobreza. E segundo o Relatório de IDH da ONU de 2010, a percentagem de pessoas desempregadas era de 53,8%, com PIB per capita de 1,991 USD (índice mundial: 9,120 USD). Segundo o Banco Mundial, o índice de desemprego no Egito, em 2011, era de 12% (índice mundial na mesma época: 5,995%). De 2006 a 2012, o índice de competitividade do Egito desceu de 4.1 para 3.87 (Trading Economics, s.d.). Em 2010, o crescimento do PIB foi de 0,5% (ibidem).

3.1.1. A abertura liberal da economia que levou à crise

O Egito pós Revolução de 1952 está dividido em três eras: a Era Nasser, a Era Sadat e a Era Mubarak. Estes foram os três grandes nomes da política egípcia da segunda metade do século XX. Cada um desses governantes, marcados pelos fatos históricos de suas épocas, guiou o Egito para um específico plano político e econômico, com diferentes abordagens ideológicas. Gamal Abdel Nasser, pai da Revolução de 1952, era altamente nacionalista e, aliado à URSS, perseguiu um modelo econômico comunista soviético, o que levou o Egito à um isolamento do mundo ocidental (Metz, 1990; Beattie, 1994). O projeto de Nasser previa um extenso setor público, amplas políticas de subsídios e reformas agrárias rígidas (Beattie, 1994; Jankowski, 2010).

Apesar, de início, algumas melhoras dos padrões de vida da população terem sido constatadas, Nasser criou uma enorme estagnação econômica, com um setor público denso e custoso e um sufocamento da iniciativa privada. Por não ter uma base política sólida, ao invés de permitir o desenvolvimento de um sistema competitivo de partidos políticos, Nasser alargou sua base política ao expandir o papel do Estado na economia⁷⁰. A política econômica de Nasser se afundou, uma vez que o consumo acelerado começou a contrastar com os déficits internos, além de uma balança comercial externa negativa, com muitas importações e exportações fracas (Nagarajan, 2013).

Herdando um Egito estancado, Anwar al-Sadat mudou completamente as direções da política e economia do país, inaugurando um modelo liberal que foi mantido em todo seu governo: a *Infitah* (Metz, 1990, Tignor, 2011; Cook, 2012). O modelo que previa economia de livre comércio, investimento estrangeiro e livre mercado, acelerou, de fato, a economia em um primeiro momento. A abertura da economia, com investimentos de capital e tecnologia externos oxigenou a iniciativa privada e a economia do Egito (Cooper, 1982; Lima, 2015). A equação deste projeto era:

⁷⁰Tradução livre da autora a partir do texto original: "Instead of allowing a system of competing political parties to develop, Nasser expanded his political base by expanding [...] the role of the State in the economy" (Nagarajan, 2013: 23)

capital árabe + tecnologia ocidental + recursos egípcios abundantes
*= desenvolvimento e progresso*⁷¹

No entanto, esta liberalização também é considerada, por muito autores, a responsável por grande parte das mazelas do Egito (Amin, 2000), pois foi uma abertura que desfez a rede de bem-estar social montada por Nasser e beneficiou apenas as camadas mais favorecidas da sociedade (Lima, 2015). Os investimentos privados que Sadat almejava vieram, mas apenas em algumas áreas substanciais, como construções de luxo e turismo, e muito pouco em atividade industrial (Amin, 2000; Nagarajan, 2013); atividade esta que estava em pleno declínio (Cooper, 1982). O consumo continuava muito acima da produção interna e a balança comercial externa ficava cada vez mais desequilibrada, uma vez que Sadat retirou medidas protecionistas de Nasser, possibilitando um fluxo maior de importação. Isolado entre seus vizinhos devido às medidas políticas, a situação se agravou com embargos e fim de empréstimos dos países árabes (Metz, 1990; Osman, 2011; Nagarajan, 2013). E, no fim, quem mais sofria com isso eram as populações mais desfavorecidas, que viam direitos sendo retirados, oportunidades econômicas se tornando escassas e lacunas sociais se alargando.

Os governos de Nasser e Sadat, cada um à sua maneira, contribuíram para a construção de uma sociedade com relações de poder muito desiguais. As dificuldades econômicas, que afetavam a vida das pessoas, eram agravadas pelas falhas democráticas de ambas as administrações. Seja pelo aspecto econômico – com a estagnação da economia e extenso alargamento do papel do Estado na Era Nasser e com o aprofundamento das lacunas sociais com a liberalização da Era Sadat –, seja pela esfera política – com autoritarismo, perseguição política e sufocamento tanto das oposições políticas quanto da própria população –, relações de opressão foram formadas dentro do Egito, com a população geral sofrendo diretamente com a perda de bens sociais e de oportunidades econômicas, com a falta de liberdade e de direitos (civis e políticos). E a percepção da formação desta sociedade desigual é de suma importância na compreensão das manifestações da Primavera Árabe como,

⁷¹Tradução livre da autora a partir do texto original: "Arab capital + Western technology + abundant Egyptian resources = development and progress" (Cooper, 1982: 90)

essencialmente, uma luta por emancipação. Luta esta tão perquirida e desenvolvida na Teoria Crítica.

Na sucessão veio Hosni Mubarak, uma figura política apática que, diferente de seus dois antecessores, possuía nenhuma ideologia ou plano de governo claro (Hassan, 2011; Nagarajan, 2013). Assumindo uma continuidade do processo de liberalização, prosseguiu e aperfeiçoou a estratégia de abertura (Gjergji, 2014). Transformou a *Infitah* em *Open Door Policy* e conduziu o governo do Egito num meio termo entre Nasser e Sadat (Metz, 1990; Fadel, 2011; Nagarajan, 2013). Sob a seu governo assistiu-se ao reforço da economia de livre mercado, com foco na exportação. A ideia era continuar a promover a liberalização, mas acertando nas falhas do governo anterior: promover a produção interna e fortalecer a indústria e a exportação. De sua posse, em 1981, até 1985, Mubarak tirou vantagem dos altos índices de poupança e investimento.

Contudo, a base dessa economia estava em fontes nada confiáveis: exportações de petróleo e gás natural, remessas de egípcios que trabalhavam no exterior, o canal de Suez e o turismo (Amin, 2000; Adly, 2014; Efrat, 2015). No final da década de 1980, veio o fim abrupto destes setores (Amin, 2000), que colocou a economia do Egito em condição de quase falência (Osman, 2011). Em situação crítica, Mubarak aceitou as condições de austeridade impostas por instituições financeiras internacionais e negociou empréstimos (Fadel, 2011; Roccu, 2012), e em "conformidade com o Programa de Ajustamento Estrutural [PAJ] assinado em 1991 com o Fundo Monetário Internacional, o governo egípcio privatizou segmentos do setor público e liberalizou os preços e as rendas" (Gjergji, 2014: 95).

Na primeira metade da década de 1990, os déficits da economia egípcia reduziram com a injeção de empréstimos externos previstos pelo pacote de estabilização patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)⁷². No entanto, logo o déficit voltou a aumentar, com a constante queda da receita do Estado: cerca de 30% do produto interno bruto (PIB)⁷³ do Egito no final dos anos 80 para quase 20%

⁷²Tradução livre da autora a partir do texto original: "International Monetary Fund sponsored stabilization package" (Adly, 2014: 5).

⁷³PIB: Produto Interno Bruto. "É uma medida do valor dos bens e serviços que o país produz num período, na agropecuária, indústria e serviços" (G1, s.d.). Tem o objetivo de medir "a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. Quanto mais se produz, mais se está consumindo, investindo e vendendo" (idem, s.d.).

até 2000⁷⁴. E a implementação do PAJ também permitiu o aumento da corrupção, da concentração de poder político e econômico, da desigualdade, da pobreza e do desemprego (Nagarajan, 2013).

For many years, bureaucratic hurdles delayed the application of some socio-economic reforms. Consequently, the rate of economic growth, inflation, unemployment, and the exchange rate were inconsistent and economic development was limited. In the 1980s, the gross domestic product grew at an annual average rate of 7.7 percent in real terms, but it declined to only 4.2 percent in the 1990s (similar to what it was in the 1960s). This was growth without development, especially in the rural economy, which provided a livelihood for more than 40 percent of population (Efrat, 2015: 3)

A conjuntura se agravava: o governo privatizava cada vez mais a economia, chegando a níveis superiores à capacidade – já limitada – de arrecadação (de impostos) do Estado. Em 1998, o programa egípcio de privatização ficou em quarto lugar no mundo em termos de receitas de privatizações como parte do PIB (FMI, 1998 *apud* Roccu, 2012), com a venda do controle acionário de 118 empresas e uma participação minoritária em mais 16 (Roccu, 2012). Além disto, as despesas públicas continuavam sempre altas, em torno de 30% do PIB (Adly, 2014).

A partir de 2004, iniciou-se outro grande plano de privatizações de empresas públicas, ao mesmo tempo em que o Egito se tornava um dos países com maior crescimento dos preços dos alimentos e possuía salários estagnados, que não acompanhavam a subida dos preços (Efrat, 2015). Ainda assim, entre 2004 e 2008, o Egito conseguiu alcançar alguns números positivos dentro da economia; contudo, com a crise econômica mundial em 2008, a situação voltou a se agravar mais seriamente. E, em 2012, o déficit de orçamento ampliou para aproximadamente 12% do PIB, com a arrecadação diminuindo e as despesas sociais aumentando (Adly, 2014). As dificuldades da administração de Mubarak levavam a economia egípcia a uma situação de caos, desestabilizando a vida da generalidade dos cidadãos.

Os anos de Mubarak foram marcados por ineficiência econômica e autoritarismo político (Efrat, 2015). A liberalização passava apenas pela abertura de mercado, e não por conquista de liberdades políticas e sociais. Os vários percalços externos (OIT, 2011) e a deficiente gestão interna (Osman, 2011) levaram o Egito à

⁷⁴Tradução livre da autora a partir do texto original: "around 30 percent of Egypt's gross domestic product (GDP) in the late 1980s to almost 20 percent by 2000" (Adly, 2014:5)

uma sucessão de crises (Roccu, 2012; Adly, 2014), que resultaram em desvantagens e prejuízos profundos à qualidade de vida da população. A realidade construída nos governos anteriores, de Nasser e Sadat, foi aprofundada sob a gestão de Mubarak, que conduzia uma economia segmentada – de privilégios a uma elite capitalista e a amigos de dentro do governo – e uma política de mão de ferro e autocrática. As relações de opressão foram ficando cada vez mais evidentes, com índices de corrupção crescentes. Esse contínuo histórico de políticas econômicas falhadas e de despotismo é essencial no entendimento de como o ambiente revolucionário foi sendo construído através de muitos anos, com base em condições específicas assomadas.

A Teoria Crítica mostra como todo esse consecutivo processo de evolução histórica (Cox, 1981) é imprescindível na análise de qualquer fenômeno social. Entender a Primavera Árabe no Egito requer a investigação deste passado econômico, político e social do país. Pois é nesta investigação que se encontram explicações para as reivindicações das pessoas da Praça Tahrir. É nela que compreendemos as relações de opressão e o anseio pela emancipação que foi sendo alimentado por várias gerações.

Esta análise do contexto histórico justifica as políticas tomadas por cada um dos grandes nomes políticos: Nasser, extremamente nacionalista, era fruto de seu próprio contexto histórico, ao crescer vendo o país ser explorado por potências externas e uma família real apática e pouco envolvida com o país em si (Metz, 1990; Tignor, 2010; Osman, 2011). A implementação de um modelo mais comunista e a aproximação à URSS, em plena Guerra Fria (décadas de 1950 e 1960), condiziam com o panarabismo exacerbado de Nasser (Pinto, 2015/2016). Sadat, por sua vez, foi influenciado pelo começo da desaceleração do bloco soviético, e crente do efeito negativo da influência da URSS para o Egito, se aproximou do ocidente e do modelo americano (Metz, 1990). Mubarak, por fim, não só teve em sua frente a única opção de alinhamento aos EUA, com o declínio da URSS, como também sofreu com acontecimentos de seu momento histórico que influenciaram os rumos de suas políticas nacionais.

Através das premissas da Teoria Crítica, justifica-se a importância da compreensão histórica do passado recente do Egito e da relevância da análise de seu tempo, ou seja, dos fatores que existiam em cada momento histórico do Egito. Ter em mente como as realidades de cada um desses homens os influenciaram em seus

governos, e como suas gestões (com todos erros e falhas) afetaram a vida da população não é apenas uma das premissas da Teoria Crítica, como também é um ponto chave para a evolução desta dissertação. As revoluções da Primavera Árabe possuem raízes históricas profundas que não podem ser negligenciadas: elas são a essência das reivindicações, da força da luta da população e a explicação de sua origem e motivação. O cerne da Teoria Crítica – análise do seu tempo, a compreensão histórica, a luta por emancipação – é, também, a coluna vertebral que sustenta a presente dissertação.

3.1.2. *A corrupção que levou ao empobrecimento e ao desemprego*

Ainda que os aspectos econômicos fossem de extrema importância, talvez a maior mazela do Egito dos últimos anos tenha sido a corrupção. A população se queixava cada vez mais do nepotismo do governo, com o enriquecimento da família Mubarak e dos amigos próximos que comandavam a política nacional (Puddephatt, 2012; Adly, 2014); assim como também da corrupção diária, em que agentes públicos das mais diversas áreas negociavam apenas sob suborno (Puddephatt, 2012), o que diminuía as oportunidades econômicas da população. Uma das maiores queixas em relação ao governo, a corrupção à níveis inimagináveis interferia na vida das pessoas de forma direta e indireta, aumentando a insatisfação com o governo (Fadel, 2011; Puddephatt, 2012).

O conceito de corrupção tem várias definições e é mais comumente percebida como o interesse próprio de indivíduos que procuram maximizar seu próprio bem estar pessoal⁷⁵. É um conceito complexo e ambíguo, que carrega muitas noções morais, e pode, muitas vezes, ser cometida sem, ao menos, ser percebida (Tanzi, 1998; Begovic, 2005). O Banco Mundial define-a como "o abuso de poder público para benefício próprio"⁷⁶; o *Transparency International* entende como o "abuso de poder confiado para ganho privado", podendo "ser classificado como grande, trivial ou político, dependendo da quantidade de dinheiro perdido e dos setores onde ela ocorre"⁷⁷; e

⁷⁵Tradução livre da autora a partir do texto original: "self-interested individuals seeking to maximize their own personal welfare" (Begovic, 2005, 1).

⁷⁶Tradução livre da autora a partir do texto original: "the abuse of public power for private benefit" (Banco Mundial *apud* Tanzi, 1998: 8).

⁷⁷Tradução livre da autora a partir do texto original: "Corruption is the abuse of entrusted power for private gain. It can be classified as grand, petty and political, depending on the amounts of money lost and the sector where it occurs" (Transparency International, s.d.)

Tanzi (1998: 8), de forma mais neutra, como "o descumprimento intencional do princípio de plena concorrência⁷⁸ com o objetivo de tirar alguma vantagem para si próprio ou para indivíduos relacionados a esse comportamento"⁷⁹. Ou seja, quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos, de forma propositada, quebra um acordo que estabelecia igualdade das partes, com o objetivo de ter algum proveito em benefício próprio.

Independente do escopo que cada definição possui, assim como os agentes que considera na equação, todas tentam dar forma à um comportamento que está, em sua mais básica essência, contido na relação de desigualdade entre duas partes, em que uma tira vantagem e a outra sai prejudicada. Ao aplicar essa dinâmica na esfera estatal, o prejuízo é geralmente assumido pela população. E este dano é percebido facilmente quando analisada as condições de vida a que a sociedade de um país com governo com altos índices de percepção de corrupção está submetida. Puddephatt (2008) estabelece este impacto ao comparar dados do Índice Anual de Percepção da Corrupção do *Transparency International* e do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas: quanto maior o Índice de Percepção de Corrupção, ou seja, quanto mais corrupto um país é, menor é o Índice de Desenvolvimento Humano, isto é, as condições básicas de vida da população.

Isto se dá por conta do grande impacto econômico que a corrupção causa: não apenas significa perda de recursos financeiros como também aumenta o custo de qualquer transação (Puddephatt, 2012). E o efeito negativo disto na vida das pessoas vem com a diminuição de investimentos – com corrupção, um investimento que custa 5% do PIB de um país gera um retorno de apenas 0,5% do PIB (idem, ibidem) – assim como a perda de arrecadação (Tanzi, 1998), já que há o aumento de empregos informais, uma vez que as atividades formais passam a ser muito dispendiosas. Além disso, é provável que a corrupção aumente a desigualdade de renda, porque permite que os indivíduos bem posicionados tirem vantagem das atividades do governo a custo

⁷⁸Princípio de Plena Concorrência (em inglês, arm's-length principle): "quando duas partes celebram uma transação livre e independente uma da outra, sem ter alguma relação especial" (Columbia University, s.d.).

⁷⁹Tradução livre da autora a partir do texto original: "Corruption is the intentional non-compliance with the arm's-length principle aimed at deriving some advantage for oneself or for related individuals from this behavior".

do resto da população⁸⁰.

Tanzi (1998), Begovic (2005), Shleifer e Vishney (1993) discorrem sobre as principais consequências da corrupção: reduz a capacidade do governo de desempenhar seu papel regulatório (não controla bancos, o mercado financeiro, atividades econômicas, etc.); a corrupção atua como um imposto arbitrário de alto custo, aumentando as despesas e dificuldades das transações, além de diminuir a produtividade laboral, uma vez que funcionários públicos em países corruptos gastam 20% do seu tempo de trabalho negociando atividades escusas e ilícitas; diminui ou altera o papel fundamental do governo (ineficaz ao regular a economia e o mercado e proteger a população, ou passa a ser o próprio agente corrupto, ferindo os interesses sociais); reduz a legitimidade da economia de mercado e da própria democracia; e pode aumentar a pobreza, porque reduz o potencial de renda dos mais pobres. A corrupção viola, ainda, o Estado de Direito, que é um pré-requisito para a economia de mercado; assim, sem garantias de direitos básicos como o da propriedade privada, as empresas passam a fazer menos transações, os investidores investem menos e há desincentivo para empreendedorismos e inovações; deixando a economia menos dinâmica, o que interfere indiretamente no bem-estar social.

E este foi o principal legado do governo de Mubarak: desigualdade de renda, repressão política e corrupção (Efrat, 2015). Segundo o *The Guardian*, jornal inglês, o presidente e sua família poderiam ter custado até 70 bilhões de dólares aos cofres públicos egípcios devido à corrupção, propinas e atividades ilícitas (Puddephatt, 2012). A administração de Mubarak se baseou na concentração de riqueza e bens nas mãos de alguns amigos que estavam intimamente ligados às elites do governo (Adly, 2014). No Relatório de Índice de Percepção de Corrupção da *Transparency International* (2010: 2), o Egito ocupava a posição 98º, entre 178 países avaliados, com nota 3.1 (sendo 0 muito corrupto e 10 pouco corrupto). Um recente relatório da *Global Financial Integrity* afirmou que o crime e a corrupção custaram ao Egito cerca de 6 bilhões de dólares por ano e 57,2 bilhões de dólares no total, de 2000-2008⁸¹.

⁸⁰Tradução livre da autora a partir do texto original: "corruption is likely to increase income inequality because it allows well positioned individuals to take advantage of the government activities at the cost of the rest of the population" (Tanzi, 1998: 26).

⁸¹Tradução livre da autora a partir do texto original: "A recent Global Financial Integrity report claimed that crime and corruption cost Egypt approximately US\$ 6 billion per year and US\$ 57.2 billion total, from 2000-2008" (Puddephatt, 2012: 11)

Amigos próximos de Mubarak eram nomeados presidentes de empresas estatais e os benefícios do crescimento iam exclusivamente para setores mais abastados da sociedade, assim como a classe de capitalistas próximos de Mubarak que se beneficiavam constantemente (Fadel, 2011). Esta corrupção, além de custar caro ao próprio Estado, com desvios e negociações supervalorizadas, e à economia do Egito, também impedia o crescimento econômico individual dos cidadãos, que enfrentavam dificuldades enormes em se arrisarem na iniciativa privada: antes da revolução, os observadores concordavam que a corrupção no Egito era generalizada e que o uso da *wasta* ("mediação" ou "influência" em árabe) e pagamentos de facilitação eram essenciais para fazer negócios⁸².

Com um governo corrupto, que se isolava das leis anticorrupção (Fadel, 2011) e se beneficiava do capital político para tirar vantagem econômica; com a diminuição de investimento em bens sociais, relegando a população às condições precárias de vida, com o desemprego alarmante (em 2010 o índice de desemprego era de 12%), com pobreza, com falta de oportunidades; a população, majoritariamente jovem, chegou ao limite. O sufocamento econômico criou efeitos negativos nas mais diversas esferas da vida dos cidadãos: falta de emprego, de estabilidade financeira – o que afetava suas relações pessoais –, de oportunidades, de qualidade de vida.

E sendo a força social a principal força de transformação (Horkheimer, 1972), formou-se no Egito um potencial revolucionário latente. Para os teóricos da Teoria Crítica, a força motriz para qualquer transformação social, política e econômica é a força social (idem, ibidem). O anseio por transformação e mudança nasce, principalmente, da insatisfação com a própria realidade. Assim, os anos de descontentamento com a situação de imobilidade econômica, escassez da rede de bem-estar social e a repressão política deu condições para o desenvolvimento desta força social. Sem perspectivas de futuro e fadados à uma realidade estagnada, os jovens egípcios tinham as ferramentas certas à disposição – Internet e redes sociais – para transformar os descontentamentos de décadas em uma verdadeira revolução.

⁸²Tradução livre da autora a partir do texto original: "prior to the revolution observers agreed that corruption in Egypt was pervasive and that the use of *wasta* ('mediation' or 'influence' in Arabic) and facilitation payments were essential for doing business" (Puddephatt, 2012: 5)

3.2. O Perfil dos Manifestantes

Um dos vários rótulos que a Primavera Árabe no Egito recebeu foi a de ser uma revolução dos jovens. Ainda que nos primeiros momentos, na Praça Tahrir, as manifestações tenham contado com o apoio e participação dos mais variados segmentos da sociedade egípcia – com homens e mulheres, coptas e muçulmanos, velhos e novos – os jovens, foram, sem dúvida, o grande motor por de trás da revolução. Eles "iniciaram-na e conduziram-na" (Aswany, 2011: 10), motivados pela insatisfação com um governo corrupto que prejudicava especialmente suas vidas e futuros, e suportados por novas ferramentas que auxiliaram na propagação e fortalecimentos dos movimentos sociais que já cresciam nos últimos anos: as redes sociais online.

3.2.1. Jovem e literato: com qualificação e sem expectativas de futuro

Dois fatos são extremamente importantes para entender este perfil jovem da Primavera Árabe no Egito: (1) de acordo com o censo de 2006, aproximadamente 40% da população egípcia tinha entre 10 a 29 anos (PNUD, 2010b: IX) e, em 2015, a população entre 0 e 24 anos compunha 50,48% da população (UNESCO (a), s.d.); (2) o Egito apresentou um aumento no índice de alfabetização de quase 30% entre os períodos de 1985-1994 e 2000-2006 (UNESCO (b), s.d.), sendo esse aumento, sobretudo, entre a parcela mais jovem da população: a taxa de alfabetização das pessoas entre 15 a 24 anos, em 2010, era de 87,51% (UNESCO (c), s.d.); assim como também cresceu o acesso ao ensino superior nos últimos 25 anos, com um aumento de 16% a 24% no grupo da população com idade entre 18 a 23 anos, com 2.2 milhões de estudantes inscritos em instituições de ensino superior (European Commission, 2012: 6).

O primeiro fato mostra como a sociedade egípcia é majoritariamente jovem, sendo assim natural que uma revolução de cunho social, político e econômico – como foi a Primavera Árabe – fosse conduzida por jovens. Não apenas por representarem metade da população, eram eles também os que mais diretamente sentiam as consequências de décadas de precariedade econômica, política e social. Uma sociedade jovem que enfrenta, desde o início de sua vida adulta, um governo corrupto

e autoritário, um plano econômico ineficiente e uma rede de bem-estar social esfacelado, que a mantinha em situação de abandono e sufocamento (Rogeiro, 2011).

Agravando a situação, a crise financeira e econômica que começou a atingir o mundo em 2008 e continuou a afetar mais e mais os países, teve um impacto particularmente severo entre os mais jovens, que são os primeiros a serem demitidos em tempos de crise e são os últimos a encontrar um trabalho depois da crise. Este também é o caso no Egito⁸³. A média de desemprego em 2010 era maior entre jovens: enquanto o índice nacional, em 2013, era de 12,6%, o índice entre jovens, no mesmo período, era de quase 40%. De acordo com a OIT “pelo menos 90% dos desempregados tem menos de 30 anos, e muitos mais são afetados pelo subemprego”⁸⁴ (OIT, 2010: 4).

Almost 92 percent of the unemployed persons are young people in the 15–29 age group. The majority of the unemployed are new entrants to the labor market, who were seeking a job for the first time. Unemployment is distributed evenly between both urban and rural areas. It was mainly concentrated among secondary school graduates and university graduates [...]. Moreover, the average duration of unemployment is highest among the youth, reaching 39, 63 and 65 months for the age group 20-25 years, 25-30 years and 30-40 years, 11 respectively. to be negative as the incidence of unemployment is highest among those with intermediate education followed by those in university (OIT, 2011: 7-8)

Este cenário alarmante de desemprego entre os mais jovens, além de afetar diretamente a economia, com o empobrecimento da população e estagnação de todo o processo econômico – desde a capacidade de consumo e fluxos de capitais, até a falência de vários setores da economia nacional – também tem reflexos na vida social e religiosa dos indivíduos. A falta de oportunidades de trabalho impedia o acesso ao matrimônio: no Egito é necessário que um homem tenha provas de que possua uma propriedade na qual possa viver com sua família antes de poder se casar legalmente. A continuação da crise econômica no Egito durante todos esses anos dificultou a vida de muitos jovens pretendentes que não podiam concretizar essa parte importante da religião muçulmana e da obtenção do status social através do matrimônio⁸⁵. No Islã, o

⁸³Tradução livre da autora a partir do texto original: "the financial and economic crisis that started to hit the World in 2008 and continues to affect countries more and more will have a particularly severe impact on young people who are often kicked out first in times of a crisis and are the last to re-find a job after a crisis. This is also the case in Egypt" (OIT, 2010: 4).

⁸⁴Tradução livre da autora a partir do texto original: “At least 90 per cent of the unemployed are aged less than 30 years, and many more are affected by underemployment” (OIT, 2010: 4).

⁸⁵Tradução livre da autora a partir do texto original: "es necesario que un hombre haga una prueba de que posee una propiedad en la cual vivir con su familia antes de poder casarse legalmente. La

casamento tem importância fundamental, considerado um dever e uma tradição religiosa; ele trás prestígio, reconhecimento e aprovação social (Rashad, Osman, Roudi-Fahimi; 2005: 2). A passagem 1285, do Alcorão, diz que

O casamento é uma relação importante, não apenas para a nossa vida material, mas também para a nossa vida moral e espiritual, sendo que seus efeitos se estendem não somente às próprias partes, mas ainda aos filhos e às gerações futuras [...]. (Alcorão: 979).

Paralelamente, nos últimos anos o Egito tem apresentado bons números de taxa de alfabetização, principalmente entre os jovens. Seja por atores da sociedade civil – como o movimento Islâmico (principalmente com a Irmandade Muçulmana), que fornece bens sociais (Berman, 2003: 260) –, seja por instituições internacionais – como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO (d), s.d.), com programas como a Década das Nações Unidas para a Alfabetização (UNESCO (c), s.d.), que rendeu várias doações ao governo egípcio –, o país conseguiu uma melhora significativa na área da educação. Isto tornou esta população mais informada, mais capacidade e mais engajada, ao mesmo tempo em se tornava mais e mais descontente com um governo que não possibilitava a utilização dessa capacitação no mercado de trabalho: o atual problema do emprego no Egito caracteriza-se por uma absorção insuficiente de estudantes de pós-graduação e pela utilização de recursos humanos não qualificados⁸⁶. Em 2008, apenas 15,5% dos indivíduos empregados possuíam ensino universitário ou maior (OIT, 2011: 5).

E este é o diagnóstico de época, que a Teoria Crítica tanto enfatiza (Nobre, 2004): a revolução no Egito esteve nas mãos de uma sociedade jovem e com mais formação tecnológica e educação formal que as gerações passadas e que, ao mesmo tempo, enfrentava os maiores índices de desemprego, as menores oportunidades de iniciativa privada e empreendedorismo e uma situação econômica caótica. A análise de um fenômeno social pede a consideração do momento histórico em que este fenômeno está inserido: através da análise do contexto político, social e econômico do momento é possível entender as dinâmicas de exploração e subordinação e os

continuación de la crisis económica en Egipto durante todos estos años dificultó la vida a muchos jóvenes pretendientes que no podían concretizar esa parte importante de la religión musulmana y de obtención de estatuto social través del matrimonio" (Pinto, 2011: 4).

⁸⁶Tradução livre da autora a partir do texto original: "Egypt's current employment problem is characterized by inadequate labor absorption of graduate students and under utilization of unskilled human resources" (OIT, 2011: 12).

potenciais emancipatórios existentes. E, no caso da Primavera Árabe no Egito, as dinâmicas de exploração e subordinação estavam nos resultados das gestões ineficientes, dos governos autoritários e da economia estancada; assim como o potencial emancipatório estava nessa juventude com mais condições de fortalecer e espalhar uma causa, tornando-a uma revolução.

E a elucidação sobre o perfil dos manifestantes no Egito também demonstra o pressuposto construtivista de que realidade é socialmente construída. Dentro do Construtivismo, há o entendimento de que "vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas" (Nogueira e Messari, 2005: 160), ou seja, não há uma *antecedência ontológica* na relação agente/estrutura: estão ambos se influenciando e se construindo. Um governo com altos índices de corrupção e pouco eficiente em sua gestão, causou danos à sua população que, por sua vez, causou uma revolução para mudar esta realidade. O governo construiu a realidade da população, que por conta disso promoveu uma revolução para mudar esta realidade e governo. Em posse de ferramentas potencializadoras e de conhecimento de informação a cerca de outras realidades sociais e políticas (Carrasco, 2017), esses jovens se sentiam cada vez mais oprimidos dentro de um país governado há 30 anos pelo mesmo homem, que era reconhecido pela corrupção e pelo autoritarismo (Fadel, 2011; Puddephatt, 2012; Efrat, 2015). E, com maior acesso às ferramentas como as redes sociais, os jovens egípcios fizeram uma revolução herdada de outras gerações que, sem instrumentos necessários, não puderam dar o volume, a abrangência e a força da Primavera Árabe às suas próprias manifestações.

3.2.2. Escolarização e literacia: as pontes para a informação e as redes sociais online

Nos últimos anos o Egito apresentou números positivos em relação à educação. Índices de alfabetização, número de matrículas no ensino primário e secundário, assim como de acesso ao ensino superior cresceram de forma exponencial: em 1998/99, a taxa de matrículas no ensino primário (faixa etária de 6 a 11 anos) era de 103%, com um total de 8.921.605 alunos matriculado (UNESCO, 2012); no ensino preparatório (segundo ciclo de ensino básico), a taxa era de 62%, com 2.931.329 alunos inscritos (idem, ibidem); no ensino secundário (faixa etária de 12 a 17 anos; ensino que prepara os estudantes para a vida prática e para os ensino superior e

universitário), o número total de alunos matriculados no ano de 2005/06 era de 3,480,314, com uma taxa de transição para o ensino superior de 80,3% (OECD & World Bank, 2010 *apud* UNESCO, 2012); e em 2010 o número de alunos matriculados em quaisquer níveis do ensino superior era de 2,646,000 (Clark, 2013), com uma taxa de alfabetização entre os jovens (faixa etária de 15 a 24 anos) de 87,5% (*idem*, *ibidem*).

Este fato contribuiu para a formação de uma nova geração mais informada e com maiores capacidades de acesso à conhecimento e informação (Rogeyro, 2011), assim como também mais engajada e politicamente ativa. Maiores níveis de educação levam à uma maior aliciação às atividades políticas, uma vez que o homem sem educação ou com educação limitada é um ator político diferente do homem que alcançou níveis mais altos de educação⁸⁷. Isto porque, com maior acesso à informação e conhecimento, o intelecto se alarga e consciências são adquiridas. Mais do que pedir democracia – ou os seus valores de liberdade – os indivíduos educados (especialmente no caso do Egito) pediam por maior participação política.

A participação cívica aumenta, pois a doutrinação sobre a participação política é o maior componente da educação⁸⁸. O ambiente escolar é, por si só, um estimulante à convivência democrática: sendo um espaço de socialização, a sala de aula se torna um convite ao debate, ao compartilhamento de ideias, ao exercício de ouvir outros pontos de vista e de trabalho em equipe (Glaeser, Ponzetto, Shleifer, 2006). Esta troca de ideias e conhecimentos alarga as visões e convida os indivíduos a pensarem de outras formas e de almejam realidades diferentes. Estudantes das grandes universidades do Cairo e de Alexandria são tão liberais e democráticos quanto qualquer outro estudante de qualquer outra universidade no Ocidente (Carrasco, 2017). Isto porque, além de terem experienciado a convivência em ambientes democráticos como o da sala de aula, também tiveram acesso à ideias e ideologias de todo o mundo. Em mundo cada vez mais globalizado, a educação se torna, também, uma ponte entre o local e o global.

⁸⁷Tradução livre da autora a partir do texto original: "The uneducated man or the man with limited education is a different political actor from the man who has achieved a higher level of education". (Almond and Verba, 1989 *apud* Glaeser, Ponzetto, Shleifer, 2006: 2)

⁸⁸Tradução livre da autora a partir do texto original: "the link between education and civic participation is that indoctrination about political participation is a major component of education" (Glaeser, Ponzetto, Shleifer, 2006: 11)

A globalização é o "processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social" (Enes, 2010: 3). Ou seja, é a capacidade dos atores de influenciar o resto do mundo, determinando mudanças. Assim, quando ideias de liberdade, de democracia liberal e de livre mercado de atores ocidentais começam a se propagar pelo mundo – seja por agente públicos, por políticas, por mídia ou pela educação – há uma mudança comportamental e social das várias esferas locais do mundo. E a educação tem papel fundamental nesta dinâmica, uma vez que é uma das maiores pontes entre os indivíduos e a produção e propagação de conhecimento.

Paralelamente, os maiores índices de alfabetização e escolarização no Egito também contribuíram para um alargamento do uso da internet e das redes sociais online. Em 2008, 65 entre 100 habitantes no Egito tinham linha de telefone fixo e móvel, com um crescimento de 678% entre 2000 e 2008, alcançando um número de 95% da população com acesso a redes de telefone móvel (ONU, 2010: 213). Em 2008, 16,6 entre 100 habitantes eram usuários da internet e, entre 2006 e 2008, 3,9 entre 100 pessoas possuíam computadores pessoais (idem, ibidem). É claro que o aumento do uso da internet no Egito não se deu apenas por conta da elevação dos índices de alfabetização e escolarização. Este fenômeno de crescimento da internet é mundial: em 1990, 0,05% da população utilizava a internet e, em 2010, o número saltou para 29,15% (World Bank (b), s.d.). Nos últimos anos, mais e mais operadoras estão fornecendo serviços de Internet móvel pré-pagos⁸⁹, o que abaixa os custos do uso da Internet. Isto diminui os custos e consegue aumentar o diâmetro de alcance da Internet. Estes serviços pré-pagos introduziram no mercado os consumidores de baixa renda (ITU, 2011).

No entanto, a relação entre o uso da internet e o nível escolar é claro. Os dados sobre o uso da Internet por nível de ensino mostram que o uso da Internet é muito maior entre as pessoas com níveis mais elevados de educação⁹⁰. O uso da internet é maior entre estudantes: pessoas que estão matriculadas em universidade ou escolas primárias e secundárias. A explicação para isto é o fato de que, primeiro, os estudantes

⁸⁹Tradução livre da autora a partir do texto original: "more and more operator are providing prepaid mobile (broadband) Internet services" (ITU, 2011: 114).

⁹⁰Tradução livre da autora a partir do texto original: "Data on Internet use by level of education show that internet usage is much higher among people with higher levels of education" (ITU, 2011: 111).

têm acesso (possivelmente até gratuito) à Internet em suas instituições de ensino e, segundo, que eles estão mais à vontade em encontrar informações úteis, inclusive para seus estudos, na Internet. Além disto, estudantes estão em processo de aprendizagem, o que os ajuda a adquirir mais habilidade necessárias para o uso da Internet (idem, ibidem). Em 2009, 33,6% dos egípcios usavam a Internet para ler ou fazer *downloading*⁹¹ de jornais, revistas e livros; 49,6% para fazer *downloading* ou escutar/assistir música, vídeos, imagens e programas de TV e 38,9% usava para atividades educacionais e de leitura (idem, ibidem: 122), sendo que quase 37% dos indivíduos com menos de 25 anos eram usuários da Internet, enquanto 16% tinham mais de 25 (idem, ibidem: 128).

Além da evolução da Internet em si e de suas operadoras, com equipamentos e redes mais desenvolvidas tecnologicamente, a população do Egito – jovem e com melhores níveis de ensino formal – obteve nos últimos anos as habilidades para usar ferramentas como as redes sociais online, assim como um acesso muito maior à informação. Estando expostos a outras ideologias, modelos econômicos e políticos; os egípcios puderam reivindicar melhores condições de vida e mudanças nas suas realidades – individual e nacional. Assim como também tiveram a capacidade de utilizar ferramentas que gerações passadas não dispunham, como a Internet e sites de interação social virtual, e fazer assim mais possível uma revolução forte, rápida e surpreendentemente abrangente.

E este alargamento de conhecimento adquirido por maiores níveis de educação e pela própria internet possibilitou uma mudança de ideias, interesses e, por fim, de identidade. Expostos à outras realidades ao redor do mundo, os jovens egípcios tiveram contato com novas ideias, novas ideologias, novos modos de vida. Expandiram os horizontes e enxergaram alternativas para além da realidade em que viviam. Dentro do construtivismo, os valores dentro do campo das ideias (moral, cultural, religioso) têm mais importância que os valores materiais, pois são através deles que as identidades são construídas e os interesses definidos (FUNAG, 2012). E foi o contato com essas novas ideias, por meio da educação formal e da internet, que

⁹¹Expressão em inglês. No português significa baixar, carregar, puxar informações ou programas no computador

o jovem egípcio pode transformar seus interesses e identidades e, assim, promover uma revolução.

3.3. Definindo as Causas Estopins

Estopim é o "fio que contém pólvora em seu núcleo ou embebido em substância inflamável, que serve para, nele ateadada uma chama na extremidade livre, queimar e fazer a chama chegar a material explosivo ao qual está ligado na outra extremidade" (Aulete, s.d.), em outras palavras, "fios que são encharcados de uma substância que faz com que possam arder sem que o fogo cesse." (Léxico, s.d.). É, em seu sentido literal, o pequeno artefato que, sob as condições necessárias, causa grandes explosões. Em seu sentido figurado, remete ao "acontecimento que ocasiona uma série de outras situações; fator que provoca uma briga" (Dicionário Online de Português, s.d.) e ao " fato que desencadeia uma série de acontecimentos" (Free Dictionary, s.d.). Ou seja, é a causa imediata e derradeira, a última gota d'água. É, talvez, um motivo considerado pequeno, mas que, sob o contexto em que estava inserido, tem a força de provocar explosão e revolução. E, para entender a Primavera Árabe no Egito, é preciso definir, no meio de tantos aspectos e fatores, quais foram as causas estopim. Isto é, a fagulha, o pavio. O que acendeu o "fio embebido de produto inflamável" do Egito.

3.3.1. Condições de vida precárias: o contexto

A Primavera Árabe tem, em muitas análises, a etiqueta de "Revolução da Internet". Contudo, é preciso cuidado com esta classificação, pois pode cair em um determinismo tecnológico⁹² e cometer o equívoco de ignorar todo o contexto em que as manifestações estiveram inseridas, que é essencial para uma compreensão mais profunda. A conjuntura de desenvolvimento tardio (Pinto, 2011, 2012), causado por um histórico de dominação externa (Metz, 1990; Osman, 2011), levou à uma fraca construção de ferramentas de governo e, conseqüentemente, à um Estado pouco sólido. Uma sucessão de governos autoritários (Nagarajan, 2013), que através de medidas econômicas pouco eficientes, tornaram, pouco a pouco, a vida da população cada vez mais difícil e indigna.

Com a liberalização econômica, vieram medidas de austeridade impostas por

⁹²Tradução livre da autora a partir do texto original: "technological determinism" (Storck, 2011: 19)

instituições financeiras internacionais (Roccu, 2012), além do esfacelamento da rede de bem-estar social (Lima, 2015). As lacunas sociais iam aumentando com as crises e instabilidades econômicas, agravadas pela corrupção alarmante do governo Mubarak. A população urbana mais pobre já lamentava há anos a falta de condições para a construção de uma vida digna, com baixos salários e o abismo crescente entre as camadas pobres e ricas; assim como também sempre houve reclamações por parte da população rural, pela retomada de terras – concedidas aos trabalhadores rurais na Revolução de 1952 - por parte de famílias com influência política (ICG, 2011: 1). Além disto, alguns fatores externos acabaram por piorar a condição econômica do Egito: o impacto negativo do Massacre de Luxor⁹³, a Crise Asiática⁹⁴ e a queda dos preços do petróleo no final da década de 1990 levou à tendência de uma recessão severa no começo dos anos 2000. As taxas de crescimento do PIB caíram para 3,4% ao ano, piorando para 3,2% nos próximos dois anos de 2001/2002 e 2002/2003. Outra vez, os choques externos causados pelos eventos de 11 de setembro de 2001, e os conflitos regionais e guerras agravaram a situação econômica.⁹⁵

Em 2010, o Egito ocupava o lugar 101º (em um total de 169 países) do ranque de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹⁶ das Nações Unidas, com nota 0,620 (em uma escala de 0,0 a 1,0), estando classificado como país de médio

⁹³Massacre cometido por um grupo *Jihadista* egípcio, que culminou no assassinato de 60 turistas (de várias nacionalidades). O massacre aconteceu no Templo Mortuário de *Hatshepsut*, perto de Luxor. (Al-Sayyid, 2003).

⁹⁴Crise financeira deflagrada em 1997, atingindo Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coréia do Sul. Suas maiores consequências "foram a acentuada desvalorização de suas moedas, em relação ao dólar, e a queda substancial nos preços de ativos em seus mercados acionários. Ambas refletiram fortes saídas de capital, com correspondente redução das reservas externas daqueles países. [...] A crise cambial e a saída de capital se desdobraram em arrochos de crédito nas cinco economias. [...] O evento que se tornou o gatilho da crise foi o anúncio, em 2 de julho de 1997, de que o *baht*, moeda tailandesa, passaria a flutuar" (Canuto, 2000: 26-27).

⁹⁵Tradução livre da autora a partir do texto original: "The negative impact of the Luxor Massacre, the Asian Crisis and the fall in oil prices by the end of the nineties have led to severe recessionary trends starting the year 2000/2001. GDP growth rates have fallen to 3.4% in that year, further to 3.2% in the subsequent two years 2001/2002 and 2002/2003. Again, the external shocks represented by the events of September 11, 2001 and the regional conflicts and wars, have worsened the economic situation" (OIT, 2011: 13).

⁹⁶O Índice de Desenvolvimento Humano é calculado a partir da análise de três dimensões: expectativa de vida (longevidade e saúde), escolarização e padrões decentes de vida. Na primeira dimensão, é utilizado o indicador de expectativa de vida no nascimento, gerando o índice de expectativa de vida. Na segunda dimensão, os indicadores usados são o de média de anos de escolaridade e o de expectativa de escolaridade, originando o índice de educação. Na terceira dimensão, o indicador empregado é o de PIB per capita, produzindo o índice de PIB. (ONU, 2010: 215).

desenvolvimento humano (ONU, 2010: 144); e no Coeficiente de GINI⁹⁷, o Egito ficou, em 2008, em 116º lugar (em um total de 187 países), com índice de 30,8 (sendo 0, muito igual; 100, muito desigual) (CIA, s.d.). Ou seja, em termos gerais, o Egito ocupava lugares muito ruins em índices de avaliação de qualidade de vida e de desenvolvimento humano. Tanto no IDH quanto no Coeficiente de GINI, obteve notas más e ficou atrás de mais da metade dos países avaliados, mostrando seu atraso econômico, político e social em relação ao resto do mundo e as condições a que a população egípcia estava exposta. Avaliando os aspectos do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, constata-se que o PIB per capita era de 5,589\$, isto é, pouco mais que a metade da média mundial – 10,631\$ – (idem, ibidem: 146).

O índice de pobreza multidimensional⁹⁸ (IPM) era de 0,026, com um índice de 40,4% da população em situação de privação, 6,9% em risco de pobreza multidimensional e 16,7% da população na linha de pobreza nacional (idem, ibidem: 162). O IPM, novo nos Relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU, é um indicador de níveis de pobreza mais profundos, com atenção à realidade individual e familiar das populações e foco na intensidade de privação. Entendendo que as dimensões da pobreza são muito amplas – saúde e nutrição, baixa escolarização, habitações inadequadas e exclusão social – o IPM vai além de medidas monetárias, e tenta identificar as várias privações a que um agregado familiar está submetido, utilizando as mesmas três dimensões utilizadas no IDH (ONU, 2010: 94). Este é um bom índice para ilustrar a situação que boa parte da sociedade egípcia estava exposta: quase um quarto da população estava na linha da pobreza e quase três quintos em

⁹⁷O Coeficiente de GINI é um índice utilizado para medir desigualdades. "O Coeficiente de Gini (G) é uma medida estatística de desigualdade, muito usada para indicar o grau de concentração de renda de uma região" (Noshi, 2010: 2).

⁹⁸O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é um indicador criado pela ONU em 2010, que mede a pobreza a partir dos agregados familiares. Os indicadores são ponderados para criar uma nota de privação. Se a nota de privação familiar for de 33,3% ou mais, o agregado familiar é classificado como multidimensionalmente pobre. As famílias com nota maior ou igual a 20%, mas inferior a 33,3%, vivem perto da pobreza multidimensional. Finalmente, as famílias com nota maior ou igual a 50% vivem em pobreza multidimensional severa (ONU, 2016: 6). As dimensões usadas são: saúde, educação e padrão de vida. Na primeira dimensão, os indicadores utilizados são nutrição e mortalidade infantil. Na segunda dimensão, os indicadores são os anos de escolaridade e as crianças matriculadas. Na terceira dimensão, os indicadores são o combustível utilizado para cozinhar, a posse de banheiros, eletricidade, água, piso e em casa, assim como o dinheiro em poupança ou conta em banco da família. Estes indicadores geram as medidas de pobreza de intensidade de pobreza e a taxa de contagem de cabeça. Estas medidas, por sua vez, geram o IPM (ONU, 2010: 215).

situação de privação intensa. Estes resultados mostra as condições de vida dos cidadãos egípcios.

Mais alguns aspectos analisados no Relatório de Desenvolvimento Humano retratam o contexto de precárias condições políticas e sociais do país: em 2008, o Egito tinha nota 1 para o índice de democracia (em uma escala de 0 a 2; sendo 0 não democrático, 1 democrático sem alternância e 2 democrático); com nota 4 para o índice de violação dos direitos humanos (em uma escala de 0 a 5; sendo 0 para poucas e 5 para muitas violações) (idem, ibidem: 166). Em 2009, o país tinha índice de 51,4 para liberdade de imprensa (quanto menor a nota, maior é a liberdade)⁹⁹, com 3 jornalistas presos (idem, ibidem). Em 2008, tinha nota 0 para o índice descentralização democrática (de 0 a 2, sendo 0 para nenhuma eleição local, 1 para legislativo eleito e executivo nomeado e 2 para legislativo e executivo eleito localmente) e 12% para engajamento político (porcentagem de pessoas que expressaram opinião com oficiais públicos) (idem, ibidem). O autoritarismo, a corrupção e a lacuna democrática só tornavam as condições de vida mais precárias. A corrupção dificultava o desenvolvimento econômico do país e dos indivíduos, que tinham suas oportunidades de empreendedorismo sufocadas. O autoritarismo político resultava em pouca liberdade de expressão – tanto de mídia quanto individual – e contribuía para o déficit democrático.

Entre 2004 e 2006, 13% da população sofria com intensa privação alimentar (percentual médio de déficit de necessidades mínimas de energia alimentar) (idem, ibidem: 174). Os gastos públicos, entre 2000 e 2007, eram de 3,8% do PIB em educação, 2,4% em saúde e 0,2% em pesquisa e desenvolvimento (idem, ibidem: 204). Os gastos baixos com áreas que compõe a rede de bem-estar social demonstram a situação de abandono da sociedade do Egito. Em 2008, o PIB do Egito era de 162,3 bilhões de dólares e 442 bilhões em PPP, com 1,991\$ per capita. Em termos de infraestrutura física: 9 quilômetros (km) de densidade rodoviária (km de rodovias por km² de área) e 5,063 km de linhas ferroviárias (idem, ibidem: 208). Entre 2006 e 2009, teve nota 5,8 para a satisfação de vida geral (sendo 0, menos satisfeito; 10, mais satisfeito), com nota 33 para índice de experiências negativas (0, mais negativas; 100,

⁹⁹No mesmo ano, o índice da Noruega, país que ocupou o 1º lugar no ranque de IDH, era de 0. O do Zimbábue, país na última colocação (169º) teve nota 46,5. A pior nota foi do Turquemenistão (87º), com índice de 107 (ONU, 2010: 164-165).

menos negativas) (idem, ibidem: 178). Um conglomerado de défices econômicos e sociais marcava a vida dos egípcios.

Em termos de desemprego, o Egito apresentava índices alarmantes: em 2008, apenas 43.2% da população entre 15 e 64 anos estava empregada (idem, ibidem: 190). Em 2011, o índice de desemprego era de 12% (OIT, s.d.), com um aumento de 2,4% entre 1991 e 2011 (World Bank (a), s.d.). Além do desemprego, existia um grande problema com o crescente número de pessoas trabalhando informalmente, submetidas a salários abaixo da média e péssimas condições de trabalho, estando em situação de vulnerabilidade.

The Egyptian economy is characterized by a large and growing informal sector that has been a major source of job creation for some time. However, the jobs created in this sector are not decent enough in terms of wage, sustainability and work conditions. Moreover, a lot of jobs in the formal sector lack stability due to the absence of social security coverage and work contracts, as employers refuse to enter into [...] binding work contracts and complain about the high cost of the social security system. (OIT, 2011: 9).

Todo este cenário de falta de liberdades civis e políticas, falta de emancipação econômica e falta de amparo por parte do governo marcou a vida da população nas últimas décadas. Convivendo diariamente com a corrupção, com o autoritarismo do governo, com as lacunas democráticas, com a falta de alternância de poder, com pouco desenvolvimento humano e baixo crescimento econômico, com falta de oportunidades e de carência de apoio do Estado em fornecer bens sociais, os egípcios estiveram expostos à uma vida de dificuldades e de ausência de perspectiva de futuro. Este era o "produto inflamável" em que o país havia se tornado, esperando apenas uma faísca para dar origem à uma revolução.

3.3.2. *As redes sociais: o "trigger"*

Depois de compreender o contexto, é necessário, então, explicar o papel da internet e das redes sociais no desenvolvimento das manifestações. A Primavera Árabe não foi uma "Revolução da Internet", mas sim uma "Revolução com a Internet". As Redes Sociais não foram a causa das manifestações em si, mas sim do seu sucesso. Através de sites como *Facebook* e *Twitter*, os grupos de manifestantes incitavam os cidadãos, organizavam os protestos e repassavam para o resto do mundo a sua realidade: estas mídias sociais ajudaram grandes grupos a se reunirem em um curto espaço de tempo. Ao invés de criarem grupos de manifestantes pessoalmente, as

notícias e os discursos foram espalhados pela internet, alcançando enormes números de aderentes em apenas alguns dias (Alhindi, 2012). Ao contrário da mídia tradicional, a mídia digital permitia uma comunicação coletiva não-hierárquica¹⁰⁰.

De acordo com o Ministério das Comunicações e Tecnologias da Informação egípcio, em uma década (2000-2010) o país teve um aumento de 3,691% do uso da internet: em fevereiro de 2010 eram mais de 17 milhões de usuários (Alhindi, 2012). E, segundo estudos da Dubai School of Government, o número de usuários das duas principais redes sociais, *Facebook* e *Twitter*, na região aumentou incrivelmente: entre 25 de janeiro a 5 de abril 2011, no Egito, o *Facebook* teve uma taxa de crescimento de 29% (Salem, Mourtada, 2011: 5), com 1.951.690 novos usuários (idem, ibidem: 11). Ainda de acordo com a instituição, nove em cada dez egípcios afirmaram ter usado o *Facebook* para organizar os protestos e aumentar a participação da população nas manifestações, (idem, ibidem).

As redes sociais também foram a principal fonte da população para se informar sobre os eventos durante as manifestações: 94,29% dos egípcios afirmaram usar mídia social (sites de redes sociais: *Facebook*, *Twitter*, blogs, etc.); 85,71% se informavam através de mídia local, independente ou privada (televisão, jornal, rádio, fontes online do país); 47,62% de mídia regional ou internacional (televisão por satélite, jornal, rádio, portais de notícia); e 40% de mídia estatal (televisão, jornais, rádios patrocinados pelo governo) (idem, ibidem: 8). A dinamicidade das redes sociais trouxe agilidade para a organização das manifestações, garantindo força e volume ao movimento.

As famosas “*hashtags*”, utilizadas no Twitter, foram uma boa forma de medir o papel dessas ferramentas na Primavera Árabe: em 2011 a *hashtag* mais popular foi #Egypt¹⁰¹ tendo sido utilizada 1,4 milhões de vezes nos primeiros três meses de protestos no Egito (Salem, Mourtada, 2011: 16). Outras *hashtags*, como #protest¹⁰² e #25jan¹⁰³, também foram muito utilizadas (idem, ibidem). Mais do que forma de

¹⁰⁰Tradução livre da autora a partir do texto original: "Unlike traditional media, digital media allowed for a non-hierarchical, collective communication" (Elizabeth Hunter, 2011 *apud* Alhindi, 2012: 104)

¹⁰¹Egito, em inglês.

¹⁰²Protesto, em inglês

¹⁰³Data do início das manifestações na Praça Tahrir, no Cairo.

estabelecer comunicação entre os rebeldes, o Facebook e o Twitter foram a forma mais fácil e viável de noticiar o que acontecia no Mundo Árabe (Alhindi, 2012). A dificuldade que a imprensa internacional tinha em chegar aos locais e obter informações de forma tradicional incitou o uso das redes sociais para a divulgação dos protestos: quase 50% dos manifestantes produziram e disseminaram vídeos ou imagens dos protestos, sobretudo através do *Facebook* (Tufekci E Wilson, 2012).

Facebook users were of the opinion that Facebook had been used primarily to raise awareness within their countries about the ongoing civil movements (31% in both Tunisia and Egypt), spread information to the world about the movements (33% and 24% in Tunisia and Egypt respectively), and organize activists and actions (22% and 30% in Tunisia and Egypt respectively). (Salem, Mourtada, 2011: 6).

No Egito, cerca de 80% dos manifestantes usaram telefones, perto de 50% usaram o *Facebook* e 13% usaram o *Twitter* para realizarem comunicação sobre os protestos; sendo que aproximadamente dois terços dos manifestantes participavam pela primeira vez de um protesto (Tufekci E Wilson, 2012). Todos esses dados mostram o papel catalizador das redes sociais na Primavera Árabe no Egito. Não foi apenas uma plataforma de comunicação, mas da própria revolução: "tendo em vista o processo de mobilização utilizado pelo movimento [...], observa-se que não se trata apenas do ato comunicacional em si, mas de mecanismos [...] para criação de uma mobilização online" (Vieira, 2013: 18). Mesmo que as redes sociais não tenham sido determinantes para a ocorrência das manifestações (Ferabolli, 2012), elas garantiram sua velocidade e tamanho.

Globe protests movements and direct-action demonstration spreading across national borders have existed for decades, such as the antinuclear movement in the 1950 and the anti-Vietnam war protests of the 1960s, or even farther back the antislavery and the suffrage movements in the nineteenth century. The phenomenon is far from new but these movements are facilitated in an environment of minimal-cost instantaneous global communications [...] particularly important for the process of democratic consolidation, and for opposition movements seeking to challenge authoritarian rule around the globe. (Norris, 2001: 21).

As redes sociais nas manifestações do Egito tiveram o papel de engatilhar uma revolução que estava pronta para acontecer. As várias reivindicações dos cidadãos vinham já de muitos anos e manifestações não são novidade (Pinto, 2011, 2012). Como já foi visto no Capítulo II, o Egito possui um passado repleto de revoluções, protestos e manifestações que comprovam que o país nunca esteve realmente adormecido. E, nos anos que antecederam o 25 de Janeiro (2011), várias movimentações, *online* e *off-*

line, já estavam acontecendo – como a criação e fortalecimento de páginas online, como a "*We are all Khaled Said*" e de jornalistas com blogs denunciando violações do governo (Vieira, 2013: 17). E, desde 2006, vários movimentos surgiram, sobretudo no meio da classe trabalhadora, que se fortaleciam através da insatisfação generalizada da população (Gjergji, 2014). Este cenário já antevia o estouro de uma revolução que precisava somente de um "estopim", ou seja, de um fio condutor entre a "pólvora" – o contexto de precariedade das condições de vida – e a "explosão" – a revolução da Praça Tahrir.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo identificar e analisar os fatores potencializadores da onda de políticas de contestação que ocorreu entre dezembro de 2010 e meados de 2012, conhecida como "Primavera Árabe", com o fim de compreender e explorar aqueles que foram os estopins para os levantes, garantindo a este movimento tamanha força e repercussão. Para tal, recorreu ao estudo de caso do Egito, um dos mais emblemáticos da Primavera Árabe – tanto pela imensa cobertura midiática internacional, dado à importância do país na região como de sua relação com o ocidente, como pelo fato de ser considerado um caso de relativo sucesso –, explorando a realidade histórica, social, política e econômica egípcia, afim de investigar as causas para que a Primavera Árabe acontecesse naquele país e naquele momento.

O Egito tem um histórico intenso de revoluções, tendo sido palco de movimentações sociais de grandes repercussões nacionais desde o fim do século XIX e todo o século XX: com movimentos pela independência, pelo fim da influência inglesa no país e da família real, revoluções populares que lutavam pela soberania nacional, contestações de civis contra a retirada de subsídios alimentares, contra várias medidas dos governos autoritários e corruptos. Sendo assim, constatou-se que, apesar da grande surpresa que causou ao ocidente o despontar de manifestações em todo o Mundo Árabe, não é inédito políticas de manifestações no Egito. Assim, o trabalho estabeleceu seu ponto de partida na pergunta: se movimentos sociais não são novidades no Egito, por que então somente agora foi possível uma manifestação como a Primavera Árabe?

Partindo dos pressupostos de que (1) a inexistência ou escassez de condições econômicas e sociais são potencializadoras de políticas de contestação, (2) que o aumento e melhora da literacia e da educação formal apuram a capacidade de acesso e uso de tecnologias de informação, e que (3) as redes sociais, ao fomentarem a organização e capacidade de mobilização dos movimentos sociais e políticos, garantem uma maior visibilidade das suas políticas de contestação assim como da possibilidade de sucesso social e político das suas reivindicações; esta dissertação estabeleceu a hipótese de que o uso de redes sociais (como meio de organização e mobilização das manifestações) e as péssimas condições de vida e a repressão política (como principal reivindicação das manifestações) foram fatores decisivos para a velocidade e dimensão da Primavera Árabe. A presente dissertação tratou de entender a realidade social do Egito como o contexto de combustível que a faísca das redes sociais encontrou para dar início à explosão de contestações e revolução no país. Para responder à pergunta de partida e explorar a hipótese colocada, esta dissertação dividiu a sua reflexão em três partes centrais.

Síntese do percurso analítico

No primeiro capítulo definiu-se o enquadramento teórico com enfoque no Construtivismo e na Teoria Crítica. Em essência, o fenómeno social foi analisado a partir de pressupostos críticos. Princípios como o de emancipação, de relações de subordinação, de desigualdade e de diagnóstico de época foram explorados. Fez-se uma retrospectiva da Teoria Crítica em si, estudando sua origem na Escola de Frankfurt, os seus pressupostos e objetivos e seus principais pensadores. Depois foi aplicada a Teoria Crítica na análise da própria Primavera Árabe. Primeiramente, foi estabelecida a importância da decomposição da estrutura social e histórica, um dos pilares do desenvolvimento analítico deste trabalho, ressaltando que lutas sociais são mais complexas do que a clássica narrativa do capitalista contra o proletariado, possuindo nuances ideológicas, políticas e até religiosas. E em segundo lugar, foi abordada a ideia de diagnóstico de época, isto é, a importância de se entender o contexto histórico em que um fenómeno está inserido. No caso da Primavera Árabe, este diagnóstico de época passou pela compreensão das ferramentas que estavam à disposição (a internet e as redes sociais) e a capacidade dos indivíduos de as utilizarem.

O contributo construtivista foi, por sua vez, processual. A compreensão de como se desenvolveram os fatos até à Primavera Árabe foi feita através de pressupostos construtivistas como o da realidade ser socialmente construída, e o da relação entre ideias, identidades e interesses. O *primeiro* fala sobre o fato do mundo não ser algo pré-definido e estar em constante mutação, sendo assim agente e estrutura co-criadores de si mesmos, ou seja, estão sempre se influenciando e se transformando. Na análise do trabalho, este pressuposto foi utilizado para a leitura de como a estrutura – no caso, a realidade do Egito – forjou uma situação de falta de perspectiva de futuro dos indivíduos – os agentes em questão – que, por esse motivo, saíram às ruas para mudar esta mesma realidade. O *segundo* disserta sobre o papel das ideias em formar identidades e definir interesses. Para o construtivismo, as ideias têm mais relevância do que os bens materiais, pois são elas que influenciam os atores na construção de suas identidades que, por sua vez, vão estabelecer interesses. Na Primavera Árabe no Egito, as ideias foram mudadas através do aumento da escolarização – com a ampliação de conhecimento e acesso à informação – e do crescimento de movimentos de cunho religioso, como a Irmandade Muçulmana.

A seguir, no segundo capítulo, dedicou-se a estudar a história recente do Egito, percebendo o contexto histórico, social e político do Egito como motivo fundamental para o aflorar das revoluções. Fez-se uma retrospectiva, a fim de compreender as raízes históricas da revolução. O país foi analisado desde sua era otomana até o período pós-independência, passando, inclusive, pela colonização e tutela inglesa. Grande período de subjugação à um grande Império como o Otomano, que constrangia o desenvolvimento interno e impedia a criação de ferramentas de Estado sólidas e eficazes. Depois, o pertencimento à Coroa Inglesa que, juntamente à Família Real de Muhammad Ali, pouco se interessava em construir um país de fato, colaborou para o atraso do progresso do Egito. Por fim, após a independência no início do século XX, o Egito passou por três grandes governos que, ainda que diferentes em ideologias e objetivos, se caracterizaram todos pelo autoritarismo, pela estagnação econômica, pela repressão política e pela corrupção.

O segundo capítulo também se preocupou em mostrar que a crença ocidental sobre a incompatibilidade democrática existente no Oriente Médio não passa de uma falácia, já que o Mundo Árabe esteve sempre em movimentos revolucionários. O

Egito, inclusive, viu crescer nos últimos 100 anos movimentos pró-independência, revoluções diversas por melhorias de condições de vida e por reivindicações sociais. Assim como também foi palco do nascimento e fortalecimento de movimentos de cunho religioso, que se tornaram grandes oponentes políticos, praticando uma oposição informal incansável. Estes movimentos, como o da Irmandade Muçulmana, também foram atores importantes no estímulo do sentimento de descontentamento popular ao longo das últimas décadas.

E, por fim, no terceiro e último capítulo, analisou-se a Primavera Árabe, utilizando para tal o contexto histórico, social e político da sociedade egípcia, assim como o enquadramento teórico exposto anteriormente. Fez-se uma leitura específica da Primavera Árabe no Egito, com resgates do quadro teórico inseridos nas interpretações analíticas. Esta sessão serviu para unir as pontas da dissertação, podendo, assim, chegar a conclusões que confirmassem a hipótese. A falta de perspectiva de futuro da população, uma das maiores motivações dos manifestantes da Primavera Árabe, foi posta como um produto dos anos de governos pouco democráticos e de suas escolhas de planos econômicos que aumentaram as lacunas sociais e estagnaram a economia. Foram estabelecidas as relações entre: (1) a abertura liberal pouco planejada e má executada como origem das sucessivas crises econômicas, e (2) a corrupção como causadora do desemprego e da pobreza. Estas duas analogias, dentro do quadro teórico, são importantes na análise desta dissertação, pois mostram as relações de poder desiguais e, conseqüentemente, a razão do surgimento do sentimento de insatisfação e a busca pela emancipação.

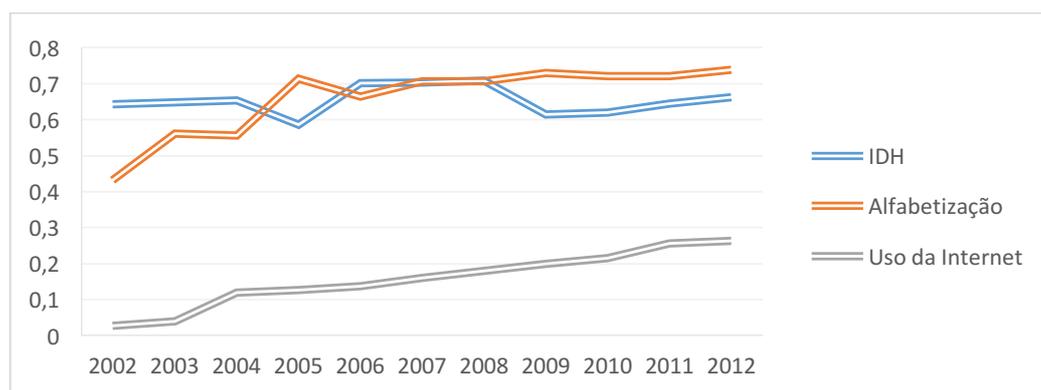
Em um segundo momento, foi estudado o perfil geral dos manifestantes: jovens, literatos e desempregados. Com o maior índice de alfabetização, escolarização e frequência no ensino superior que as gerações passadas; esses jovens (maior parcela da sociedade egípcia) tinham, de um lado, o conhecimento, a capacitação e qualificação e, de outro, uma realidade de miséria, falta de oportunidades e um mercado de trabalho escasso. A educação foi não somente a ponte para a uso das ferramentas que existiam no momento, como também o impulso para a vontade de ter uma realidade melhor. Neste ponto de análise, cabe a interpretação crítica de diagnóstico de época, em que foi possível uma revolução assim graças à existência de ferramentas como a internet e as redes sociais, como também pela capacidade dos

indivíduos de as usarem. Também importante a compreensão de como a educação e a própria internet abrangeram o acesso à informação e conhecimento desta população. No último momento foram definidas, então, as causas estopins, tendo a dissertação confirmado a sua hipótese.

Discussão dos resultados

A dissertação concluiu, assim, que as condições de vida precárias foi o promotor-base da Primavera Árabe, já existente há muito anos, sendo agravado ao longo de décadas de governos despóticos e corruptos. As redes sociais e a internet, associada a uma maior literacia e educação formal das gerações mais novas, foram entendidas como o *trigger*, o estopim da Primavera Árabe no Egito. Não há revolução que nasça apenas por conta da Internet: as pessoas não se rebelam apenas por que sim. É preciso fundamentos, reivindicações tão profundas quanto a própria história do país. Contudo, ainda que haja demandas densas e antigas, o papel das redes sociais foi decisivo na força e dimensão desta revolução em específico. Como posto anteriormente nesta dissertação, revoluções não são novidade no Egito. E, todas as lutas das gerações passadas não conseguiriam o impacto que a Primavera Árabe obteve justamente pela falta ferramentas que propagasse e potencializasse essas causas.

Gráfico 1: IDH, Alfabetização e Uso da Internet, entre 2002 e 2012



Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano da ONU de 2002 a 2012; estatísticas da International Telecommunication Union <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx> [23 de junho de 2017].

A hipótese foi confirmada, sendo possível assim demonstrar o argumento de que os fatores que despoletaram a Primavera Árabe foram (1) o aumento da taxa de

escolarização juntamente ao aumento do acesso ao ensino superior nos últimos anos¹⁰⁴, e (2) o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰⁵. O primeiro ampliou o conhecimento e o acesso à informação, e, principalmente, capacitou a população a usar a internet e as redes sociais online, agentes fundamentais na Primavera Árabe. O segundo demonstra a constante situação de precariedade, que era não só o principal motivo de insatisfação e origem das demandas das manifestações, como também a causa da permanente compressão sofrida pela sociedade; que, diante de uma possibilidade de sucesso na contestação ou de um horizonte de possibilidade de mudança no jogo de forças de poder, transformou movimentos e descontentamentos em revolução.

As conclusões resultantes desta investigação foram, de forma mais ampla: (1) o Egito, assim como todo o Mundo Árabe, esteve, sempre, em movimento. É preciso que o mundo ocidental, tanto acadêmico quanto político, compreenda esta realidade e passe a lidar com esses países de forma menos condescendente e mais objetiva. (2) As redes sociais são, cada vez mais, um importante agente político e um membro importante nas interações humanas, sejam elas quais forem. E, como é possível observar no caso da Primavera Árabe – e de outros casos que vieram a seguir, como na Grécia, Itália e Espanha –, essas ferramentas têm desempenhado papel peculiarmente interessante e relevante nas novas formas de contestação política, alterando suas dinâmicas e potencializado suas forças e consequências. (3) Políticas de contestação passam, quase sempre, por demandas populares que surgem da insatisfação e descontentamento em relação aos seus governos. E a narrativa mais comum é a de inexistência ou escassez de boas condições econômicas e sociais. Entender como as condições de vida da população podem ser decisivas no seu grau de satisfação e, posteriormente, levá-las a almejar mudanças através de revoluções é de

¹⁰⁴O Egito apresentou um aumento no índice de alfabetização de quase 30% entre os períodos de 1985-1994 e 2000-2006 (UNESCO (b), s.d.), sendo esse aumento, sobretudo, entre a parcela mais jovem da população: a taxa de alfabetização das pessoas entre 15 a 24 anos, em 2010, era de 87,51% (UNESCO (c), s.d.); assim como também cresceu o acesso ao ensino superior nos últimos 25 anos, com um aumento de 16% a 24% no grupo da população com idade entre 18 a 23 anos, com 2.2 milhões de estudantes inscritos em instituições de ensino superior (European Commission, 2012: 6).

¹⁰⁵Em 2010, o Egito ocupava o lugar 101º (em um total de 169 países) do ranque de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰⁵ das Nações Unidas, com nota 0,620 (em uma escala de 0,0 a 1,0), estando classificado como país de médio desenvolvimento humano (ONU, 2010: 144); e no Coeficiente de GINI¹⁰⁵, o Egito ficou, em 2008, em 116º lugar (em um total de 187 países), com índice de 30,8 (sendo 0, muito igual; 100, muito desigual) (CIA, s.d.).

extrema importância. Estes fatores podem ser decisivos na explosão de movimentos e manifestações.

De forma mais específica, a maior conclusão desta dissertação foi a associação entre condições precárias de vida (e todas as suas consequências) e o aumento de escolarização (e, também, todas as suas implicações) para a ocorrência da Primavera Árabe, em sua força, dimensão e velocidade. Para entender o caso da Primavera Árabe no Egito, esta dissertação compreendeu o papel das ideias, dos valores morais, éticos e religiosos na revolução. O aumento da escolarização e acesso ao ensino superior não só capacitou os indivíduos a usarem a internet e suas ferramentas, como possibilitou contato com uma gama muito maior de conhecimento, ideologias e modos de vida diferentes.

Além disto, os crescentes movimentos religiosos, como a Irmandade Muçulmana, também contribuíram para essa mudança de ideias e identidades, uma vez que influenciava os indivíduos em se aproximarem do Islã e de deslegitimarem o governo, além de serem um dos responsáveis pelo maior acesso à educação. Do outro lado, o anseio por emancipação, pelo rompimento de relações de poder desiguais, existentes no Egito há tantos anos, tinha origens na realidade de abandono social, de condições de vida precárias e de completa falta de perspectiva de futuro da população, majoritariamente jovem. Neste descontentamento reside a essência da própria Primavera Árabe.

Esta é não só a conclusão do trabalho, como também seu contributo. Uma análise mais profunda das causas da Primavera Árabe, se propondo a entender os mais variados fatores e interligando-os, compreendendo que, no final, a causa não poderia nunca ser só uma – dada à complexidade não apenas da Primavera Árabe como de todo o Egito e Oriente Médio, e da própria natureza do que se expressa como sendo políticas de contestação –, mas são o conjunto delas, com sua relação mútua. Assim, sugere-se que futuras investigações tomem este contributo em consideração e avancem na investigação, cada vez mais profunda de: (1) a história do desenvolvimento político, econômico e social do Egito; (2) a importância das redes sociais online nas políticas de contestação; e (3) destes dois fatores na ocorrência da Primavera Árabe. Ainda há, de certeza, muito o que se estudar sobre esta problemática. O Mundo Árabe é denso, complexo e muito rico. Esta dissertação, por limitações de tempo e tamanho, e por se

restringir a atender àquilo que uma dissertação de mestrado demanda, não pôde se aprofundar ainda mais, deixando alguns pontos mais vagos. Contudo, tem-se a inteira compreensão que estudar este assunto é trabalho de uma vida inteira. Sendo assim, espera-se que o contributo dado por esta dissertação seja uma mais valia para investigações futuras, abrindo espaço para novas perspectivas analíticas e teóricas sobre esta problemática.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9 Bedford Row (2015) *The History of the Muslim Brotherhood*. London: 9 Bedford Row, 1.

Adler, Emanuel (1999) “O construtivismo no estudo das relações internacionais” *Lua Nova: revista de Cultura e Política*. 47, 201- 246. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011>. [2 de dezembro de 2015].

Adly, Amr (2014) “The Economic of Egypt’s Rising Authoritarian Order” *Carnegie Endowment*, http://carnegieendowment.org/files/econ_egypt_authoritarian_order.pdf [19 de abril de 2017]

Alcorão, Português (2002) “O Alcorão – Livro Sagrado do Islã”. Tradução de Mansour Challita. Rio de Janeiro: BestBolso. <https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-%20online.jegueajato.com/Maome++Muhammad/Alcorao+-%20O+livro+sagrado+do+Isla/Alcorao+-+O+livro+sagrado+do+Isla+-%20+Maome++Muhammad.pdf> [03 de dezembro de 2015].

Alhindi, Waheed Ahmed; Talha, Muhammad (2012) "The Role of Modern Technology in Arab Spring” *Archives Des Sciences*, https://www.researchgate.net/profile/Ghazali_Sulong/publication/234040341_The_Role_of_Modern_Technology_in_Arab_Spring/links/0fcfd50e7b3ecbdd2800000.pdf [15 de abril de 2017]

Alpert, Jon; O'Neill, Matthew; Soohen, Jacqueline (2011) "In Tahrir Square - 18 Days of Egypt's Unfinished Revolution",
HBO https://www.youtube.com/watch?v=dV9x_0eBuVg

Al-Sayyid, Mustapha Kamel (2003) *The Other Face Of The Islamist Movement*.
Carnegie Endowment, <http://carnegieendowment.org/files/wp33.pdf> [13 de abril de 2017]

Alves, Bruna Sabia Ferreira (2014). *Por uma teoria Crítica das Relações Internacionais - As Contribuições de Jürgen Habermas*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Amaral, Bruno Chaves Calíope Gurgel do (2008) "Egito, um mirante para o Brasil no Oriente Médio (1967-1969)" *Relações bilaterais Brasil-Egito*. Brasília: Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Amin, Galal (2000) *Whatever Happened to the Egyptians*. Cairo: The American University in Cairo Press.

Arafat, Alaa Al-Din (2009) *The Mubarak Leadership and Future of Democracy in Egypt*. New York: Palgrave Macmillan.

Assar, Ragda Ahmad Salah Al (2010) *A Irmandade Muçulmana: Nação sob o cosmo islâmico*. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio.

Assoun, Paul-Laurent (1991) *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Editora Ática.

Aswany, Alaa Al (2011) *O Estado do Egito, o que tornou a revolução possível?*. Lisboa: Quetzal Editores.

Aulete "Estopim", <http://www.aulete.com.br/estopim> [25 de abril de 2017].

Balfour, Rosa (2011) "The Arab Spring, the Changing Mediterranean, and the EU: Tools as a Substitute for Strategy?" *Policy Brief*, European Policy Center.
http://www.epc.eu/documents/uploads/pub_1311_the_arab_spring.pdf [15 de março de 2016]

Banco Mundial "World Bank Open Data" <http://data.worldbank.org> [29 de outubro de 2015].

BBC "Arab uprising: Country by country - Libya" <http://www.bbc.com/news/world-12482311> [15 de junho de 2017].

Bearce, George Donham (1949) *Saad Zaghlul and Egyptian Nationalism*.
Dissertação de Mestrado em Artes (História). University of Wisconsin.

Beattie, Kirk J. (1994) *Egypt During the Nasser Years: Ideology, Politics, and Civil Society*. Boulder: Westview Press.

Becker, Fernando (1994) "O Que É Construtivismo?" *Série Ideias*. 20, 87-98.

Begovic, Boris (2005) "Corruption: Concepts, Types, Causes, and Consequences" *Economic Reform - Feature Service: Center for International Private Enterprise*, <http://www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/032105.pdf> [11 de abril de 2017].

Berman, Sheri (2003) "Islamism, Revolution, and Social Society". *Perspectives on Politics*. 1(2), 257-272.

Bueno, Elen de Paula (2006) "O construtivismo nas Relações Internacionais" *Mundo RI*. <http://www.mundori.com/artigosAntigos/detalhes/548> [26 de novembro 2015].

Bobbio, Norberto (1928) *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Graal.

Brownlee, Jason (2002) "The Decline of Pluralism in Mubarak's Egypt" *Journal of Democracy*. Washington: 13 (4); 6-14.

Brownlee, Jason (2008) "Failed Transitions from Monarchy in the Middle East: Egypt" in *Stanford University Conference Monarchies in Transition*. Palo Alto, Estados Unidos 5-6 de junho de 2008. Texas: Estados Unidos.

Callen, Tim (2007) "PPP Versus the Market: Which Weight Matters?" *Finland and Development Magazine*. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2007/03/basics.htm> [17 de abril de 2017].

Canuto, Otaviano (2000) “A crise asiática e seus desdobramentos” *Econômica*. 4, 25-60.

Carrasco, Tiago (2017) *Jornalista*. Goiânia: 15 de janeiro.

CIA "CIA Factbook" <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> [22 de novembro de 2016].

CIA: Central Intelligence Agency “Distribution of Family Income - GINI Index”, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html> [12 de abril de 2017].

Clarion Project (2016) *Muslim Brotherhood Special Report* <https://clarionproject.org/muslim-brotherhood-special-report/> [19 de março de 2017]

Clark, Nick (2013) "Education in Egypt" *World Education News & Reviews*, <http://wenr.wes.org/2013/11/education-in-egypt> [23 de abril de 2017].

CNN " Syrian Civil War Fast Facts" <http://edition.cnn.com/2013/08/27/world/meast/syria-civil-war-fast-facts/index.html> [15 de junho de 2017].

Columbia University: Negotiation Support Portal "Glossário: Princípio da Plena Concorrência", <http://negotiationsupport.org/pt/glossary/princ%C3%ADpio-da-plena-concorr%C3%Aancia> [16 de abril de 2017].

Cook, Steven A. (2012) *The Struggle for Egypt: From Nasser to Tahrir Square*. New York: Oxford University Press.

Cooper, Mark N. (1982) *The Transformation of Egypt*. London: Croom Helm.

Cox, Robert W. (1981) “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory” *Journal of International Studies*. 10(2), 126-155.

Danielson, Robert E. (2007) *Nasser and Pan-Arabism: Explaining Egypt's Rise in Power*. Monterey: Naval Postgraduate School.

Dalacoura, Katerina (2011) "Democratisation: uprising, violence and reform" in Conservative Middle East Council (corp. ed.) *The Arab spring: implications for British policy*. London: Conservative Middle East Council, 53-56.

Dicionário Online de Português "Estopim", <https://www.dicio.com.br/estopim/> [25 de abril de 2017].

Efrat, Moshe (2015) "Hosni Mubarak's Economic and Social Policies in Perspective" Middle East Economy - The Moshe Dayan Center for Middle Eastern and African Studies. 5(8), 1-6.

Encyclopædia Britannica (a) "Farouk I" <https://www.britannica.com/biography/Farouk-I> [05 de março de 2017]

Encyclopædia Britannica (b) "Wafd" <https://www.britannica.com/topic/Wafd> [06 de março de 2017]

Enes, Eliene Nery Santana (2010) "Globalização e educação" *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama*, <http://www.revistapindorama.ifba.edu.br/files/Eliene%20Nery%20UNIVALE%20M%20G.pdf> [07 de abril de 2017]

Fadel, Mohammad (2011) "Public Corruption and the Egyptian Revolution of January 25: Can Emerging International Anti-Corruption Norms Assist Egypt Recover Misappropriated Public Funds?" *Harvard International Law Journal*. 52: 291-300.

Ferabolli, Sílvia (2012) "Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe" *Ciências & Letras*. 51: 101-109.

FUNAG: Fundação Alexandre de Gusmão (2012) *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG.

Frankenberg, Günter (2011) "Teoría Crítica" *Revista sobre Enseñanza del Derecho*. 17, 67-84.

G1: Portal de Notícias Globo "Entenda o PIB", <http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/> [10 de abril de 2017].

Gjergji, Iside (2014) “O Egito em tempo de revolução. As lutas dos trabalhadores antes e depois das revoltas de 2011” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 103: 81-110.

Glaeser, Edward L.; Ponzetto, Giacomo; Shleifer, Andrei (2006) “Why Does Democracy Need Education?”. *National Bureau of Economic Research Working Paper 12128*. Cambridge.

Goldberg, Ellis (1992) "Peasants in Revolt - Egypt 1919" *International Journal of Middle East Studies*. Cambridge: 24 (2), 261-280.

Gonçalves, Williams; Silva, Guilherme A. (2010) *Dicionário das Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Malone.

Gordon, Joel (1992) *Nasser's Blessed Movement: Egypt's Free Officers and the July Revolution*. New York: Oxford University Press.

Graça, Lucília Áurea Leitão (2013) *O Futuro do Islão Político no Egito: a Transição pós-Mubarak e a Influência da Ação Externa da União Europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Gunter, Barrie; Elareshi, Mokhtar; Al-Jaber, Khalid (2016) *Social Media in the Arab World*. Londres: I.B. Tauris.

Hassan, Hamdy A. (2011) "Civil Society in Egypt under the Mubarak Regime" *Afro Asian Journal of Social Sciences* <http://onlineresearchjournals.com/aaajoss/art/61.pdf> [03 de março de 2017]

Hilário, Leomir C. (2014) “Teoria Crítica para Além de Frankfurt: uma Resenha de “El Discreto Encanto de La Modernidad: Ideologías Contemporáneas y su Crítica”, de Stefan Gandler” *Revista de História e Estudos Culturais*, http://www.revistafenix.pro.br/PDF34/Resenha_Leomir%20C.%20Hilario.pdf [17 de novembro de 2016].

Horkheimer, Max (1972) “Traditional and Critical Theory” in Horkheimer, Max (ed.) *Selectd Essays*. Nova Iorque: Continuum, 188-243.

Horkheimer, Max (1983) "Teoria Tradicional e Teoria Crítica" in Benjamin, Walter; Horkheimer, Max; Adorno, Theodor W.; Habermas, Jürgen (eds.) *Textos Escolhidos*. São Paulo: Victor Civita, 117-146.

Huntington, Samuel P. (1968) *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.

ICG (2011) *Popular Protests in North Africa and The Middle East (I): Egypt Victorious?*. Bruxelas: International Crisis Group.

ITU: International Telecommunication Union "Statistics"<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx> [22 de junho de 2017].

Investopedia (2016) "What Is Purchasing Power Parity? (PPP)". <http://www.investopedia.com/updates/purchasing-power-parity-ppp/> [17 de abril de 2017].

Jankowski, James (2000) *Egypt: A Short History*. Oxford: Oneworld Publications.

Jones, Richard Wyn (1999) *Security, Strategy, and Critical Theory*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Kandil, Hazem (2011) "A Revolta no Egito" *New Left Review*. Londres: 68, 17-55.

Léxico "Estopim", <https://www.lexico.pt/estopim/> [25 de abril de 2017].

Lima, José António G. Graziani V. (2015) *A ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito e seu impacto na política externa egípcia*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações internacionais da Universidade de São Paulo.

Linklater, Andrew (1998) *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Columbia: University of South Carolina Press.

McGregor, Andrew James (2006) *A Military History of Modern Egypt: From the Ottoman Conquest to the Ramadan War*. Westport: Greenwood Publishing Group.

Melo, Rúrion (2011) "Teoria Crítica" *Caderno CRH*. Salvador: 62(24), 249-262.

Metz, Helen Chapim (1990) *Egypt - a country study*. Washington: U.S. Government Printing Office.

Milman, Luis (2004) “Origem dos movimentos islâmicos revolucionários” *Revista Espaço Acadêmico*, www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/sociologia/artigos/milmam_movimentos_islamicos.pdf [21 de março de 2017]

Morris, Mary E. (1993) *The Persistence of External Interest in the Middle East*. Santa Monica: RAND.

Nagarajan, K.V. (2013) “Egypt’s Political Economy and The Downfall of the Mubarak Regime” *International Journal of Humanities and Social Science*. Ontario: 3 (10), 22-39.

Nars, Vali (2005) “The Rise of “Muslim Democracy”” *Journal of Democracy*. 16(2), 13-27.

Nascimento, Jackson Fonte (2014) “A Escola de Frankfurt e seus Principais Teóricos” *Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Constituição* <http://www.pidcc.com.br/artigos/052014/11052014.pdf> [17 de novembro de 2016].

Nishi, Lisandro Fin (2010) “COEFICIENTE DE GINI: uma medida de distribuição de renda” *Universidade do Estado de Santa Catarina*, http://200.19.105.194/esag/arquivos/id_submenu/63/apostila_gini.pdf [15 de abril de 2017]

Nobre, Marcos (2004) *Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Nogueira, João Pontes; Messari, Nizar (2005) *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Norris, Pipa (2001) *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Nova York: Cambridge University Press.

OEA: Organização dos Estados Americanos "Sociedade Civil"
http://www.oas.org/pt/topicos/sociedade_civil.asp [27 de fevereiro de 2017]

OIT: Organização Internacional do Trabalho "Interactive charts and maps", <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2016/lang--ja/index.htm> [12 de abril de 2017].

OIT (2010) Egypt: *Youth Employment National Action Plan*. Cairo: International Labor Organization, Sub-regional for North Africa, <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2010/468194.pdf> [17 de novembro de 2015].

OIT (2011) *Growth, Employment Policies and Economic Linkages: Egypt*. Geneva: OIT, Employment Working Paper No. 85.

ONU: Organização das Nações Unidas "A sociedade civil e a Organização das Nações Unidas" <https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/26502> [27 de fevereiro de 2017]

ONU (1996) "Human Development Report", http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/257/hdr_1996_en_complete_nostats.pdf [10 de abril de 2017].

ONU (2002) "Human Development Report", http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/263/hdr_2002_en_complete.pdf [22 de junho de 2017].

ONU (2003) "Human Development Report", http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/264/hdr_2003_en_complete.pdf [22 de junho de 2017].

ONU (2004) "Human Development Report", http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/265/hdr_2004_complete.pdf [22 de junho de 2017].

ONU (2005) "Human Development Report", http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/266/hdr05_complete.pdf [22 de junho de 2017].

ONU (2006) "Human Development Report",
<http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/267/hdr06-complete.pdf> [22 de junho de 2017].

ONU (2007/2008) "Human Development Report",
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/268/hdr_20072008_en_complete.pdf
[22 de junho de 2017].

ONU (2009) "Human Development Report",
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/269/hdr_2009_en_complete.pdf [22 de junho de 2017].

ONU (2010) "Human Development Report",
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/270/hdr_2010_en_complete_reprint.pdf
[10 de abril de 2017].

ONU (2011) "Human Development Report",
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/271/hdr_2011_en_complete.pdf [22 de junho de 2017].

ONU (2012) "Human Development Report",
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf [22 de junho de 2017].

ONU (2016) "Human Development Report 2016- Briefing note for countries on the 2016 Human Development Report: Egypt", http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/EGY.pdf [18 de abril de 2017].

Osman, Magued; Rashad, Hoda; Roudi-Fahimi, Farzaneh (2005) *Marriage in the Arab World*. Washington: Population Reference Bureau.

Osman, Tarek (2011) *Egypt on the Brink: from the rise of Nasser to the fall of Mubarak*. New Haven: Yale University Press Publications.

Pace, Enzo (2014) "Islã e política – a situação nos países árabes depois da 'primavera'". Aula-inaugural da Pós-Graduação em Ciência da Religião, PUC Goiás.

Passos, Rodrigo Duarte Fernandes dos (2013) "Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais" Revista Novos Rumos, <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3462/2681> [15 de novembro de 2016].

Pinto, Maria do Céu (2015/2016) "Nacionalismo árabe e pan-arabismo" Anuário Janus: Integração Regional e Multilateralismo. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa

Pinto, Vânia Carvalho (2011) "La ola de movimientos pro democracia en Medio Oriente: Análisis preliminar de las consecuencias políticas para la región del Golfo Pérsico" in Ballesté, Elisenda; Férez, Manuel (eds.) *Medio Oriente y Norte de África: Reforma, Revolución o continuidad?*. Ciudad de México: Senado de la República Mexicana.

Pinto, Vânia Carvalho (2012) "A revolução que não começou: as particularidades da primavera khaleeji" *Revista Ciência e Cultura*. 64(4), 30-33.

PNUD (1990) Human Development Report 1990 – New York: Oxford Press, 20.

PNUD (2010a) Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 - A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Nova York: PNUD, 20.

PNUD (2010b) *Egypt Human Development Report 2010 - Youth in Egypt: Building our Future*. Cairo: PNUD e Institute of National Planning

Poljarevic, Emin (2009) "Egypt, Revolution of 1952" in Ness, Immanuel (ed.) *International Encyclopedia of Revolution and Protest*. Oxford: Blackwell Publishing, 1076-1079.

Prado, Luiz Carlos Delorme (2011) "A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA" *Revista Econômica*. 13(2), 9-44.

Provencher, Nicholas (2011) "Is Islam Compatible with Democracy: A Critical Reexamination of Existing Theory to Establish Renewed Potential" in *Georgia Political Science Association Annual Conference*. Savannah, Estados Unidos 11 de novembro de 2011. Savannah: University of Arkansas at Monticello

Puddephatt, Andrew (2012) "Corruption in Egypt" *Global Partners & Associates*, <http://www.gp-digital.org/wp-content/uploads/pubs/Corruption-in-Egypt-Report-new-cover.pdf> [13 de abril de 2017].

Roccu, Roberto (2012) *Gramsci in Cairo: Neoliberal Authoritarianism, Passive Revolution and Failed Hegemony in Egypt under Mubarak, 1991-2010*. Tese de Doutoramento em Filosofia. The London School of Economics and Political Science. http://etheses.lse.ac.uk/369/1/Roccu_Gramsci%20in%20Cairo.pdf [12 de abril de 2017]

Rodrigues, José Manuel Rosendo (2014) *Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egito: de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de Agosto de 2013*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Universidade Lusíada de Lisboa. http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1415/1/mri_jose_rodrigues_dissertacao.pdf [22 de março de 2017]

Rogeyro, Nuno (2011) *Na rua árabe, causas e consequências das revoltas no Médio Oriente*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Sachs, Ram (2012) *Food Subsidy Reform and Popular Opposition in Egypt*. Palo Alto: Center for International Security and Cooperation of Stanford University.

Salem, Fadi; Mourtada, Racha (2011) "Civil Movements: The Impact of Facebook and Twitter" Arab Social Media Report of DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT. Dubai: 1(2), 1-30.

Shleifer, A. and Vishney, R.W. (1993) "Corruption" *Quarterly Journal of Economics*. 108, 599-617.

Silva, Marco Antonio de Meneses (2005) "Teoria crítica em relações internacionais" *Contexto Internacional*. 27(2), 249-282. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292005000200001 [05 de novembro de 2016]

Sousa, Fernando de (2005) *Dicionário das Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Rainho & Neves Ltda.

Stepanova, Ekaterina (2012) "The Syrian Civil War: Transition without Intervention?" *PONARS Eurasia Policy Memo*. 228, 1-6.

Storck, Madeline (2011) *The Role of Social Media in Political Mobilization: a Case Study of the January 2011 Egyptian Uprising*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. University of St Andrews,
http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/2012-02-bifef/The_Role_of_Social_Media_in_Political_Mobilisation_-_Madeline_Storck.pdf
[10 de abril de 2017]

Tanzi, Vito (1998). "Corruption Around the Word: Causes, Consequences, Scope, and Cures" *IMFstaffpapers: Working Paper of the International Monetary Found*, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9863.pdf> [12 de abril de 2017].

Tignor, Robert L (2010) *Egypt: A Short History*. New Jersey: Princeton University Press.

The Economist (2017) "The Big Mac Index". <http://www.economist.com/content/big-mac-index> [17 de abril de 2017].

The Free Dictionary "Estopim" <http://pt.thefreedictionary.com/estopim> [25 de abril de 2017].

The Heritage Foundation (2016) 2016 Index of U.S. Military Strength,
https://s3.amazonaws.com/ims-2016/PDF/2016_Index_of_US_Military_Strength_ASSESSMENT_THREATS_MIDDLE_EAST.pdf [25 de junho de 2017].

Trading Economics "20 Million Indicators – 196 countries"
<https://tradingeconomics.com/analytics/indicators.aspx> [20 de junho de 2017].

Transparency International (1996) "Corruption Perception Index",
http://www.transparency.org/files/content/tool/1996_CPI_EN.pdf [10 de abril de 2017].

Transparency International (2010) "Corruption Perceptions Index 2010 Results", http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results [17 de abril de 2017].

Transparency International "What is Corruption", <http://www.transparency.org/what-is-corruption/> [09 de abril de 2017].

Tufekci, Z. and Wilson, C. (2012) "Social Media and the Decision to Participate in Political Protest: Observations From Tahrir Square" *Journal of Communication*. 62 (2): 363–379.

UN New and Media " Syria envoy claims 400,000 have died in Syria conflict" <http://www.unmultimedia.org/radio/english/2016/04/syria-envoy-claims-400000-have-died-in-syria-conflict/#.WVAqKhjOqCS> [15 de junho de 2017].

UNESCO (a): Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Institute for Statistics "Egypt", <http://en.unesco.org/countries/egypt> [10 de abril de 2017].

UNESCO (b): Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura "Education and Literacy - Egypt", <http://uis.unesco.org/en/country/EG> [10 de abril de 2017].

UNESCO (c): Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura "United Nations Literacy Decade (2003 - 2012)", <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/education-building-blocks/literacy/un-literacy-decade/> [12 de abril de 2017]

UNESCO (d) "Institute for Statistics" <http://en.unesco.org/countries/egypt> [27 de outubro de 2015].

UNESCO (2012) "World Data on Education 2010/11", http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/WDE/2010/pdf-versions/Egypt.pdf [15 de abril de 2017].

Vieira, Vivian Patrícia Peron (2013) "O Papel da Comunicação Digital na Primavera Árabe: apropriação e mobilização social" in *V Congresso da Compólitica*. Curitiba,

Brasil 8-10 de maio de Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política.

Wendt, Alexander (1992) "Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics" *International Organization*. 46 (2), 391-425.

White House "Woodrow Wilson"

<https://www.whitehouse.gov/1600/presidents/woodrowwilson> [8 de março de 2017].

World Bank (a) "Unemployment, total (% of total labor force) -

Egypt", http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2011&locations=EG&start=1991&year_low_desc=true [12 de abril de 2017].

World Bank (b) " Individuals using the Internet (% of population)",

<http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?end=2015&start=1990&view=chart> [17 de abril de 2017]

Yusoff, Kamaruzaman (1995) "Ottoman's presence in Egypt (923/1517) and its political implication: an overview" *Jebat: Malaysian Journal of History, Politics and Strategic Studies*. 23, 83-88.